

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA - ENSINO E FORMAÇÃO DE EDUCADORES
MESTRADO

A Vida sob Efeitos do Transe:
tecnologias do eu e sugestões escolares nos livros didáticos de Manoel
Bomfim e Olavo Bilac

Rodrigo Belinaso Guimarães

Orientadora: Prof. Dra. Susana Scramim

Florianópolis, abril de 2004.

Agradeço a Deus pela inspiração que me conduziu neste trabalho de pesquisa; à Susana pelas idéias e sugestões de leituras que me acalmavam e conduziam nos momentos difíceis; à Universidade pública e gratuita que viabilizou este trabalho; à Carmen pelo bem estar emocional indispensável; aos meus pais Dalva e Juvelino, irmãos Leandro e Luciano que sempre me incentivaram; ao Ivan pela amizade e discussões sobre o transe na música eletrônica; ao Thomas pela amizade e companheirismo.

Sumário

Introdução	4
Capítulo I - O Cuidado para com a Vida da População: Manuel Bomfim em <i>O Brasil Republicano</i> .	21
Capítulo II - Uma tecnologia da consciência: Manoel Bomfim em <i>Noções de Psicologia</i> .	26
Capítulo III - O Poder Constituinte da Escola: Olavo Bilac e Coelho Neto em <i>Contos Pátrios</i> .	47
Capítulo IV - O Conteúdo das Sugestões Escolares: Olavo Bilac e Manoel Bomfim em <i>Através do Brasil</i> .	59
Capítulo V - A Composição da População Brasileira através de Clivagens Étnicas: Manoel Bomfim, Olavo Bilac e Coelho Neto em <i>Através do Brasil</i> e <i>Contos Pátrios</i> .	71
Conclusão	92
Anexo 1	97
Anexo 2	98
Anexo 3	100
Anexo 4	101
Anexo 5	103
Anexo 6	106
Anexo 7	107
Anexo 8	108
Bibliografia	109

Introdução

O filósofo italiano Giorgio Agamben em recente livro publicado no Brasil¹ insere na fratura entre a vida nua e a vida qualificada a oposição fundante da *polis* ocidental. A vida nua estaria no centro de origem da moderna política ocidental. A novidade apresentada encontra-se na identificação por parte deste autor do movimento de *exclusão inclusiva* da vida nua na forma como esta se relaciona com a vida qualificada. A *biopolítica*² apresenta-se, assim, como pressuposto fundante da política moderna, inicia-se nos primeiros processos na época clássica de exclusão da vida nua até os processos modernos aonde a vida nua *vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, bíos e zoé, direito e fato entram em uma zona de irreduzível indistinção*. (Agamben, 2002; p. 16)

Acompanhemos um pouco mais os argumentos introdutórios de Agamben.

O termo vida, conforme o autor, assumiu entre os gregos duas formas distintas: *zoé*, que expressaria o simples fato de viver, comum a todos os seres vivos e *bios*, indicando uma maneira particularmente ordenada de vida dos indivíduos e dos grupos. Sendo assim, a fundação política da *polis* aconteceria no momento de exclusão da *zoé*, restrita ao âmbito menor da vida reprodutiva. *É em referência a esta definição que Foucault, ao final da Vontade de Saber, resume o processo através do qual, nos limiares da Idade Moderna, a vida natural começa, por sua vez, a ser incluída nos mecanismos e nos cálculos do poder estatal, e a política transforma-se em biopolítica*. (Agamben, 2002; p.11) Nesse sentido, na modernidade, a *zoé* insere-se definitivamente na vida política, enquanto categoria fundamental de intervenção do Estado sobre o controle subjetivo do corpo e sobre o ordenamento do modo de vida da população. O Estado moderno através da *biopolítica*

¹ AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

² A *biopolítica*, conforme Michel Foucault em *A Vontade de Saber*, constitui-se da adoção de categorias científicas e não mais, somente, jurídicas na ordenação do poder no Estado. Este passa, cada vez mais, a partir desses novos dispositivos, a interferir na vida biológica das populações, tal como a sexualidade. A finalidade da *biopolítica* está, sobretudo, no fato de que a disciplina seja produzida subjetivamente, não mais somente por mecanismos coercitivos externos, formando aquilo que Foucault chamou de *corpos dóceis*, ou seja, corpos dispostos ao trabalho regular e constante necessários à acumulação capitalista.

realizou num mesmo processo, mecanismos de controle subjetivo e, além da individualização, processos de totalização objetivos, centralizadores de poder. Subjetivação e institucionalização transformaram-se em dois pólos distintos do poder, mas inseparáveis na política moderna.

Advém desse fato a principal preocupação de Agamben: quais são os pontos de intersecção entre esses dois pólos? Eles convergem para um centro comum? *Onde está, então, no corpo do poder, a zona de indiferenciação (ou, ao menos, o ponto de intersecção) em que técnicas de individualização e procedimentos totalizantes se tocam?* (Agamben, 2002; p. 13). Esta é uma das principais lacunas que a teoria de Foucault não teve, segundo Agamben, devido a sua morte prematura, possibilidades de desenvolver.

Os resultados que Agamben sugere são os de que, as análises institucionais e subjetivas do poder não podem ser separadas, assim como, a vida nua constitui-se no núcleo originário do poder soberano, ou seja, o Estado moderno confina a vida nua e deste modo se confunde abertamente com ela. As políticas de exclusão da vida nua tornaram-se no século XX o fator primordial de existência da esfera do político. O Estado ao manifestamente excluir a vida nua, torna-se refém dela, pois a necessita para sua própria sobrevivência. A vida nua transforma-se naquilo que é incessantemente incluído através de atos de exclusão.

A biopolítica desenvolvendo-se a partir da *exclusão inclusiva* da vida nua é de absoluta atualidade nas palavras de Agamben:

A nossa política não conhece hoje outro valor (e, conseqüentemente, outro desvalor) que a vida, e até que as contradições que isto implica não forem solucionadas, nazismo e fascismo, que haviam feito da decisão sobre a vida nua o critério político supremo, permanecerão desgraçadamente atuais. Segundo o testemunho de Antelme, de fato, aquilo que os campos ensinaram a quem os habitava era justamente que “colocar em questão a qualidade de homem provoca uma reivindicação quase biológica do pertencimento à espécie humana” (Agamben, 2002; p.18).

Por isso, a política atual necessita construir uma nova articulação entre *zoé* e *bios*, pois vivemos no estado de exceção em que a vida nua permanece sendo incluída através de atos de exclusão. As instituições e a subjetividade permanecem dissociadas ao mesmo tempo em que dissolvidas, a delimitação dos limites das instituições e de suas relações com

a simples vida das populações apresentam-se, ao mesmo tempo, borradas e cindidas. Na minha visão, a construção dessa relação em parâmetros originais é fundamental para uma sociedade que deseje permanecer dentro de limites institucionais, essenciais para a continuidade social, mas que possibilitem práticas variáveis e criativas de resignificações e deslocamentos dos hábitos e dos processos institucionalizados.

O início do século XX no Brasil apresentou o que podemos chamar de crítica ao abandono da população, dirigida ao Estado republicano, crítica feita por intelectuais do porte de Olavo Bilac, Manoel Bomfim e, certamente, aquele que apresentou o problema de forma dramática e cruel em *Os Sertões*, Euclides da Cunha. Olavo Bilac transformou o problema em uma cruzada cívica a favor da educação pública e do serviço militar obrigatório, estes últimos concebidos como instrumentos capazes de modificar a estrutura constituída do Estado e da sociedade brasileira.

É inconcebível a vitória de uma democracia sem a instrução da massa pública. Estabelecemos a República; mas pode viver dignamente uma República, uma pátria republicana, quando a maior parte dos seus filhos seja de analfabetos, e, portanto, de inconscientes? (Bilac, 1927: p.234).

A indiferença do Estado nacional para com sua população passaria a ser o foco central da crítica que ele receberia destes intelectuais.

Estamos ainda sofrendo, e cruelmente sofrendo, desta imprevidência dos nossos maiores, imprevidência herdada, e agravada pela indiferença, pelo egoísmo e pela funesta politicagem das últimas gerações e da atual: a falta de organização do trabalho (Bilac, 1927: p.234).

Logicamente que a indiferença pela organização do trabalho é sinônimo de abandono da população, pois a população brasileira ainda não existia, para estes autores, como fenômeno observável da realidade: não havia parâmetros culturais comuns para a associação coletiva, não havia colaboração entre os diferentes elementos étnicos. Assim, aquilo que apenas constituiria a realidade seria um conjunto disforme marcado por

profundas diferenças internas e por uma classe dirigente que só pensava em seus interesses particularistas. A educação pública seria, então, concebida na esperança de construção de novos parâmetros coletivos, sendo criada para produzir uma complexidade de efeitos almejados sobre a realidade brasileira, que iriam desde o disciplinamento do corpo do educando, passando pela produção de uma determinada subjetividade até a fase em que este educando, egresso da escola, atuaria criticamente sobre a realidade constituída.

Esse movimento de crítica para com o abandono da população e de construção da escola pública no Brasil faz parte de um movimento maior que esteve presente nas sociedades ocidentais desde o século XVIII, conforme Michel Foucault, e representou uma mudança decisiva na estrutura dos Estados nacionais. Nesta mudança, a população passaria a ser a variável mais importante para os cálculos do governo. Vejamos os termos desta mudança nas palavras de Michel Foucault:

No texto de la Pirriére (...) a definição do governo não se refere de modo algum ao território. Governam-se coisas. Mas o que significa esta expressão? Não creio que se trate de opor coisas a homens, mas de mostrar que aquilo a que o governo se refere é não um território e sim um conjunto de homens e coisas. Estas coisas, de que o governo deve se encarregar, são os homens, mas em suas relações com coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar, etc; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc. (Foucault, 2002: p.282).

Desse modo, o Estado passaria a se preocupar não com a obediência restrita a sua própria lei, mas em produzir efeitos na população, em constituir táticas de poder que cada vez mais partem do conhecimento detalhado da população. Assim, a população não seria coagida fisicamente a estar em conformidade com o ordenamento constituído, mas por si mesma nele ingressaria. Nesse sentido, o Estado convergiria suas estratégias políticas para o cuidado para com a vida da população, inserindo o poder na forma como o indivíduo se relacionaria com o seu próprio corpo ao mesmo tempo em que investiria na reprodução biológica da vida em termos gerais, ou seja, através da medicina, da higiene, da estatística e de tantos outros saberes que têm na vida da população sua variável principal. Michael

Foucault sintetiza esse processo característico da modernidade no final de seu livro *A Vontade de Saber*, assim afirma o autor:

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais (...). Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade (...). O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade (...). As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação – durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces – anatômica e biológica, individualizante e especificante, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida – caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo (Foucault, 1999; p.131).

O cuidado para com a vida da população, talvez, possa ser interpretado em termos de garantias de direitos e de assistência pública, de modo que o Estado, atuando sob princípios democráticos, procuraria incluir o maior número possível de pessoas sob a sua esfera de influência, garantindo, entretanto, a própria estrutura de poder que constituiria o seu domínio. O princípio político de se cuidar da vida da população poderia, também, atuar sob modelos autoritários de poder onde o Estado procuraria delimitar rigidamente um ordenamento e controlar ao extremo as funções biológicas de sua população. Nos dois casos vida e política seriam indissociáveis e, além disso, a luta política primordial para ambos os sistemas estaria na inclusão, captura ou extermínio daquela vida que não se enquadrasse no ordenamento constituído. Esta vida fora de qualquer ordenamento e que assim estaria fora, também, de qualquer possibilidade de comandar suas ações ao mesmo tempo em que abandonada pelo Estado é por Giorgio Agamben intitulada de *vida nua*. A vida fora de qualquer ordenamento, segundo este autor, transformar-se-ia na preocupação política fundamental do século XX. O cuidado para com a vida da população só poderia, assim, emergir como fenômeno político pela exclusão da vida nua de qualquer ordenamento constituído. Entretanto, ela permaneceria incluída pela constante vigilância

disciplinar que a procuraria em todos os recantos da vida do indivíduo e da população. Nas palavras de Giorgio Agamben:

Os espaços, as liberdades e os direitos que os indivíduos adquirem no seu conflito com os poderes centrais simultaneamente preparam, a cada vez, uma tácita porém crescente inscrição de suas vidas na ordem estatal, oferecendo assim uma nova e mais temível instância ao poder soberano do qual desejariam liberar-se. “O ‘direito’ à vida” – escreveu Foucault para explicar a importância assumida pelo sexo como tema de debate político – “ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o ‘direito’ de resgatar, além de todas as opressões ou ‘alienações’, aquilo que se é e tudo o que se pode ser, este ‘direito’ tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos estes novos procedimentos do poder”. O fato é que uma mesma reivindicação da vida nua conduz, nas democracias burguesas, a uma primazia do privado sobre o público e das liberdades individuais sobre os deveres coletivos, e torna-se, ao contrário, nos Estados totalitários, o critério político decisivo e o local por excelência das decisões soberanas. E apenas porque a vida biológica, com as suas necessidades, tornara-se por toda parte o fato politicamente decisivo, é possível compreender a rapidez, de outra forma inexplicável, com a qual o nosso século (século XX) as democracias parlamentares puderam virar Estados totalitários, e os Estados totalitários converter-se quase sem solução de continuidade em democracias parlamentares. Em ambos os casos, estas reviravoltas produziram-se num contexto em que a política já havia se transformado, fazia tempo, em biopolítica, e no qual a aposta em jogo consistia então em determinar qual forma de organização se revelaria mais eficaz para assegurar o cuidado, o controle e o usufruto da vida nua (Agamben, 2002: p.125-126).

A caracterização da política no século XX pode ser ainda melhor sintetizada em uma outra passagem de seu texto:

Nos últimos anos de sua vida (...) Michel Foucault começou a orientar sempre com maior insistência as suas pesquisas para aquilo que definia como bio-política, ou seja, a crescente implicação da vida natural do homem nos mecanismos e nos cálculos do poder. Ao final da Vontade de Saber, ele resume, como vimos, o processo através do qual, às portas da idade Moderna, a vida torna-se a aposta em jogo na política com uma fórmula exemplar: “Por milênios, o homem permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivente e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal em cuja política está em questão a sua vida de ser vivente” (Agamben, 2002: p.125).

Nesse sentido, o final do século XIX produziu, com o advento da ciência ao primeiro plano da vida social, política e econômica das sociedades ocidentais, uma série de tecnologias atuantes nas esferas do Estado para capturar e excluir a vida nua de todo corpo individual e, assim, inscrever num determinado ordenamento. Essas tecnologias poderiam ser encontradas e comparadas tanto em sociedades democráticas quanto em autoritárias que o século XX legou à pesquisa histórica. O que veremos neste trabalho de pesquisa resume-se na análise dessa perspectiva política de gerência da vida individual e coletiva dentro da escola, num momento e num lugar específicos situados em importantes debates, no início do século XX, para a construção da escola pública no Brasil. A escola pública emergente no Brasil não deixou de produzir estratégias que atestam por um lado a exclusão da vida nua e, por outro, o cuidado para com a vida da população, princípios que deveriam constituir a preocupação fundamental dos poderes públicos, na visão dos autores cujos livros didáticos analisamos.

A produção de tecnologias para inscrever a população num determinado ordenamento, por exemplo, pode ser encontrada ao final do século XIX no espírito conservador e autoritário de Gustave Le Bon, que observava, sem sombras de dúvidas, na população a variável fundamental da política, sobre a qual deveriam se debruçar todos os governantes. Nas suas palavras:

Há apenas um século, a política tradicional dos Estados e as rivalidades dos príncipes constituíam os principais fatores dos acontecimentos. A opinião das multidões não tinha, as mais das vezes, nenhuma importância. Hoje, as tradições políticas, as tendências individuais dos soberanos, as suas rivalidades têm diminuto valor. A voz das multidões tornou-se preponderante. Ela dita aos reis a sua maneira de proceder. Já não é nos conselhos dos príncipes, porém na alma das turbas, que se preparam os destinos das nações (Le Bon, 1938: p. VII).

A captura da vida nua da população e a sua posterior inclusão num determinado ordenamento assumiriam ares de uma tecnologia específica de disciplinamento. Gustave Le Bon apressou-se em apresentar um modelo pelo qual a vida poderia ser gerida e, assim, como os corpos poderiam estar à disposição de um poder central. A influência deste esboço sobre a intelectualidade brasileira da época não deveria ser subestimada. Para este autor, conforme nossa interpretação, os termos principais desta tecnologia seriam:

- a) A captura e exclusão da vida nua do corpo de todo indivíduo, anulando assim qualquer reação individual que não estivesse incorporada dentro de um ordenamento constituído ao mesmo tempo em que permitiria que esse corpo estivesse à disposição de um poder centralizado. Neste trabalho, chamaremos este primeiro momento de *transe*, no qual o indivíduo deixar-se-ia capturar por um objeto exterior. *Atentas observações provam, aparentemente, que o indivíduo imerso desde algum tempo no seio de uma multidão ativa, cai logo – em consequência dos eflúvios que dela se desprendem ou por qualquer outra causa ainda ignorada – num estado particular, que muito se assemelha ao estado de fascinação do hipnotizado entre as mãos do seu hipnotizador. Achando-se a atividade do cérebro paralisada no indivíduo hipnotizado, este se torna escravo de todas as suas atividades inconscientes, que o hipnotizador dirige como quer. A personalidade consente dissipou-a, e a vontade e o discernimento foram abolidos. Sentimentos e pensamentos são, então, orientados no sentido determinado pelo hipnotizador* (Le Bon, 1938: p. 10).
- b) Disseminar um conjunto de sugestões simples e gerais na população sob os efeitos do *transe*. Estas sugestões teriam que ser facilmente internalizadas, para isso seriam decodificadas mentalmente a partir de referências imagéticas e não por discursos que apelassem à racionalidade. *Quaisquer que sejam as idéias sugeridas às multidões, elas só se podem tornar dominantes sob a condição de revestirem uma forma muito simples e de serem representadas no seu espírito sob o aspecto de imagens* (Le Bon, 1938: p.38-39).
- c) A inscrição do indivíduo dentro de um ordenamento teria continuidade se este tivesse para com a norma não uma adesão intelectual, mas, sobretudo uma adesão sentimental. *Esse sentimento tem características muito simples: a adoração de um ente considerado como superior, receio da força que se lhe atribui, cega submissão às suas ordens, impossibilidade de discutir os seus dogmas, desejo de espalhá-los, tendência de julgar inimigos todos quantos se*

recusam a admiti-los. Seja esse sentimento aplicado a um Deus invisível, a um ídolo de pedra, a um herói ou a uma idéia política, é sempre de essência religiosa (Le Bon, 1938: p. 49).

Essa tecnologia a primeira vista pode parecer extremamente alienante na medida em que o indivíduo parece estar sob o domínio de uma entidade exterior que controla ou impede todos os seus movimentos autônomos. Isso poderia ser verdade para Le Bon em razão de seu pensamento absolutamente autoritário e conservador. Porém, os termos que ele apresenta, a) *transe*, b) *sugestões internalizadas*, c) *ações regulamentadas*, parecem ter validade se devidamente complexificadas e dispostas sobre uma perspectiva que não pretende em absoluto podar as iniciativas pessoais, mas em prepará-las. Desse modo, podemos encontrar um grau de sutileza muito maior do que aquilo que observamos num primeiro momento em Le Bon, demonstrando que o essencial dessa tecnologia pode não estar no controle irrestrito da ação voluntária, mas nos efeitos que ela produziria na subjetividade dos indivíduos. Em outras palavras, a alienação pura e simples poderia ser substituída por um processo em que o indivíduo preso nas malhas de uma determinada tecnologia reproduziria por espontânea vontade os limites do ordenamento no qual fora incluído.

Nesse sentido, a afetividade, ou seja, a adoção de uma norma moral subjetiva de afastamento ou de aproximação para com os objetos exteriores, seria a chave segundo a qual o indivíduo se inscreveria nas malhas desse poder, que não agiria na interdição, mas na produção de uma forma determinada de relacionamento com o meio externo. Se a afetividade foi a forma que encontramos em Le Bon para garantir a eficácia das sugestões de um poder central é porque ela se traduz em tendências subjetivas, *as sugestões do hipnotizador*, que o indivíduo sempre adotaria em suas relações com o exterior. Nesse sentido, a afetividade estaria longe de proibir pura e simplesmente um ato, mas o produziria de uma forma determinada. Manuel Bomfim em *Noções de Psicologia*, livro didático escrito em 1904 e que analisaremos um pouco mais detalhadamente adiante, afirma que a afetividade diz respeito às necessidades e exigências para a realização da vida, sendo negativa quando se constitui em entrave a esta realização e positiva se apresenta facilidade à conservação e expansão da vida. Aqui, moralidade e vida seriam indissociáveis. A

afetividade estaria, segundo Manoel Bomfim, sistematizada subjetivamente em tendências que viriam a ser *as exigências íntimas em que se concretiza a energia vital do indivíduo*. Desde já destacamos o caráter culturalmente e historicamente construído destas *exigências íntimas*, pois elas seriam formadas exclusivamente por representações, não sendo imagens pura e simples de excitações exteriores, mas concepções forjadas pela imaginação, nos termos de Manoel Bomfim. A afetividade formaria, em última instância, a vida moral do indivíduo, possuindo os seguintes aspectos: a) seriam, como já falamos, sempre representações, por isso não teriam *a precisão e a nitidez das manifestações ligadas ao exercício dos sentidos*; b) seriam *mais persistentes e profundas* por conta de estarem firmadas em representações; c) ao invés de serem causadas por impressões transitórias, seriam causadas por um objeto permanente que estaria incorporado ao *cabedal intelectual* do indivíduo, *as sugestões do hipnotizador*; d) seriam sistematicamente repetidas, o que demonstra que estariam muito mais baseadas no *como agir* do que na interdição da ação.

O *transe* que principiaria qualquer manifestação afetiva na consciência e que se traduziria na atenção despertada por um excitante novo, já seria em si, segundo Manoel Bomfim, por definição, um processo que levaria o indivíduo a produzir por sua própria conta uma ação, muito mais que o alienaria - sempre entendendo que para Manoel Bomfim qualquer ação voluntária só seria possível se inscrita num determinado ordenamento afetivo ou moralmente constituído. O retraimento completo da ação voluntária, característico de uma concepção alienante do *transe*, seria fruto, segundo Manoel Bomfim, de tendências defensivas que:

Alimentam estados afetivos que equivalem a uma perspectiva de penas, porque, em todos eles, há apurado zelo pela segurança pessoal. Daí resulta que a idéia do eu é uma representação e uma causa explícita em todas essas manifestações, e com isto coincide um certo retraimento: não agir para não arriscar (Bomfim, 1917; p. 235).

Nesse sentido, o indivíduo não arrisca e apenas agiria se estivesse habitualmente seguro da atitude a tomar. Por sua vez, o *transe* levaria a um desvanecimento do eu, aconteceria somente em estados mentais que anulariam a representação do eu, assim, o *transe* constituiria desde o princípio uma tendência agressiva e não passiva. O *transe* anularia o indivíduo num primeiro momento, sua atenção estaria toda ela voltada para um

objeto transcendente, para prepará-lo para a ação, pois apenas após estar envolvido completamente pelo objeto exterior, o indivíduo teria condições de se apropriar de todas as informações que este objeto apresentaria para, assim, elaborar uma reação. O trabalho da consciência não cessaria como pensara Le Bon, mas ele seria inscrito e incitado dentro de uma forma determinada. A vontade não seria anulada, mas construída culturalmente. O *transe* anularia a representação do eu, porém, reconstituiria, paradoxalmente, a afirmação pessoal, no momento em que prepararia o funcionamento da consciência e não a sua anulação. O *transe* faria parte de um mecanismo, de uma tecnologia de relacionamento com o meio, o *transe* ao *projetar o indivíduo para fora de si mesmo* impediria uma ação que fosse puramente emotiva ou instintiva no momento da excitação e, assim, excluiria qualquer ação baseada na vida nua e abriria espaço para a moralidade que se traduziria nas tendências afetivas suscitadas pelo objeto. O *transe* ao mesmo tempo em que impediria uma retração absoluta do indivíduo, proporcionaria um freio indispensável para o trabalho da consciência, para a consulta às tendências internalizadas, resultando sempre numa ação calma e refletida em busca da satisfação e ampliação da vida. Assim, em Manoel Bomfim, o *transe* impediria atos apaixonados, atos em que:

os estados afetivos perdem aquela significação primitiva – de indicação adaptativa, não só porque a inteligência, que é o verdadeiro instrumento das reformas adaptativas, se obscurece, ou se anula, como porque a paixão corresponde fatalmente a um desequilíbrio dentro da afetividade: certas tendências se agravam, e com isto se sacrificam alguns dos interesses essenciais do indivíduo, em proveito de outros (Bomfim, 1917; p. 256).

O *transe* inscreveria a ação dentro de um ordenamento, o *transe* em Manoel Bomfim perderia seu possível aspecto alienante para se inscrever dentro das estratégias de um poder que não procura interditar, mas fazer com que os indivíduos, por si mesmos se inscrevam no ordenamento. Os atos de vontade individuais perderiam aquilo que neles poderia haver de vida nua no momento em que se inscreveriam num cabedal de reações possíveis e de tendências afetivas subjetivadas ao mesmo tempo em que seriam produzidos sem a necessidade de coerções externas. O *transe* seria o momento de eliminação da vida nua e de inscrição do indivíduo nas malhas de uma tecnologia da consciência e das sugestões afetivas internalizadas.

Manoel Bomfim, assim descreve a formação dos atos de vontade, acompanharemos e comentaremos seu texto:

Dada a excitação, com o choque de diversas tendências, – o que podemos interpretar como possibilidade de manifestação da vida nua – pronuncia-se a inibição total; – ou seja, neste momento há um reforço na atenção para com o objeto excitativo, eliminando reações ausentes do ordenamento constituído, neste momento o transe anularia a vida nua – mas desde que a situação se desenha na consciência, as tendências mais fortes, entre as que foram solicitadas, determinam a idéia ou a concepção de tal, ou tais reações possíveis; – o transe possibilita que o indivíduo encontre entre as tendências suscitadas aquelas apropriadas segundo o ordenamento internalizado – todavia, persistindo o contraste entre as tendências e o concomitante estado inibitório, acentua-se a intervenção da inteligência, com a bagagem de toda a experiência adquirida, e desenvolve-se um trabalho mais ou menos longo de cotejo de motivos, previsão de conseqüências, e exame de possibilidades – é a deliberação propriamente dita; - o transe pela absorção do indivíduo ao objeto impressionante faz com que o trabalho da consciência se realize conforme o ordenamento apreendido – finalmente, há um sentimento que domina, forma-se a resolução – a ação do indivíduo seria revestida por uma escolha pessoal, porém já antecipadamente determinada (Manoel Bomfim, 1917; p.277).

Portanto, teríamos dois tipos ou usos distintos do fenômeno do *transe* – absorção completa do indivíduo para com objetos externos.

- a) Um uso representado por Le Bon em que o *transe* seria um estado no qual o indivíduo ficaria sobre total influência do objeto externo perdendo completamente sua vontade.
- b) A utilização do *transe* como forma de exclusão da vida nua, a vontade individual estaria mantida na medida em que o *transe* proporcionaria o trabalho da consciência.

O papel atribuído à educação escolar no início do século XX para a efetivação desse último processo não pode ser minimizado. Somente quando inserimos a escola dentro das tecnologias que procuraram gerir a vida do indivíduo e da população poderemos entrever

sua real importância histórica. Se o problema de ordenar a política brasileira nos termos do cuidado para com a população estava na ordem do dia no início do século XX não poderíamos deixar de encontrar na escola a construção de tecnologias que procurassem produzir efeitos nessa realidade. A escola seria então um dos espaços principais para a subjetivação a partir dessas tecnologias. O trabalho de pesquisa estaria, assim, todo ele voltado para a melhor caracterização do *transe* na escola e para os efeitos sugestivos desejados na população brasileira no início do século XX. Realizamos a pesquisa em livros didáticos de intelectuais como Olavo Bilac e Manuel Bomfim que estiveram largamente envolvidos com o início da preocupação e da implementação da escola pública no Brasil.

No próximo capítulo daremos conteúdo histórico à pesquisa, veremos um pouco mais detalhadamente o modo como Manoel Bomfim concebia o problema do abandono da população em suas críticas ao Estado nacional no ensaio *O Brasil Republicano* presente na obra *O Brasil Nação*. Desta forma, procuramos inserir através de uma perspectiva histórica o problema do cuidado para com a população no Brasil e sua relação com a construção da escola pública.

No capítulo seguinte investigaremos a respeito do poder que se insere na forma como o indivíduo se relaciona com os aspectos biológicos de sua própria vida. Insistiremos, também, na forma como ele através da escola apreende uma maneira apropriada de se relacionar com os objetos exteriores. Portanto, falaremos um pouco mais sobre o fenômeno do *transe* a partir do livro didático *Noções de Psicologia* de Manoel Bomfim.

No terceiro capítulo, tentaremos observar como esta escola que adota tecnologias de gerência da vida se relacionaria com um Estado caracterizado pelo abandono sistemático da população, cujo poder se inscrevia no poder de morte e não no cuidado para com a vida, tanto quanto o fato histórico de Canudos comprova. Demonstraremos que a escola brasileira, em Olavo Bilac e Manoel Bomfim, estando em desacordo com a realidade constituída seria pensada a partir de uma estratégia de transformação desta realidade.

No quarto e quinto capítulos veremos especificamente os conteúdos das sugestões escolares em dois livros didáticos: *Através do Brasil* de Olavo Bilac e Manoel Bomfim e *Contos Pátrios* de Olavo Bilac e Coelho Neto. Teremos, assim, a possibilidade de visualizar a idealização do Brasil narrada por esses autores, de forma que esta visão idealizada serviria de parâmetro para a ação dos egressos da escola, para a formação de

suas tendências afetivas. Esta etapa seria a de edificação moral e afetiva do educando a partir das tecnologias propostas nos primeiros capítulos.

Quando proponho analisar alguns livros didáticos do início do século XX no Brasil, estou ciente de que esta é uma pesquisa sobre materiais brutos, não resignificados ou rearticulados na prática cotidiana da escola. Esta é uma falta e um limite necessário. A justificativa deste corte naquilo que, talvez, fosse o mais revelador, por se tratar das práticas dos sujeitos que realmente viveram os processos dentro da escola, não passa por nenhuma suposição de que bastam os textos, na crença de que haveria uma relação de simetria ou determinação completa dos sujeitos aos discursos socialmente dominantes. Assim, não tenho a pretensão de encontrar nos textos toda a realidade que envolvia a vida escolar daquele período. Aliás, o que encontramos foi uma perspectiva idealizada da própria realidade nacional tanto quanto do papel da escola.

A justificativa da pesquisa está na descrição e crítica do funcionamento de certos mecanismos de poder presentes no início da escolarização pública no Brasil. Muito do que foi vivido e pensado sobre a escola, após esse período, esteve, acredito, vinculado a este período inicial da modernização brasileira. Minha intenção é pesquisar um dos momentos em que a escola construiria uma série de sugestões apropriadas ao nacionalismo do período através de determinadas tecnologias de subjetivação.

A escola foi encarregada de constituir o desenvolvimento econômico, político e social brasileiro; de estabelecer um ordenamento interno, a eficácia técnica e a solidariedade social hierarquizada. Os idealismos que ligavam educação, nacionalismo, ciência, progresso e civilidade estão cindidos ou fraturados pelas experiências concretas em sala de aula e no espaço escolar do presente. Beatriz Sarlo publicou em 2002 no site www.pagina12.com.ar o ensaio *Escuelas*, em comemoração ao dia do professor na Argentina, comentários a respeito do livro de Chitarroni *El Carapálida*. A leitura do ensaio nos impressionou pela forma como ela demonstra que os discursos presentes na educação escolar cada vez mais perdem sentido para os educandos. Sua análise baseia-se numa

perspectiva histórica que compara a atualidade do ensino com a aparente funcionalidade da escola no início do século XX.

Chitarroni escribe modulando los diferentes sonidos de la escuela: la fonética de los chicos en proceso de transformación (“colmillo” ya es, en 1971, “colmisho”), el cuidadoso repertorio auditivo de apellidos y sobrenombres, las frases hechas del catecismo patriótico que no conservan ningún vestigio de sentido, el doble y triple discurso de las maestras y maestros, que oscilan entre las hablas del barrio y las aprendidas en la institución que los formó en un ya remoto ideal de lengua, los insultos en sus diferentes niveles permitidos y prohibidos. En paralelo con estos sonidos, una banda de ruidos: empujones, golpes, resoplidos y eructos. Chitarroni escribe, en el borde de lo cómico, la oralidad desse mundo preadolescente.

Pero El Carapálida, quizás sin proponérselo, con ese saber que tienen las ficciones cuando son buenas, muestra una escuela de barrio donde ya han empezado a operar fuerzas que no estaban ni en el programa del siglo XIX, ni en la crítica nacionalista y católica de comienzos del siglo XX.

La escuela de El Carapálida está atravesada por la industria cultural, la televisión, la música pop, el grafitti...

La cultura de la sociedad, y especialmente la cultura de los medios, ha entrado en esa escuela, como en todas las otras. La novela escolar se convierte en novela de la cultura preadolescente y de los malosentendidos radicales entre ese mundo sordamente conflictivo y algo gótico (hay un muerto que reaparece, por ejemplo) y un mundo pasado, el de la institución que ha comenzado a perder sus sentidos. En 1914, la escuela era un espacio poderoso; en el recuerdo que Chitarroni trae desde 1971, la escuela es un espacio presionado desde fuera, resquebrajado y dudoso por dentro... En El Carapálida ya se muestra la fisura que ha separado (¿para siempre?) a la escuela de la vida de quienes están en ella.

Sin mediaciones entre la cultura de los chicos y la cultura de la escuela, los maestros hacen esfuerzos imposibles, como la cómica visita al Gran Escritor, donde la crítica cae más sobre su ridícula solemnidad que sobre la maestra que no logra entenderlo ni darse cuenta de que hay muy poco para entender allí. Mientras tanto, los chicos, completamente en otra cosa, deambulan por el barrio interesados sólo en lo suyo. La escuela ha perdido la autoridad laica (o cualquier otra) que criticaba Manuel Gálvez. Lejos de ser eficaz, no puede transmitir casi nada. (Sarlo, 2002: s/p.)

Este é um claro sinal da perda do poder subjetivador da escola. Esse relato contrasta com as projeções idealizadas da escola do início do século XX. A escola hoje

pouco influi sobre a subjetividade dos jovens. Em outras palavras, a escola e a sala de aula não conseguem atingir a afetividade dos alunos, são outros os lugares e espaços que lhes chamam a atenção, que são suas referências principais na construção de suas subjetividades e de suas estruturas simbólicas. Acredito que esta perspectiva demonstrada por Beatriz Sarlo deve estar sempre presente na leitura deste trabalho de pesquisa, pois atesta o idealismo que constituiu a edificação da escola pública no Brasil.

Gostaria de fazer um adendo ao texto. Tenho a certeza de que o *transe* caracterizado até aqui neste trabalho e que será posteriormente desenvolvido só poderia ter sido concebido como tal por conta das minhas vivências pessoais com *música eletrônica*. Comecei a freqüentar o *club* Fim de Século, atualmente Neo, no início de 2000, logo após a minha formatura em licenciatura no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Eu tinha então 23 anos e encontrava na *música eletrônica*, certamente, um escape para as insatisfações da vida cotidiana, em nenhum outro lugar por mim conhecido a efervescência, a animação e a felicidade poderiam ser reunidas num mesmo espaço. Com o tempo, conversando com outros freqüentadores consegui compreender o mecanismo que estava por trás desse sentimento de felicidade e euforia presentes nas festas de *música eletrônica*, percebi que se tratava de uma alteração do estado de consciência proporcionada pela música, único modo de suportá-la por tanto tempo e da razão do desconforto que ela a muitos causa, devido às batidas repetitivas, desconforto que acomete a todos aqueles que não se permitem alterar a consciência. Certamente que não estou falando do uso de drogas, que estão presentes nas festas da mesma forma como estão em toda a sociedade. As drogas são utilizadas pela mídia para desmoralizar as *raves* perante a opinião pública e transmitir medo e distanciamento. Ninguém precisa de drogas para vivenciar o *transe* que a *música eletrônica* proporciona. A pessoa somente tem que se permitir ser levada pela música. A alteração da consciência significa objetivamente a perda da consciência do eu e absorção completa do corpo pela música devido a uma concentração total em suas batidas, estas como que penetram na mente, sendo que ficamos completamente entregues aos estímulos sensoriais a que estamos submetidos em uma pista

de dança de *música eletrônica*. A atenção na música esvazia a mente de qualquer pensamento, neste sentido, estamos completamente absorvidos pela música quando ocorre uma alteração na batida, que não é brusca, esta nova batida estava desde há algum tempo inserida em nossa concentração, porém de forma que não ocupasse o lugar central da atenção, sendo percebida apenas subconscientemente. Porém, esta percepção subconsciente toma o lugar da batida central, produzindo um *despertar*. O corpo como que acorda de uma batida para ingressar em outra, essa mudança produz um efeito eufórico muito acentuado, a pista de dança nesses momentos é preenchida por gritos e exclamações de júbilo. O *transe* muda incessantemente, sem parar, de uma batida para outra produzindo um sentimento de felicidade e de harmonia entre todos os entregues ao *transe*. Nunca o *transe* chamaria a minha atenção nos livros que estava começando a entrar em contato a respeito da história da educação brasileira se não fossem as festas de *música eletrônica* que participava quase todos os finais de semana.

I

O Cuidado para com a vida da população: Manuel Bomfim em *O Brasil Republicano*.

A concepção de educação que entraremos em contato nos livros didáticos escritos por Manoel Bomfim, Olavo Bilac e Coelho Neto no início do século XX é claramente democrática, ou seja, tinha por princípio incluir o maior número possível de pessoas nos direitos sociais, políticos e civis que o Estado deveria salvaguardar. Em um ensaio, *O Brasil Republicano*, datado de 1930 e publicado no livro *O Brasil Nação*, Manoel Bomfim realiza uma retrospectiva da história republicana brasileira. O ensaio foi escrito quando Manoel Bomfim já estava doente de câncer, um pouco antes de sua morte. Nesse momento, ele passa em revista aos principais anos em que atuou politicamente pela defesa e pela constituição da escola pública brasileira. Como não há críticas neste ensaio sobre suas posições defendidas no período, podemos afirmar que o autor sintetiza argumentos que o acompanharam ao longo de sua trajetória. Além disso, a própria idealização da vida nacional que muitas vezes nos deparamos no livro didático *Através do Brasil*, de co-autoria com Olavo Bilac em 1910, nos fazem supor que este livro fazia parte do mesmo movimento de crítica à realidade brasileira constituída que encontramos nesse ensaio.

A perspectiva de democratizar o Brasil, segundo Manoel Bomfim, inserindo um número cada vez maior de pessoas na vida política nacional, não se concretizou com a proclamação da república de 1889. Uma série de conseqüências desastrosas fez com que a vitória inicial dos ideais republicanos se transformasse num quadro político desolador.

De fato, a política republicana destes trinta e sete anos foi a mais própria para o patente resultado, de ostensiva renúncia, à liberdade, democracia, opinião ... à própria honestidade. Na prática, ela realiza, desproporcionadas, todas as misérias da tradição, em descaso, que se fez licenciosidade (Bomfim, 1998; p.584).

A crítica principal de Manoel Bomfim neste ensaio foi feita contra o abandono sistemático da população pelos poderes públicos, inscrevendo-o numa perspectiva política em que o controle da população deveria ser o ponto principal das estratégias políticas do poder. *Indiferente à sorte das populações, ficaram os estados às espúrias oligarquias.* Assim, o descaso para com o bem público tornou-se dominante e os governantes ficaram imersos em atos de corrupção e em interesses particularistas.

Para a política brasileira, governar se confunde absolutamente com – dominar e possuir, pois que os governantes assimilam a ignomínia dos seus interesses à vida do Estado e às necessidades da nação, dando, a tudo, o preço das suas pessoas. Desta forma, a função de dirigente se tornou, cada vez mais, incompatível com as obras de desinteresse, em sincera dedicação (Bomfim, 1998; p. 599).

Podemos sintetizar os atributos do Estado nacional brasileiro da primeira república criticada por Manuel Bomfim, a partir dos seguintes pontos que se relacionam com o problema da população:

- O Estado não constituía um ordenamento jurídico estável para a inclusão da população brasileira, os governantes eram os primeiros a não respeitarem as leis. *Mesmo para a prostituição, há exigências de compostura e de relativa decência. No Brasil republicano, a profissão de político desnivela a função até a imundície.*
- Não havia ideais coletivos, voltados para a inclusão da população nos benefícios e no ordenamento estatais. *A República, quanto ao progresso social tem sido nula: não houve, neste vasto Brasil, nem uma propaganda de idéias, nem uma campanha política desinteressada.* Os governantes criavam um sistema social e político que viveria em eterno estado de exceção, ou seja, de suspensão das regras jurídicas.

- Os governantes estariam marcados por interesses particulares, imersos na corrupção. *Os governantes assimilam a ignomínia de seus interesses à vida do Estado.*
- O Estado não delegaria nem forneceria os meios para que os indivíduos fossem aptos à iniciativa pessoal. *Neste Brasil, onde tudo está por fazer, ninguém tem direito de iniciativas, em nenhum assunto que diga com o destino da nação, e o país continua carecido de toda lúcida providência a não ser a que vem do alvidrio presidencial.*
- O Estado brasileiro estaria fundado no direito de morte da população e não no cuidado para com a vida. *E porque sejam em tudo domínio torpe, eles ainda malsinam e infamam sua pobre população de quem são feitores, prontos a fuzilá-la quando ela se mostra na única atividade social que lhe é deixada: a do cangaceirismo.*

A perspectiva política de Manoel Bomfim estaria voltada para o cuidado com a vida da população, criticando o Estado brasileiro por não incluí-la em suas preocupações, por culpa dos governantes que apenas faziam do Estado seu *meio de vida, satisfação brutal e acintosa de apetites*. Essa realidade necessitaria de uma mudança de atitude mental dos dirigentes políticos, era preciso uma renovação intelectual do país, cujos dirigentes fossem capazes de produzir ideais coletivos, programas políticos de inclusão da população, coerência e honestidade. Manoel Bomfim critica a extensa coleção de discursos dos políticos que, ao seu ver, não transmitem nenhuma idéia ou conceito original, sendo apenas retórica vazia, cujo único objetivo é a vanglorização pessoal. *O valor de inteligência, eles o dão no que pretendem seja eloquência, e derramam-se, então, retóricos fofos, sem chama ou idéia, nem originalidade de conceitos*. Essa mentalidade dos dirigentes brasileiros, no entender de Manoel Bomfim, revelaria a incapacidade de ação e de vontade para com o cuidado da vida da população. Como veremos nos próximos capítulos, Manoel Bomfim escreveu um livro didático *Noções de Psicologia* preocupado com o funcionamento da mente, o autor procurava instituir uma nova forma de construção do pensamento brasileiro,

a partir da formação de uma nova mentalidade na classe dirigente, o que necessitaria de preparo e instrução escolar.

É um expressivo sintoma de decadência mental, esse esforço de amaneiramentos, e essa minúcia na futilidade; século de gramáticos, puristas, retóricos... na extensiva nulidade de pensamento. Quando é esse o padrão de inteligência, como esperar que se preparem as mentalidades nas novas gerações, para a originalidade da idéia, o pensamento em vida, operante, a iniciativa da ação inteligente? (Bomfim, 1998; p.611).

O espírito ativo de Manoel Bomfim não o satisfazia apenas com a realização de críticas à realidade nacional constituída, ele estava disposto a interferir nessa realidade, encontrando na escola pública, na difusão do ensino, a perspectiva política de constituição de uma nova sociedade. Ele escreveu um livro didático voltado para a sistematização de uma nova mentalidade na sociedade brasileira, preocupado em instituir uma nova forma de organização mental para as novas gerações, além de sugestioná-las afetivamente para o cuidado e organização da população brasileira. Seriam novos homens de estado que essa nova educação, a princípio, visaria formar, ou seja, homens imbuídos de ideais coletivos, preocupados com o problema da população.

Essa obra educativa, em que se elevará a nação brasileira, para ser efetivamente livre, próspera e humana; tal obra não se pode realizar senão com a própria capacidade ativa do Estado; isto é, há nela um tal desenvolvimento, uma tal harmonia de formas, para uma tal coordenação de efeitos, que vão além da iniciativa e das possibilidades individuais (Bomfim, 1998; p.613).

Se o Estado republicano na época era incapaz de conceber uma obra educativa tal como pensava Manoel Bomfim, ele teria que ser completamente reconstituído. O Brasil necessitava de uma nova classe política. Obra urgente, pois o perigo de catástrofes sociais e de invasão estrangeira eram, na visão do autor, latente.

Se permanecermos ignorantes, malpreparados, por fora, fatalmente, do progresso, seremos afastados e eliminados pelos que marcham resolutamente para o futuro. É uma marcha em que não se espera. Concretamente: para evitar o desastre, temos de agir sobre as novas gerações, robustecendo-lhes o corpo, e, sobretudo, apurando-lhes as energias de pensamento, devolvendo-lhes o caráter em lucidez e poder

de vontade, para a solidariedade da ação. Tanto vale dizer: há que educá-las como o exigem as condições do mundo moderno, ainda que, para tanto, seja preciso refazer a ordem política (Bomfim, 1998: p.614).

Portanto, encontramos nestas análises de Manoel Bomfim a respeito da República Velha no Brasil a coordenação de três princípios básicos que orientaram sua atuação política no período, tal como a podemos conceber também em Olavo Bilac.

- a) A edificação do cuidado para com a vida da população como princípio político fundamental em que deveria se apoiar a ação estatal.
- b) Sendo o Estado brasileiro incapaz de se basear neste princípio por estar impregnado de interesses particularistas, ele deveria ser transformado por completo.
- c) A escola pública, por ser o local de aprendizagem de uma nova mentalidade e de novas concepções sobre as potencialidades do Brasil, teria, em seus egressos, o poder de constituir essa nova realidade necessária ao país.

Esse trabalho de pesquisa se centrará neste último ponto, concebendo a forma como o educando deveria ser subjetivado a partir de livros didáticos de Manoel Bomfim e Olavo Bilac, analisando a tecnologia empregada nesta subjetivação e os conteúdos sugestionados. Veremos, também, a forma como os autores pensavam a relação entre escola e sociedade constituída, para assim demonstrar o estatuto transformador da realidade em que a escola pública brasileira em seus anos de formação seria concebida.

Assim sendo, descritos sumariamente os objetivos políticos dos autores analisados, passaremos agora para análise de seus livros didáticos.

II

Uma tecnologia da consciência: Manoel Bomfim em *Noções de Psicologia*.

Da captura do corpo à soberania.

Manuel Bomfim³ ao criticar o método tradicional de ensino, vigente no Brasil até as primeiras décadas do século XX, época em que ocorrem as primeiras reformas da educação pública brasileira, caracteriza-o, ao meu ver, principalmente, pelo uso excessivo da linguagem oral pelo professor e pela passividade do educando em sala de aula. O autor apresenta uma metodologia de ensino calcada na utilização ampla dos órgãos sensoriais do educando em contato direto e ativo com os objetos de ensino. A utilização do corpo do educando no processo de aprendizagem seria uma grande novidade dessa metodologia em relação ao ensino tradicional.

Os estímulos sensoriais seriam a base a partir da qual o educando aguçaria sua curiosidade e procuraria conhecer mais do objeto apresentado pelo professor. Essa estratégia procurava romper possíveis resistências do educando à escola, ao mesmo tempo em que disciplinava de uma forma determinada as relações deste para com o meio externo. O caminho efetuado para atingir a aprendizagem passaria, então, primeiramente, pelo exercício dos sentidos, que, em sala de aula, não se limitariam aos auditivos, mas incorporariam os táteis, os visuais, os olfativos e os motores. A escola, dessa forma, ampliaria o espectro de excitações possíveis a que estaria sujeito o educando, absorvendo, assim, sua atenção e curiosidade.

Admitimos, a partir do que foi exposto, que a escola, idealizada por Manuel Bomfim, passaria a ser um local de disciplinamento do corpo ao mesmo tempo em que o utiliza incessantemente. Possíveis resistências a esta utilização seriam rompidas pela

³ BOMFIM, Manoel. *Noções de Psicologia*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1917, 2º ed.

contínua mudança e novidade dos objetos de ensino⁴. Isso, como veremos mais adiante, já expressaria um intuito fundamental da educação escolar nesse início de século XX no Brasil: converter-se em um espaço fora⁵ daquilo que prevalece na realidade cotidiana. Em termos gerais, o cotidiano é marcado pelo hábito e pela repetição de processos usuais e comuns, o cotidiano tende à monotonia, porém a escola seria um espaço marcado pela apresentação constante da novidade⁶. Como veremos mais adiante, admitimos, que nesse momento em que a escola começa a utilizar o corpo do educando, ela assumiria um importante papel político, precisando, também, se diferenciar da realidade constituída para que a consiga constituir.

Deixando, por enquanto, em suspenso essa discussão sobre a relação da escola para com a ordem constituída, gostaria de adentrar-me, neste momento, no trabalho de disciplinamento do corpo realizado pela escola, por ser este primordial em sua pretensão constituinte da realidade social e por ser este o cerne da descrição e análise que faremos do livro *Noções de Psicologia* de Manoel Bomfim. Sendo assim, podemos afirmar que a escola, segundo o autor, não produziria apenas objetos sensorialmente excitativos para

⁴ Manoel Bomfim no apêndice de *Noções de Psicologia* apresenta um estudo sobre a fadiga, cansaço produzido no aluno por um estímulo repetido em um espaço de tempo contínuo. A pesquisa demonstra que as respostas corretas alcançadas pelo aluno induzido sob determinado grupo de estímulos decaíam com o passar do tempo, voltavam a crescer após algum período de descanso, mas sempre em proporção menor ao período antecedente, até que o período de descanso não representaria melhora significativa nos resultados alcançados. Nesse caso, dizia-se que o aluno estaria em estafa, pois o período de descanso não foi suficiente para a melhoria de sua performance, ele necessitaria de um descanso prolongado. A importância deste estudo revela-se na medida em que a fadiga e a estafa são relacionadas ao grau de concentração que um aluno conseguiria atingir, este seria indispensável na medida que se deseja ter disponível o corpo do educando. Assim sendo, se tornava importante conhecer o limite corporal de cada aluno, saber o quanto dele poderia ser exigido e, assim, possibilitar uma intervenção que aumentasse sua eficiência, além de prevenir a estafa. *A fadiga simples é um fato normal, psicológico, inevitável, em quem trabalha; quer dizer, desde que um órgão funcionou sobrevêm-lhe a fadiga, com repercussão sobre o organismo em geral. É indispensável, então, dar-lhe o repouso preciso, para que os tecidos fatigados se regenerem, e que se eliminem os produtos de desassimilação, que resultaram especialmente do trabalho em questão.* (Bomfim, 1917: p.363).

⁵ Utilizo o termo fora para referir-me à diferença fundamental entre o espaço da escola e o da vida cotidiana, tal como demonstrarei no pensamento educacional de Manoel Bomfim e Olavo Bilac. A internalização de um novo ordenamento realiza-se a partir de um espaço privilegiado, a escola, pois existia nesses autores um forte questionamento crítico com tudo aquilo que ficaria fora da escola.

⁶ Veremos que esta relação entre escola e vida cotidiana assume, num paralelo, o mesmo caráter da relação que existe entre a norma jurídica e vida nua ou entre norma e exceção. Sendo toda norma produzida a partir da exceção, segundo Agamben, a escola só poderia eclodir enquanto normalização da vida, a partir da constatação dos perigos e das *excrescências* existentes no cotidiano. Olavo Bilac e Manoel Bomfim procuraram fazer com que o Estado brasileiro das primeiras décadas do século XX exercesse uma política sistemática de controle sobre a vida de sua população e de cada corpo em particular, nesse sentido, podemos compreender a campanha cívica a favor do serviço militar da escolarização. O poder, na modernidade, cada vez mais assumiria esse papel de normalização da vida. *O direito tem caráter normativo, é norma (no sentido*

agudizar a atenção e a curiosidade do educando, ela produziria, também, uma maneira, uma forma, um método dele se apropriar de qualquer objeto. Portanto, Manoel Bomfim prescreveria os princípios fundamentais de organização e sistematização mental ao mesmo tempo em que está interessado em constituir a ordem social brasileira de uma forma diferenciada daquela que se encontrava constituída. Assim, com esses objetivos, Manoel Bomfim desenvolveria um padrão, uma disciplina, uma tecnologia⁷ de funcionamento da mente em contato com essa ordem social constituída.

Acompanhemos um trecho do texto de Manoel Bomfim, onde se torna possível demonstrar os intentos de estimular o corpo do educando com o máximo de excitações possíveis e, ao mesmo tempo, fornecer-lhe um método de organização e de processamento destas excitações:

Em psicologia a didática tradicional será sempre estéril e falsa. O material de estudo é copiosíssimo, inexaurível, a variedade de manifestações infinita; em si mesmo e no mundo que o rodeia, encontra o estudante todo o necessário para a observação. Mas é preciso que ele aprenda a reconhecer, a discernir, a analisar pacientemente antes de concluir. E isto só se obtém se as exposições didáticas e as respectivas classificações se fazem sob a forma de descrições e análises animadas. A estrutura do espírito e o mecanismo das funções se devem apresentar concretamente, como quando queremos fazer conhecer a vida do organismo pela apreciação direta da atividade fisiológica. (Bomfim, 1917: p. 5-6 – grifos meus).

Essa tecnologia, para o contato do indivíduo com sua realidade exterior, apresenta-se por um caminho de etapas bem definidas. Este bom proceder da mente não é um método concebido apenas para a educação escolar, pois ele pode também transparecer nas análises da realidade brasileira realizadas por grandes intelectuais do início do século XX, no qual entramos em contato para a realização deste trabalho, a saber: o próprio Manuel Bomfim, Olavo Bilac e Euclides da Cunha. Nesse sentido, apresenta-se difundida em múltiplos espaços sociais, não apenas na escola.

próprio de esquadro) não porque comanda e prescreve, mas enquanto deve, antes de mais nada, criar o âmbito da própria referência na vida real, normalizá-la. (Agamben, 2002: p.33).

⁷ *A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia. (Foucault, 1997: p.177).*

Descrevemos esquematicamente as etapas principais desta tecnologia:

1 – Contato sensorial com o objeto do conhecimento, exercício dos órgãos sensoriais. Etapa inicial de excitação dos sentidos por um objeto que absorve completamente a atenção do educando.

2 – Etapa de formação da imagem mental, evocada sem a presença física do objeto. Manoel Bomfim conceitua essa imagem com o termo representação. A representação é o conhecimento que resulta imediatamente da impressão e define-se pela capacidade do educando de reproduzir a impressão. A representação, embora esteja intimamente ligada ao objeto impressionante, é uma elaboração subjetiva para com o objeto, visto que a consciência, segundo Manuel Bomfim, seleciona os atributos que considera mais importantes, dando a estes maior ênfase na representação final do objeto do que outros considerados secundários.

3 – Etapa de afetividade que consiste na elaboração de sentimentos para com o objeto, que podem variar de agradáveis a desagradáveis. A moralidade insere-se na medida em que não se trata apenas da oposição entre prazer ou dor, mas, também, daquela francamente moral que separa o justo do injusto. A afetividade traduz a *correspondência das nossas condições pessoais subjetivas com as impressões recebidas* (Bomfim, 1917: p. 15). As *condições pessoais* são sempre reformáveis, por isso as afeições podem se alterar através do ato educativo.

4 – Finalmente, a etapa onde se delibera uma ação individual qualquer sugerida pelo contato com o objeto, trata-se da manifestação da vontade. A vontade é uma relação pessoal com o objeto elaborada a partir da representação e da afetividade. As manifestações de vontade podem ser reformadas pelo ato educativo, principalmente sob a forma de sugestões, sem a utilização da repressão. O ato impulsivo seria a manifestação de uma ação que não passou pelo crivo da consciência.⁸

⁸ Esta tecnologia possui um caráter prático evidente, podendo servir de modelo para a elaboração de planos de ensino para qualquer disciplina, podendo ser ensinada muito mais pelo exemplo prático do que pelo seu conteúdo em si. Divaguemos. Se ao professor cabe apresentar o reino vegetal aos seus educandos, ele poderia

Essa tecnologia que recebe a denominação de *consciência*, apresentada por Manoel Bomfim, seria o modelo, a ser ensinado nas escolas, de como os indivíduos deveriam se relacionar com o meio que os circundam. Ela possui instâncias, conforme o esquema, objetivas e subjetivas. A objetividade do contato sensorial se mescla à subjetividade da representação mental, da afetividade e da vontade. Nestas instâncias subjetivas conforma-se o espaço de intervenção da educação escolar, *sentimento e vontade são produtos diretos da intervenção educativa*⁹. (Bomfim, 1917: p.8). Portanto, é na subjetividade que se instaura o poder constituinte da escola. O educando não é incentivado a produzir livremente imagens, afeições e vontades, mas a produzi-las conforme uma determinada tecnologia e conforme determinadas sugestões. O sentimento e a vontade diferenciam-se das manifestações emotivas, impulsivas e instintivas por não serem elaborações mecânicas, reflexivas e irrefletidas, mas por possuírem um caráter de construção e de reforma.

O poder constituinte da escola estaria em dotar os indivíduos de soberania na medida em que fossem constituídas suas subjetividades. Não haveria para os egressos da escola uma *correspondência das condições pessoais subjetivas com as impressões recebidas* da realidade brasileira, impulsionando estes para a transformação desta realidade que está em discordância com as suas disposições pessoais. Se a aposta política de Manoel Bomfim estaria nas reações voluntárias dos egressos da escola, precisaríamos nos perguntar sobre a estrutura desse poder soberano que se transfere da escola para os indivíduos.

Nesta procura, poderíamos afirmar que a psicologia e a pedagogia no início do século XX cruzar-se-iam tal como faces de uma mesma moeda, complementando-se

seguir os seguintes passos: a) contato sensorial com o conjunto das espécies que compõem este reino, b) Elaboração de imagens ou redações a respeito dessas espécies, c) Caracterização das diferenças que existem entre os vegetais e os outros reinos, suas diferentes espécies, seus modos de vida, etc, d) Elaboração do caráter agradável ou desagradável do contato com as diferentes plantas, sentimento de repulsa para com a destruição ambiental, e) Ações relativas a proteção ambiental dentro da escola e junto a comunidade. Logicamente, este é apenas um esboço que apenas serve para comprovar num exercício rápido de reflexão o caráter essencialmente prático da tecnologia proposta por Manoel Bomfim.

⁹ Nesse sentido, a partir do esquema exposto, a educação escolar não poderia ser pensada fora de qualquer consideração ideológica, visto que a subjetividade é produzida em um determinado sentido, sugerindo-se uma maneira particular de valorização e de reação ao meio. Porém, entender que a educação assumiria sempre uma ideologia manifesta não apresenta apenas o problema de se saber quais são as ideologias em disputa, mas de analisar a própria captura da vida nua no espaço escolar e de que forma esta se relacionaria com as normas sociais.

mutuamente. A primeira descrevendo os limites da normalidade e da anormalidade¹⁰ do ato adaptativo e a segunda às formas e os processos necessários à adaptação. Assim, os instrumentos da psicologia delimitariam a exceção, à ciência estaria a primeira palavra soberana no ato de delimitar uma exceção, e a pedagogia forneceria as tecnologias de sua internalização. Nesse sentido, o processo só se constituiria efetivamente se cada indivíduo já imbuído dessa tecnologia visualizasse por seus próprios esforços a exceção e a regra, neste momento, conforme o que encontramos em Manoel Bomfim, o poder soberano recairia novamente ao indivíduo, não mais aquele entregue a atos impulsivos, mas num indivíduo qualificado.

Encontramos, assim, dois momentos distintos, mas imbricados:

- a) A institucionalização da regra nos conteúdos do ensino escolar, a partir daquilo que é constituído enquanto exceção¹¹, processo auxiliado pela ciência. O indivíduo está ausente de qualquer função soberana.
- b) A subjetivação, ou seja, criação de mecanismos que disponha os corpos para determinados modos de procedimento, possibilitando torná-los novamente soberanos. A escola é, por excelência, um desses espaços de subjetivação.

A internalização das normas, conforme Manoel Bomfim, não funcionaria como uma completa anulação do indivíduo, deslocando o poder soberano para uma instância muito acima dele. O que esta análise gostaria de argumentar, a partir do estudo de *Noções de Psicologia*, é que Manoel Bomfim devolve a soberania ao indivíduo somente depois de uma politização decisiva do seu corpo biológico realizada na escola.

Assim, gostaria de esboçar um pouco mais a respeito deste retorno da soberania ao mesmo corpo donde fora excluído seus atos impulsivos. Para isso, vejamos como

¹⁰ Observa-se que a psicologia, enquanto instrumento científico, é também aplicada às coletividades. Os sintomas das neuroses individuais são pensados em termos sociais, por isso assumem um caráter médico e profilático. Como exemplo histórico há o livro *Psicologia das Multidões* de Gustave Le Bon.

¹¹ *A ordem jurídica não se apresenta em sua origem simplesmente como sanção de um fato transgressivo, mas constitui-se, sobretudo, através do repetir-se do mesmo ato sem sanção alguma, ou seja, como caso de exceção. Este não é uma punição do primeiro, mas representa a sua inclusão na ordem jurídica, a violência como fato jurídico primordial... Neste sentido, a exceção é a forma originária do direito.* (Agamben, 2002; p. 33).

Agamben, a partir da descrição dos estudos de Michel Foucault, nos chama a atenção para duas formas distintas em que se apresenta o poder na modernidade, que por sua simultaneidade são paradoxais e que não deixaram de produzir efeitos em Manoel Bomfim:

Uma das orientações mais constantes do trabalho de Foucault é o decisivo abandono da abordagem tradicional do poder, baseada em modelos jurídico-institucionais (a definição da soberania, a teoria do Estado), na direção de uma análise sem preconceito dos modos concretos com que o poder penetra no próprio corpo de seus sujeitos e em suas formas de vida. Nos últimos anos... esta análise parece orientar-se segundo duas distintas diretrizes de investigação: por um lado, o estudo das técnicas políticas (como a ciência do policiamento) com as quais o Estado assume e integra em sua esfera o cuidado da vida natural dos indivíduos; por outro, o estudo das tecnologias do eu, através das quais se realiza o processo de subjetivação que leva o indivíduo a vincular-se à própria identidade e à própria consciência e, conjuntamente, a um poder de controle externo. (Agamben, 2002: p.13).

Assim sendo, o aspecto decisivo do poder encontra-se na vinculação de técnicas de centralização, constituindo um Estado totalizador e gerenciador da população, e, por outro lado, técnicas de individualização, em que o próprio indivíduo, municiado de certos procedimentos, aplica-os no disciplinamento do próprio corpo e no convívio social. Devemos esperar, então, estar diante de um poder que ao mesmo tempo centraliza soberania e a dissolve. Dessa forma, encontramos no livro *Noções de Psicologia* de Manoel Bomfim muito mais do que o contato inicial com uma área do conhecimento científico, sobretudo, um manual do pleno funcionamento mental, capaz de tornar cada corpo soberano ao mesmo tempo em que todos convergiram para um poder centralizado¹².

Apresenta-se em *Noções de Psicologia* de Manoel Bomfim a demonstração de como uma específica tecnologia do corpo pode ser utilizada na constituição soberana da anormalidade e da normalidade social. Com certeza, fazer valer o poder sobre o corpo biológico da população e do indivíduo, com isso, construir os limites do que é socialmente normal e anormal está além da simples construção da norma a partir dos modelos jurídicos europeus, ou seja, estes limites fazem com que os indivíduos operem a partir daquilo que se procura constituir na sociedade. De fato, ao demonstrarmos mais desta tecnologia, temos que ter explícito o horizonte político em que ela se insere, no caso, a própria constituição

soberana das normas sociais levada a cabo por indivíduos que tiveram seus corpos disciplinados. Se verdade, o poder sobre os processos cerebrais, em si individuais, enquanto uma tecnologia ensinada na escola, levaria a constituição dos limites sobre os quais se situaria a própria sociedade. Convergindo, assim, um poder soberano centralizado atuando através dos conteúdos escolares e um poder soberano individualizado, que todo aquele cujo corpo fora disciplinado seria capaz de exercer.

Como exemplo, o título da conclusão do livro de Manoel Bomfim é muito significativo: *A personalidade e a tradição social*. Ou seja, todas as descrições sobre o modo de proceder da mente, que o indivíduo utiliza em suas relações com o meio, ao invés de demonstrar a independência ou dependência individual total ao meio externo só fazem demonstrar a sua implicação soberana. Sintetizamos esse movimento no seguinte esquema:

1º movimento - Exclusão na escola dos procedimentos individuais impulsivos ou instintivos nas relação com o meio externo constituído. Politização do corpo.

2º movimento - Caracterização na escola de um modo habitual de procedimento para com a realidade constituída. Afirmação do indivíduo através da consciência. Inclusão do indivíduo nas relações com o meio externo, porém de uma forma qualificada, consciente.

3º movimento – Os indivíduos no momento que internalizaram na escola as tecnologias de funcionamento corporal seriam soberanos para constituírem os limites do que é socialmente normal ou anormal, mas estariam decisivamente implicados num poder centralizado.

Na conclusão de *Noções de Psicologia*, o autor procura analisar o paradoxo entre afirmação da personalidade e tradição social nos seguintes termos:

Dada a analogia das organizações cerebrais e a correlativa analogia das consciências (1º e 2º movimentos), com o processo de simbolização, criou-se um subjetivo geral – de toda a espécie (3º

¹² Ver anexo 1.

movimento); *desta sorte, o problema psicológico só se pode elucidar completamente, se tomamos em consideração este mesmo subjetivo generalizado.* (Bomfim, 1917: p.343).

Sociedade e consciência se implicariam no momento em que o social fosse definido por corpos politizados. Segundo Manoel Bomfim, a consciência individual se inscreve como o local em que habitam tradições sociais e sistemas simbólicos gerais, o que explicaria reações individuais análogas entre si na presença de determinado fenômeno externo. Assim, os limites da normalidade social estariam baseados na existência de procedimentos corporais generalizados, difundidos através de determinadas tecnologias e presentes em todas as consciências politizadas. A soberania do indivíduo convergiria, assim, para um poder situado fora dele.

Entre os elementos sociais, livres como são, estabeleceu-se um sistema de transfusões psíquicas, por meio de símbolos, transfusões que se tornam cada vez mais extensas e mais eficazes, e se resumem na transmissão consciente dos processos de reação e de adaptação. (Bomfim, 1917: p. 346-347 – grifos meus).

Assim, segundo Manoel Bomfim, a normalização centralizada das adaptações e reações ao meio ocorreria quando as consciências possuíssem o mesmo sistema de funcionamento, princípio de analogia e de compreensão mútua. Apenas desta forma teriam eficácia as sugestões do trabalho educativo, por serem gerais ao mesmo tempo em que constituintes da soberania das consciências individuais.

Uma vida disciplinada a partir do exterior não significa para Manoel Bomfim a abdicação da soberania individual, visto que para ele qualquer reação e adaptação ao meio poderiam ser reformadas. Deste modo, ao indivíduo cabe um grau de liberdade que está na própria capacidade individual de sensação, sensação que já não ocorreria naturalmente, mas disciplinadamente. Apenas assim, as reações e adaptações gerais poderiam ser renovadas, somente quando o indivíduo disciplinado percebe que as condições externas se alteraram e os seus antigos hábitos não mais possuem eficácia adaptativa.

Então, se Manoel Bomfim desautoriza a tradição social a se tornar uma imposição absoluta e concede ao indivíduo um grau de liberdade é porque ele possuía uma perspectiva democrática para a modernidade brasileira, embora situe o exercício do poder, como para

qualquer regime autoritário do século XX, no controle da vida biológica do indivíduo. Desse modo o autor conclui seu livro:

*O progresso não está, não poderia estar, na formal centralização dos processos sociais, nem na subordinação dos indivíduos a um poder exterior às consciências. O ideal, como regime social, ideal que já se define, há de ser o de – autoridade moral, cooperação voluntária e solidariedade afetiva. Por isso, só se realiza verdadeiro progresso quando (...) tem o indivíduo a possibilidade e a liberdade para desenvolver a sua inteira atividade, donde surgirão iniciativas, formas novas de reação e de coordenação (...) **As próprias tendências naturais, hereditárias, só se revelam sob o influxo da sociedade, e exprimem-se pelos meios de ação que a educação fornece.** A educação corresponde à assimilação do indivíduo na atividade social e, por isso mesmo, **compreende a organização da consciência** – que é, em suma, a síntese, continuamente reformável, do viver social no subjetivismo da personalidade. (Bomfim, 1917: p.350-351-352 – grifos meus).*

Se a simples vida biológica é capturada e excluída por um poder disciplinar que faz com que os corpos ganhem em eficiência e docilidade, por outro lado, esta mesma vida tem condições de novamente se incluir soberanamente, isso se já for uma vida qualificada, uma vida que internalizou a tecnologia disciplinar¹³. A vida neste segundo momento readquire seu estatuto soberano, pois se permite a ela a interferência nela mesma, ou seja, na produção de novos limites para a vida social.

Vejamos, então, de forma um pouco mais detalhada, a primeira e principal etapa desta tecnologia de funcionamento da mente que encontramos no livro *Noções de Psicologia* de Manuel Bomfim.

Aqueles que não se deixam capturar e o mecanismo do transe

Certamente que a estratégia de mobilizar o corpo do educando nas atividades de ensino não poderia ter sido realizada sem que houvesse sua total captura, não mais apenas aquela determinada pelos muros do colégio, mas naquilo que passa a ser essencial ao trabalho educativo: a construção dos modos de reação deste corpo. Tornar possível a utilização do corpo requer da escola a completa soberania sobre os limites que definem a

¹³ Ver anexo 2.

normalidade do modo de reagir do educando às sensações a que estaria sujeito. Em outras palavras, muito além de controlar os conteúdos das sensações e de apresentá-los enquanto sensações, a escola também instituiria um caminho adequado para a reação consciente às excitações dos sentidos. Tratar-se-ia da constituição de uma *tecnologia* determinada de funcionamento da mente, que estamos procurando esboçar através de *Noções de Psicologia*.

Uma das primeiras informações que se destacam neste livro assegura que o trabalho educativo visaria, primeiramente, refrear as atitudes impulsivas, emotivas ou instintivas presentes no educando. Este ato abriria a possibilidade de educar. A educação incidiria, nos termos de Giorgio Agamben, portanto, na exclusão das reações que não estariam sujeitas a um ordenamento. Assim, se anulariam todas aquelas reações puramente biológicas ou emocionais. A vida presente na mente do educando, oscilando conforme a oposição de prazer ou dor, seria capturada para que pudesse emergir baseada na oposição de justo ou injusto.

Conforme Giorgio Agamben, a exclusão dessa vida é o ato político primordial de uma estratégia biopolítica. Encontramos em *Noções de Psicologia* a manifestação dessa estratégia, materializada na preocupação de Manoel Bomfim com os corpos que não permitem ter suas reações modeladas, permanecendo, assim, fora de qualquer ordenamento. A biopolítica se inseriria definitivamente na escola no momento em que ela basearia o trabalho educativo na exclusão da vida situada fora do trabalho disciplinar. Todas as ideologias políticas presentes na escola poderiam, assim, convergir, em algum momento, para um ponto em comum, onde biologia e política, corpo e poder, se cruzam. Neste ponto encontrar-se-ia, talvez, um objetivo em comum: dispor de uma forma determinada do corpo do educando. Nesse sentido, poderíamos, talvez, pensar em um adversário em comum: todos aqueles cujos corpos não se deixariam capturar. A exceção representada pelos *anormais escolares*¹⁴ poderia ser um ponto de convergência das ideologias políticas presentes na escola, porque a exclusão dessa vida ainda não disciplinada constituir-se-ia no ponto onde toda instituição política do século XX, segundo Giorgio Agamben, decididamente convergiu, demonstrando-se cada vez mais fundada em pressupostos biopolíticos.

Portanto, qualquer ideologia dentro da escola se converteria numa forma determinada de dispor dos corpos dos educandos, no caso, uma forma determinada de formatar as reações às sensações. Um poder, pelo visto, em nada desprezível.

Quanto mais o corpo estiver disponível mais eficaz torna-se o trabalho educativo. Porém, a exclusão dessa vida deixaria a escola refém de uma constante vigilância, o que nos faz suspeitar de que esta exclusão é mais de direito do que de fato, pois a escola nunca deixaria de persegui-la onde quer que ela consiga insinuar-se.

O melhor meio de detectar a manifestação da *anormalidade* num educando, segundo Manoel Bomfim, estaria no uso contínuo do seu corpo. Este, ao apresentar sinais permanentes de resistência, deveria receber um tratamento profilático imediato. Conforme o texto:

Nas condições comuns, as deficiências e os desequilíbrios mentais da criança passam despercebidos, e só se fazem notar como defeitos, por essa ineducabilidade – que lemos aqui como não captura política. No entanto, é de toda importância que a anormalidade psíquica seja devidamente reconhecida e classificada desde cedo, a fim de ser convenientemente atendida, porque é essa a condição essencial de cura – instituir-se em tempo um regime educativo apropriado. (Bomfim, 1917: p.355).

Dessa forma, ao visualizarmos em *Noções de Psicologia* a inserção da escola na esfera biopolítica, perguntamo-nos: qual é o mecanismo prático que assumiria a exclusão do anormal e tornaria o corpo do educando disponível? Em outras palavras, de que modo é possível excluir atos impulsivos, emotivos e instintivos? Quem são aqueles cujos corpos não se deixam capturar? Que espaço vazio do ordenamento é este em que transitam os *anormais escolares*? Estes, afinal, são muito inquietantes, porque são aqueles que ficariam fora do ordenamento biopolítico, fora de qualquer esfera do direito e do dever, e, embora se trate de um conceito que não poderia assumir um conteúdo definitivo devido à constante disputa ideológica em torno de suas fronteiras, estariam sempre expostos à possibilidade de serem fisicamente eliminados ou presos, dependendo do contexto.

Os *anormais escolares* foram caracterizados por vários adjetivos em Manoel Bomfim, que, por exemplo, estão presentes na página 359 de *Noções de Psicologia*:

¹⁴ O termo *anormal escolar* foi cunhado por Manoel Bomfim em *Noções de Psicologia* num estudo, inserido

rebeldes, desatentos, distraídos, cruéis, dissimulados, impulsivos, deslembados, tíbios, tímidos, fatigados, irascíveis, exigentes. Neles, segundo o autor, é difícil a produção de uma moralidade que os englobasse e que os inseriria em uma determinada ordem social, ou seja, num determinado ordenamento político, pois tenderiam a viver em estado de *bando*¹⁵.

O anormal escolar, abandonado à vida comum, torna-se geralmente um tipo insocial (...). Sendo criaturas mais incapazes para se conformar com as regras da moral do que as crianças normais, dada a insuficiência do preparo mental, facilmente descambam para a desmoralização, o parasitismo e o crime. (Bomfim, 1917: p.355 –356 – grifo meu).

A incapacidade para se conformarem às regras da moral advém, em última instância, de uma dificuldade que teria que ser superada pela escola de alguma forma, pois a escola teria para Manoel Bomfim como obrigação incluir todos dentro de suas *tecnologias*.

Em Manoel Bomfim, os *anormais escolares* se constituíam em dois grandes grupos:

- a) Os retardados mentais – caracterizam-se pelo lento desenvolvimento mental, que deixa o adulto com uma mentalidade infantil. No geral, seu corpo pode ser capturado por uma excitação, porém esta não o faz um indivíduo moral, por estar ausente a capacidade de representação e de pensamento abstrato. *Em regra, o retardado percebe tão bem como o indivíduo normal, mas não sabe aproveitar-se dessas percepções como o fazem as inteligências bem constituídas. (Bomfim, 1917: p.357).*

- b) Os desequilibrados mentais – nestes a captura do corpo torna-se extremamente difícil por serem ou muito agitados ou demasiadamente calmos. Há um outro tipo de desequilibrado que configura aquela criança tendente a comportamentos imorais, mais próximos de atitudes criminosas.

no apêndice desta obra, intitulado: *Caracterização dos Anormais Escolares*.

Em todos os casos, em maior ou menor medida, as crianças seriam avaliadas segundo o grau de atenção a um determinado objeto. Elas apresentariam déficits em relação aos normais que mais facilmente deixam-se absorver por um objeto exposto em sala de aula. Os normais configurariam suas atitudes em referência às sugestões e aos modos de operar presentes nesse momento de captura de seu corpo. Aos *anormais escolares* isso não seria possível, pois eles não se deixariam capturar.

O momento decisivo de exclusão do *anormal*, momento de captura do corpo do educando, assumiria termos práticos sob a forma de um conceito que procuraremos definir: o *transe*.

Na apresentação aos professores do livro *Através do Brasil* de Olavo Bilac e Manuel Bomfim, encontramos a seguinte passagem:

Os heróis principais destas simples aventuras, não os apresentamos, está claro, para que sejam imitados em tudo, mas para que sejam amados e admirados no que representam de generoso e nobre os estímulos que os impeliram, nos diversos transes por que passaram. Não se pode influir eficazmente sobre o espírito da criança e captar-lhe a atenção, sem lhe falar ao sentimento. (Nas nossas palavras, só se poderia constituir o *espírito da criança* de uma forma qualificada se a escola capturasse o corpo dessa *criança* através de sua atenção e de seus sentidos) *Foi por isso que demos ao nosso livro um caráter episódico, um tom dramático – para despertar o interesse do aluno e conquistar-lhe o coração. A Vida é ação, é movimento, é drama. Não devíamos apresentar o Brasil aos nossos pequenos leitores mostrando-lhes aspectos imotos, apagados, mortos* (Bilac & Bomfim, 2000: p.46-47 - grifos meus).

Nesta passagem do texto, encontramos a vinculação de três momentos decisivos:

- a) O *Transe*, momento em que o educando estaria em relação sensorial com o objeto de estudo. Soberania absoluta da escola. Os *anormais escolares* seriam, em última análise, aqueles que não conseguem ou resistem ao transe.

¹⁵ *A relação de exceção é uma relação de bando. Aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas é abandonado por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que vida e direito, externo e interno, se confundem.* (Agamben, 2002: p. 36).

- b) A adoção de uma determinada *tecnologia* de processamento mental dos objetos de ensino. Soberania absoluta da escola. Os *anormais escolares* por não entrarem em transe não adotariam as sugestões e as tecnologias escolares, suas reações permaneceriam no terreno dos atos impulsivos, emotivos e instintivos.
- c) A edificação moral do educando. Este, inscrito dentro de uma *tecnologia* determinada comporia uma forma determinada de reação ao meio. O meio externo, para Manuel Bomfim, poderia sofrer variações em suas manifestações, porém seria invariável a forma com que o indivíduo tornaria consciente este meio¹⁶. Esta invariabilidade das disposições internas apreendidas na escola restituiria sua soberania anteriormente perdida, ao preço de o inscrever nos tentáculos de um poder que o engloba. Os *anormais escolares* nunca seriam englobados por uma moralidade social.

Certamente não é inocentemente que Bilac & Bomfim grafam a palavra *transes* em seu texto. Ela representa, através da utilização dos órgãos sensoriais em sala de aula, o meio mais eficaz para se iniciar a interiorização de determinadas tecnologias ou sugestões de reações. Em outras palavras, captura-se o corpo para que ele posteriormente possa emergir qualificado.

A palavra *transe* utilizada por Bilac & Bomfim não quer apenas significar os grandes perigos e dificuldades por que passaram os protagonistas do romance. *Estado de aflição, angústia; viva inquietude, momento problemático* (Dicionário Houaiss, verbete: transe). Mas está associada, sobretudo, com a forma como o professor poderá capturar a atenção dos alunos em sala de aula, em resumo, através de grandes comoções, proporcionadas na admiração pelos personagens e lugares visitados. Nesse sentido, nos deparamos com um outro significado do verbete: *fenômeno religioso e social de representação coletiva, ligado à expressão corporal, no qual o médium experimenta um sentimento de identificação com certos comportamentos-tipos aprendidos daqueles que o*

¹⁶ *Nas manifestações comuns da atividade consciente, essa necessidade de normalização, essa tendência à estabilidade, toma o nome de hábito. E a experiência nos mostra, de modo nunca desmentido, que, organizada a atividade psíquica do indivíduo por um modelo qualquer, a força do hábito manterá depois as práticas e as formas de ação.* (Bomfim, 1917: p. 286).

iniciaram no rito ou seita como correspondentes a determinada divindade ou entidade (Dicionário Houaiss, verbete: transe). Metaforicamente, no caso de *Através do Brasil*, o professor é o *médium* que ritualiza na sala de aula o *sentimento de identificação* com a *entidade* Brasil. Essa noção pode ser complementada com o estado mental que o contato com essa entidade transcendente acarreta ao indivíduo: *estado de abstração ou de exaltação de alguém que se sente transportado para fora de si e do mundo sensível, e em sintonia com algo transcendente* (Dicionário Houaiss, verbete: transe).

O *transe* pode ser concebido como a fórmula fundamental que relaciona o educando, o professor e os objetos de estudo com uma determinada vida qualificada. Ou seja, exclui-se o *anormal* quando o professor ao apresentar um objeto de estudo consegue transportar o educando para fora de si, possibilitando uma sensação transcendente que o captura. O professor é o *xamã* que ao estar imbuído de uma determinada identidade política, ou seja, um determinado ordenamento que o perpassa por inteiro, é capaz de capturar os alunos a ponto de sentirem-se sob o mesmo domínio¹⁷. Se a estrutura psíquica do educando não estiver absorvida no objeto, não haverá curiosidade, não haverá ensino e este será tratado como um *anormal escolar*.

O *transe*, dessa forma, pode ser descrito como o principal instrumento pedagógico para os autores, no sentido de politização do corpo. O *transe* pressupõe um mecanismo de intersubjetividade posto em ação na sala de aula. O estado de hipnose que acompanha o *transe* faz com que a pessoa, conforme o sentido sugerido, seja levada à ação. A reconstrução do país exigiria espíritos hábeis, abnegados e dispostos à luta, assim, o *transe* não seria um estado de contemplação, mas de convencimento à ação. O convencimento pode ser descrito a partir de um sinônimo de transe, o verbe *inquietação*: *o ato de preocupar-se com o que está além dos seus conhecimentos, insatisfação intelectual* (Dicionário Houaiss, verbete: inquietação). Esta seria, ao meu ver, a posição que o educando deveria assumir para os autores, possibilitando a captura de seu corpo no contato com os objetos do ensino.

Um aluno em *transe*, tocado em sua sensibilidade, cujo corpo foi capturado por estar absorvido na fixação ao objeto, em estado de hipnose e curiosidade, é, para Olavo Bilac e Manuel Bomfim, o melhor meio para que se restabeleça posteriormente sua

¹⁷ Ver anexo 3.

soberania, pois não estaria mais abandonado pelo Estado, mas predisposto a apreender uma vida qualificada¹⁸.

Em *Noções de Psicologia*, a realização plena da consciência, que envolve os estágios de percepção, representação, afetividade e ação, só se efetuará eficazmente se o primeiro contato com os objetos que compõem a realidade exterior assumir a forma do *transe*. Assim, quanto mais se pronuncia o estado de *transe*, mais os processos conscientes poderiam se definir plenamente. *Quanto mais intenso é o grau de consciência, mais pronunciado é o valor do objeto central, e menos se definem os objetos secundários ou circundantes. A consciência se acentua e se reforça concentrando-se num objeto.* (Bomfim, 1917: p.37). O *transe* diz respeito, em última instância, à concentração do indivíduo despertada por um objeto. Essa concentração anulava reações impulsivas, emotivas e instintivas, abrindo, assim, espaço para uma reação que Manoel Bomfim intitula de consciente.

Portanto, segundo Manoel Bomfim, o processo de adaptação e de reação individual ao meio externo, que é o fim de todo o processo educativo, só seria útil e perfeito se o educando fosse sistematicamente capturado por um objeto central e sugestionado quanto à afetividade correta para com ele. Então, seria graças aos efeitos dessas capturas e sugestões que o educando estaria apto a reconquistar sua soberania perdida no momento do *transe*.

Neste ponto, nos encontramos novamente com uma questão decisiva. O educando saberia reagir num meio onde as regras apreendidas na escola constituíssem exceção? A aposta de Manoel Bomfim é a de que o educando encontrando-se fora da escola, na presença de fenômenos que não condizem com a norma apreendida, saberia encontrar por atos de vontade uma forma de adaptação e de reação que reconstituísse ou reproduzisse as regras apreendidas na escola. Nas palavras de Manoel Bomfim, a adaptação ao meio ocorreria devido *aos efeitos das impressões passadas* – ou seja, daquelas realizadas na escola – *sobre um sistema nervoso muito rico e muito plástico, suscetível de guardar os vestígios dessas impressões, e de, incessantemente, reorganizar-se de acordo com elas.* (Bomfim, 1917: p.38). Então, a aprendizagem de determinadas normas sociais de nada valeria se não houvesse uma *tecnologia* que fizesse o indivíduo adaptá-las em um meio muitas vezes hostil.

¹⁸ É nesse sentido, acredito, que poderia ser encontrada e entendida a proliferação da utilização de imagens

Percebemos em Manoel Bomfim e, também, em Olavo Bilac, a preocupação em relação ao hiato que necessariamente existiria entre aquilo que é constituído enquanto norma na escola é o que se encontrava na realidade brasileira do início do século XX. Nesse sentido, devemos entender o significado de *Noções de Psicologia* pela constituição de uma *tecnologia* que possibilite ao educando operar em função da superação deste hiato.

O *transe* seria o primeiro passo desta *tecnologia* que ensinaria ao educando a captura de seu próprio corpo pelo objeto que o impressiona, impedindo, assim, qualquer manifestação de atitudes impulsivas, emotivas ou instintivas. Se a escola capturaria o corpo do educando para que este pudesse voltar de uma forma qualificada, o próprio educando, em contato com o meio exterior, repetiria o mesmo processo em relação a qualquer novidade que não estivesse contida no interior do ordenamento apreendido. Toda novidade estaria, assim, numa zona em que o normal e o anormal não se delimitariam, sendo o *transe* o primeiro momento da elaboração consciente de uma nova adaptação ou reação¹⁹.

Resumindo o processo do transe, a partir de Manoel Bomfim, poderíamos afirmar que ele ocorre toda vez que uma impressão ou excitação, que não está vinculada ao cabedal de reações habituais de um indivíduo, atinge seus sentidos de tal maneira que este volta toda a sua atenção para essa excitação. Deste modo, este objeto, por sua novidade, conseguiu se impor à consciência gerando tendências contraditórias quanto a forma de reação adequada.

O interessante do conceito de *transe* não está tanto na descrição do seu processo em si, mas no fato de que ele pressupõe a captura do corpo pelo objeto impressionante. Essa captura impede que estados suscitados pela novidade da impressão (espanto, admiração,

em sala de aula a partir da década de 1920. Ver anexo 4.

¹⁹ Insistimos nesta relação entre *transe* e novidade porque os comportamentos considerados habituais não necessitam do transe. Há, segundo Manoel Bomfim, uma tendência em todo indivíduo de se normalizarem as adaptações e reações ao meio, porém, em vista de uma novidade, em que nenhum comportamento habitual possa ser satisfatório, o melhor caminho estaria na inibição individual para com a novidade. A realidade exterior é intrinsecamente mutável, o indivíduo não deveria temer essas mudanças, pois *há um hábito de querer, isto é, de não fugir, nem esquivar-se, em face das situações que a vida vai continuamente oferecendo, e de procurar resolvê-las inteligentemente* (Bomfim, 1917: p. 287). A inibição elimina a possibilidade de uma ação impulsiva, emotiva ou instintiva frente a uma realidade onde a força do hábito ou a memória pouco auxiliam na elaboração de uma reação. Assim, abre-se caminho para o *transe*, ou seja, a absorção completa do indivíduo pela novidade. Há um esforço de atenção em relação ao objeto impressionante, já que qualquer automatismo de conduta não transparece ser a forma acertada de reação. Por último, conforme Manoel Bomfim, a inibição é um ato necessário para que o trabalho da consciência possa escolher entre tendências contraditórias suscitadas e para imaginar as conseqüências futuras de uma deliberação qualquer. Nesse ponto,

temor, alegria...) suspendam o trabalho da consciência que Manoel Bomfim procura instituir. Assim, o que se impede é que se produza uma reação ou adaptação que não esteja de acordo com a *tecnologia* de funcionamento da mente. A mente é capturada pelo objeto para que depois este mesmo objeto possa ser capturado por uma mente qualificada, que não está sobre o arbítrio das emoções suscitadas na ocorrência da excitação.²⁰

o poder de escolha da reação é individual, é o indivíduo que delibera, porém essa deliberação só pode ser feita a partir de uma *tecnologia* apreendida na escola. Esta *tecnologia* conferiria, portanto, soberania ao indivíduo.

²⁰ O *transe* ganharia atualidade pelos efeitos sociais da *música eletrônica*. As pistas dos *clubs* ou das *raves* são os espaços onde atualmente o *transe* se manifesta mais intensamente. Estes espaços são inteiramente mediados pela tecnologia digital, a música eletrônica é quase toda ela feita a partir de programas de computador. Neles há experiências concretas de hipnose, de extrema fixação à música. Por experiência pessoal, a consciência é anulada pela total concentração nas batidas incessantes e fortes, é quase impossível ter qualquer pensamento, o corpo movimentava-se livremente, sendo muito difícil reproduzir os movimentos executados na pista quando você não está submetido aos seus efeitos. Os estímulos exteriores, a agitação das pessoas, nos fazem transcender o próprio ego, sentimo-nos integrados com todos que estão na pista, com a música, com as luzes, como se fossemos parte de algo maior, que nos absorvesse. É estranha a felicidade proporcionada por esses estímulos. Trata-se de uma experiência de pura *performance*, de puro ritual. Em um ensaio sobre o mimetismo publicado em 1938, Roger Caillois descreve certas experiências que podem ser relacionadas com aquelas que acontecem em uma pista de *música eletrônica*: *Resumirei sobretudo experiências pessoais, inteiramente de acordo, além disso, com as observações publicadas na literatura médica, por exemplo, as respostas invariáveis dos esquizofrênicos à pergunta: onde você está? "Eu sei onde estou, mas não me sinto no lugar onde me encontro." O espaço parece, a estes espíritos desapaosados, uma potência devoradora. O espaço persegue-os, cerca-os, digere-os numa fagocitose gigantesca. No fim, acaba por substituí-los. O corpo deixa então de ser solidário do pensamento, o indivíduo franqueia a fronteira de uma pele e mora do outro lado dos seus sentidos. Procura ver-se de um ponto qualquer do espaço. Ele próprio se sente tornar espaço, espaço negro, onde não se podem meter coisas. É semelhante, não semelhante a algo, mas simplesmente semelhante.* (Caillois, 1972: p.82). O fato de estar na pista de dança significa consciência de estar nela ao mesmo tempo em que se está além dela, por não se tratar de qualquer música, mas daquelas que por meios eletrônicos são capazes de levar o indivíduo ao *transe*, a pista de *e-music* torna-se um espaço de transcendência. As festas, em que se é possível observar tais fenômenos, são aquelas em que as pessoas se importam apenas com a música executada pelos DJ's. A percepção restrita ao somatório dos estímulos visuais e sonoros faz com que a permanência nestes lugares seja impossível para aqueles que não estão preocupados sobretudo com a música, portanto, alterar o estado de consciência torna-se fundamental para suportar a festa. Assemelhando-se com o que Roger Caillois descreve em relação àqueles *espíritos desapaosados*, a satisfação só é alcançada se, a partir dos estímulos tecnológicos, nossa consciência seja capaz da transcendência, ou seja, estar no local da festa e não estar ao mesmo tempo, pois se atravessa uma fronteira, entra-se em hipnose. *O corpo deixa então de ser solidário do pensamento, o indivíduo franqueia a fronteira de uma pele e mora do outro lado dos seus sentidos.* O poder integrador e mimético da *música eletrônica* em seu espaço ritual, onde o indivíduo é dissolvido e ao mesmo tempo digerido *numa fagocitose gigantesca*, é tema de relatos de frequentadores da *cena*. Como exemplo, cito o ensaio *Cyber Zen* publicado no site *cenaeletronica.com* por Techno Mustang: *Eu já tive várias experiências "alpha" - a concentração e satisfação do indivíduo o fazem se sentir como parte do "todo" existente, algo como se dissolver mentalmente no universo - em raves onde ouvia música eletrônica. Não...eu nunca tomei ecstasy. Talvez até seja uma simples questão de ritmo de respiração... Na verdade, ela não te exige nem saber o nome do que está tocando, pois um mesmo DJ ou produtor pode ter vários nomes, vários projetos e estilos. Então você fica livre. Dança do seu jeito, e lá estão as luzes psicodélicas, os telões de imagens... a iluminação extra-terrestre, as pessoas em sua volta e de repente...tum !!! - A coisa "bateu", você é parte do todo, você perde a consciência do ego, você é apenas mais um na pista e não quer nada além disso. Você não percebe, mas está concentrado, feliz e satisfeito com o momento presente, você entrou em "Alpha"!!!! Por isso, a música eletrônica cresce mais e mais... O que vale é estar lá, fazer parte da coletividade naquele momento, ouvir sets bons, dançar, respirar (muito) no ritmo, e dependendo de você mesmo, da liberdade que você permite à sua*

Portanto, a captura do corpo do educando operada no *transe* tem como objetivo excluir o *anormal* ao mesmo tempo em que procuraria inseri-lo numa vida qualificada. Os conteúdos ideológicos suscitados através do *transe* pela escola convergiriam no intuito de capturar o corpo do educando. A política faria do *transe* sua condição indispensável de aparecimento e dos *anormais escolares* aqueles que necessitariam serem incluídos em seus tentáculos. O caráter democrático de Manuel Bomfim em relação à transformação da realidade brasileira do início do século XX apresenta-se na medida em que os egressos da escola estariam capacitados a exercerem uma soberania disposta a redefinir os limites do ordenamento social brasileiro, sem que exista a interferência de um poder central totalizador. A escola apostaria no poder sobre o corpo do educando para qualificá-lo, pois seria este quem deveria recompor o hiato constituído por aquilo que fora apreendido na escola e o que constituiria a realidade brasileira. Veremos, um pouco mais detalhadamente, no próximo capítulo, a estrutura, concebida por Olavo Bilac e Coelho Neto, para esta escola que deveria ser um espaço de exceção ao ordenamento constituído na realidade brasileira ao mesmo tempo em que procuraria constituir o ordenamento no qual se excluiu. Antes de esboçarmos o conteúdo ideológico que Manuel Bomfim e Olavo Bilac procuraram instituir na educação escolar brasileira.

mente, até entrar em "Alpha". As raves resgataram o sentido de ritual místico coletivo e tribal na sociedade moderna. Isto está acima de drogas, gosto musical, comportamento, idade, sexo, classe... É um fato e pronto. É uma das poucas chances de entrar em "Alpha"... O "Alpha" é uma experiência pessoal e intransferível, mas numa Rave, você muito provavelmente viverá o "Alpha" coletivo, algo que com certeza pouquíssimos lugares poderão te dar hoje em dia. (Mustang, 2002: s/p.) Certamente, a sala de aula não é um desses lugares, é muito difícil para a escola sugerir e manter relações de intersubjetividade com os alunos. Um outro relato sobre a experiência transcendente da música eletrônica, agora em relação aos *clubs*, foi feito pelo antropólogo Ivan Paulo numa pesquisa sobre a experiência estética na música eletrônica, seu ensaio ainda é inédito. *Em nenhum lugar além destes o som é tão alto, tão hipnótico, há tão pouca visibilidade devido à densidade de estímulos e "contra-estímulos" (fumaça) visuais, onde juntando o som e as luzes se obtém uma experiência "totalizante" a ponto de mesmo sem a ingestão de qualquer substância estimulante se alcançar outro estado de consciência, pelos fortes estímulos aos quais o corpo do frequentador é submetido. Por isso, o primeiro contato pode ser bastante chocante, pois a observação "de fora" deste mundo estando dentro dele é "sensorialmente contraditória", há uma densidade de estímulos que se for bloqueada pelo observador, causa um sentimento de grande desconforto, pois não há outro tipo de experiência naquele lugar, a experiência é "totalizante", como já disse, o que torna o ambiente pouco propício para o exercício mental e reflexivo, a não ser que seja feito corporalmente por meio da experiência hipnótica proporcionada pela repetitividade da música e pela "embriaguez" do ambiente como um todo. O que quero dizer com isso é que: ou se participa da festa se deixando levar pela hipnose da música e do ambiente, ou se recusa a participação em função de um suposto distanciamento e se tenta "suportar" a música e o ambiente, que são praticamente insuportáveis para os que tentam resistir a eles (Paolo, 2002: s/p).* A escola teria que, assim como a pista de dança, refazer suas apostas políticas novamente partindo do fenômeno do transe?

III

O Poder Constituinte da Escola: Olavo Bilac e Coelho Neto em *Contos Pátrios*.

Chegamos, enfim, ao problema que de alguma forma ou outra sempre se insinuou na pesquisa. De que forma os autores analisados construíram o estatuto da escola frente a sociedade brasileira do início do século XX? Se, como vimos, a escola passaria a integrar estratégias biopolíticas de poder, tendo no corpo do educando seu foco principal, ela também procuraria constituir a realidade social brasileira de um modo diferenciado daquele apresentado pela primeira república. A escola tornar-se-ia um poder constituinte de uma nova ordem na medida em que procura reformar o modelo constituído. Qual seria o espaço de onde a escola poderia assumir politicamente a tarefa de constituir a realidade social, política e econômica do Brasil? É consenso que pensadores da época como Olavo Bilac tinham essa pretensão que, atualmente, pode parecer ilusória, na medida em que a escola cada vez mais perde poder sobre o corpo dos educandos para outras tecnologias mais poderosas. Porém, precisamos investigar como se tornava possível no início do século XX acreditar que a escola poderia constituir um papel político tão importante.

Primeiramente, acredito, seria necessário contrapor-se a qualquer concepção de educação que estivesse voltada tão somente à qualificação da força de trabalho. Como exemplo, podemos pensar no sistema educacional concebido por Gustave Le Bon em *Psicologia das Multidões*.²¹ Esse autor, muito difundido na época que estamos analisando, criticava aquilo a que chamava de ensino latino. Os principais atributos deste ensino seriam o extenso conteúdo dos manuais que o educando teria que decorar e repetir, esquecendo-se pouco tempo depois daquilo que decorou, e a preparação exclusiva para as carreiras burocráticas do Estado. Assim, a escola não prepararia os educandos para as funções práticas da indústria e do comércio modernos. A consequência principal desta educação

²¹ LE BON, Gustave. *Psicologia das Multidões*. Lisboa, Topografia de Francisco Luiz Gonçalves, 1909. 2ª ed. Tradução de Agostinho Fortes.

seria a formação de um conjunto de pessoas que não aspirariam a outro serviço que não fosse o de funcionário do Estado. Sendo o Estado limitado para empregar todos os egressos da escola, muitos ficariam sem função, descambando para o apoio de todo e qualquer movimento revolucionário. Isso tudo, além, da escola ser incapaz de formar moralmente o indivíduo, que, aliás, estaria mais predisposto ao crime após freqüentá-la. A função política da escola, nesse sentido, seria abertamente negativa, pois seria muito mais dissolvente da ordem social do que reformadora.

Não significa (...) que a instrução bem dirigida não dê resultados práticos utilíssimos, senão para o levantamento moral, pelo menos para o desenvolvimento das capacidades profissionais. Desgraçadamente os povos latinos, principalmente de a trinta e tantos anos para cá, basearam os seus sistemas de instrução em princípios muito errôneos e, não obstante as observações dos mais eminentes espíritos, como Breal, Fustel de Coulanges, Taine e muitos outros, persistem em seus erros. (...) A nossa educação atual transforma em inimigos da sociedade a maior parte dos que a receberam e recruta numerosos discípulos para as piores fórmulas do socialismo (Le Bon, 1909: p. 73-74).

Nessa concepção, Le Bon daria à educação, somente, um papel auxiliar ao ordenamento social que já estaria constituído e não um papel constituinte. O educando seria apenas um apêndice desse poder constituído, devendo, apenas, adaptar-se da melhor forma possível a ele. Este é o sentido das citações que Le Bon utiliza de Taine, adotando a concepção de ensino deste autor, numa delas afirma que:

No hospital, nas minas, na oficina, no arquiteto, no escritório do advogado, faz o aluno, admitido ainda muito novo, a sua aprendizagem e prática, como entre nós um escrevente de notário ou um aprendiz de pintor. Antecipadamente, fez um curso geral e sumário para arranjar um quadro em que possa colocar as observações que vai fazer. E, ainda, ao seu alcance tem, a mor parte das vezes, alguns cursos técnicos que poderá acompanhar nas horas livres para ir coordenando as experiências que cotidianamente faz. Com este regime a capacidade prática cresce e desenvolve-se por si, até onde possam chegar as faculdades do aluno e na orientação de que a sua futura ocupação carece, pelo trabalho especial a que desde então quer adaptar-se (Taine apud Le Bon, 1909: p.79).

Sendo assim, o educando não necessitaria estar muito tempo vinculado à escola, tendo que rapidamente se integrar à sociedade constituída, sendo um erro gravíssimo deixá-lo afastado dela. Observamos que o desejo de Le Bon de adaptar, mais rapidamente possível, o educando à sociedade ocorre porque há uma adesão do autor ao poder constituído. Agora, se não há essa adesão, a escola, na visão dos educadores, necessariamente passaria a adotar um papel constituinte da realidade. Essa é, resumidamente, a diferença do estatuto político da escola que separam a concepção de Le Bon da concepção de Olavo Bilac e Manoel Bomfim²². Estes autores por não concordarem com o ordenamento constituído na sociedade brasileira faziam da educação o principal instrumento de constituição de um novo ordenamento. A escola assumiria, então, uma função transformadora.

Para tanto, a escola não poderia ser apenas um apêndice da realidade constituída. O espaço que a escola assumiria, então, em seu papel transformador passaria a ser a nossa preocupação neste momento. Pois, a escola seria quase que desnecessária numa concepção que tomasse a realidade constituída como ideal, sendo muito mais prático ao educando inserir-se o mais diretamente possível nela. Apresentaremos, a seguir, três contos infantis²³, para que, por meio deles, possamos descrever o espaço necessário para que a escola obtivesse o estatuto de poder constituinte da realidade social brasileira. O primeiro conto de Coelho Neto intitula-se *O Tesouro*, o segundo de Olavo Bilac, *O Recruta*, e o terceiro, também, de Olavo Bilac, *O “Cabeça de ferro”*. Neles descreveremos as linhas principais

²² Certamente, Manoel Bomfim está criticando Le Bon quando, em *O Brasil Nação* escrito em 1930, ele afirma que: *A consciência há de conhecer e aceitar, antes de conformar-se, e isto exige, antes de tudo, que se ilumine a inteligência. Ainda há objeções, quando se alega que a cultura da inteligência também se aproveita para o crime... São conceitos de ignorância, ou de quem se interessa pela ignorância. Nem há mais deslavada mentira do que o afirmar-se que a instrução tenha tornada em qualquer parte a massa popular mais imoral, ou degradada* (Bomfim, 1998: p. 646). Aliás, neste livro, Manoel Bomfim apresenta uma clara concepção da educação enquanto constitutiva da realidade, pois o que estava constituído na sociedade brasileira o desagradava profundamente. *Falta-nos povo para a livre vida cotidiana. Falta-nos; mas um povo se faz em duas ou três gerações.* A educação caberia o papel de constituir esse povo, pois não há, segundo Manoel Bomfim, qualquer determinismo racial, geográfico ou climático na evolução de uma nação. Antes de tudo, somente pela educação que os destinos de uma nação poderiam ser alterados, nesse sentido, o autor demonstra alguns exemplos de como a educação constituiu povos deprimidos em pontífices da civilização. *Na Alemanha, abatida a Prússia em Iena, quando o desastre já parecia queda definitiva, eleva-se a voz de Fitch, em deprecação de profeta, a pedir a educação do povo alemão, como o único remédio possível, na suprema desgraça (...). Aqui mesmo, na América do Sul. Leiam-se as descrições dos próprios argentinos – do que era a vida pública ali: dá para horrorizar... Vieram os governos educadores; Sarmiento foi um nome nacional, e dessa política formadora saiu a Argentina atual, dianteira do progresso no continente* (Bomfim, 1998: p.644)..

da relação da escola frente à realidade brasileira do início do século XX. Conforme os textos, encontramos, assim, três pontos principais desta relação:

- a) A escola aparta-se da moralidade reinante na sociedade brasileira, por decididamente não concordar com ela. Assim, a escola procuraria, de alguma forma, constituir-se num espaço afastado da influência dos poderes constituídos no Brasil.
- b) A escola, dedicando-se sobre o corpo biológico dos educandos, faria com que reagissem diferentemente das reações comumente encontradas na realidade social brasileira. Produzir-se-ia, assim, um hiato entre aquilo que foi normalizado pela escola e aquilo que se apresenta de fato na realidade cotidiana.
- c) A escola constituiria uma nova moralidade no educando que, assim, investido de poder soberano, transformaria a realidade social brasileira.

Vejamos, então, um resumo de cada conto.

O Tesouro apresenta uma família de sertanejos composta pelo pai e três filhos. O pai, já velho e sem forças para o trabalho, não concordava com a vida que seus filhos levavam.

Filhos de Serapião, órfãos de mãe, levando vida ociosa, uns às portas das vendas fumando, conversando, outros em casa estirados nas redes, afinando violas, sem pena do velho pai, sem cuidados no futuro. Indolentes, para não saírem em busca do trabalho, contentavam-se com a magra ração de farinha de milho que lhes dava uma negra, antiga escrava da família, que não se quisera apartar do sertanejo. (Coelho Neto, 1927: p.177).

Por levarem vida ociosa, estavam expostos a todos os perigos que a natureza poderia recair sobre eles. Como eram previsíveis, as conseqüências desastrosas de não estarem prevenidos e de não terem trabalhado, quando se abate sobre o sertão o flagelo da seca, abatem-se sobre os filhos de Serapião, sofrendo muitas necessidades. Porém, a seca

²³ In. BILAC, Olavo & NETO, Coelho. *Contos Pátrios: para crianças*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco

por si só não é capaz de fazer com que eles sejam trabalhadores e previdentes, voltando após sua ocorrência à mesma vida de sempre. *Esquecidos do flagelo voltaram à vida preguiçosa, buscando os alpendres das vendas, ou estirando-se nas esteiras, na varanda da palhoça esboroada pelo tempo* (Coelho Neto, 1927: p.180). O pai, por sua vez, tentava através de conversas demonstrar aos filhos o valor do trabalho, sugestionando-os para que levassem uma vida de cuidados para com a terra, porém nem seca nem sugestões do pai alteravam a vida de sempre.

Absorvidos em uma vida não disciplinada, os sertanejos estavam expostos a morrerem, permitiam à natureza que os matasse a qualquer momento. O pai, entretanto, procurava incluí-los dentro de uma ordem, porém num local onde o anormal e o normal não estão delimitados, qualquer ordem sofre, talvez, de uma total falta de referência, então, o abandono às contingências que a vida apresenta é total. Nesse sentido, respondiam os filhos às sugestões do pai:

E para que nos havemos de estafar, se nunca chegaremos a ser ricos? Os que menos trabalham são justamente os mais favorecidos. Se alguma coisa nos tiver de vir às mãos, não é preciso que a vamos procurar: a porta está sempre escancarada, entra por ela o sol, entra por ela a noite; a fortuna pode entrar também... (Coelho Neto, 1927: p.180).

Ouvindo isso, Serapião resolve abandonar os filhos e sair à noite caminhando, sem avisá-los. Os filhos temerosos da ausência do pai, sentindo o perigo de um velho estar exposto ao relento, resolvem sair a sua procura. Eles o encontram já muito distante de casa, sentado sobre uma velha mangueira. Neste local afastado, o pai conta-lhes uma história fantástica, na qual afirma ter conversado com Yára – *entidade fabulosa, fada ou sereia, que os sertanejos supõem viver na água dos rios* (Coelho Neto, 1927: p.184) – e que ela tinha lhe revelado um segredo muito importante. Com essa história fabulosa o pai consegue chamar a atenção dos filhos que se concentram para ouvir o segredo de Yára.

Prestai atenção, para que eu não me canse em repetir-vos. Esta terra que a luz do céu alumia – disse com mistério o velho – esta terra que nós pisamos guarda um valiosíssimo tesouro. (...) A Yára conhece o sítio em que se conserva a riqueza maravilhosa (...). (Ela prometeu

revelar o segredo) *no dia em que os cafeeiros, em vez de flores de prata, desabrochassem em flores de ouro* (Coelho Neto, 1927: p. 187-188).

Dessa forma, longe de casa e contando uma história fabulosa, o pai tenta sugestioná-los ao trabalho, afirmando que:

Para que os cafeeiros, em vez das flores alvas que costumam tocar a sua rama, dêem flores da cor do ouro basta que os não esqueçais, que os não deixeis abafados pela erva pernicioso; basta que se lhes chegue a terra, que se lhes dê o adubo, que se lhes faça a limpeza em redor do tronco afim de que os aqueça o sol e as chuvas se entranhem até as suas raízes (Coelho Neto, 1927, p. 188).

Assim, foi preciso retirar os filhos de seus espaços habituais para educá-los, ou seja, num espaço que se constitui excluindo a vida indisciplinada na mesma medida em que se exclui dela, formado por um ordenamento que se encontra qualificado, no caso por uma entidade mitológica, e inscrito, então, dentro de uma lei, não mais ao abandono de qualquer ordenamento.

Os filhos ficaram em dúvida quanto a veracidade da história narrada por seu pai. A história, por sua vez, era evidente no espaço em que ocorrera, sob os galhos da mangueira, porque ali existia um ordenamento de fatos e direitos que a tornavam verossímil. Porém, ao voltarem para suas vidas habituais, os filho de Serapião encontram-se numa situação em que não conseguem divisar se a informação é correta ou incorreta. O pai aproveita para reforçar a sugestão, acorda cedo no outro dia e vai capinar a terra com convicção, dizendo:

Mais depressa viria o tesouro as nossas mãos, se fôssemos todos a trabalhar; mais depressa viriam a fartura e a paz; assim virá mais vagarosamente, mas que me dê forças o Senhor e saúde, e eu não dormirei contente enquanto não tiver da Yára o melhor da promessa (Coelho Neto, 1927: p.191).

A sugestão do pai, que aqui metaforicamente estaria representando o papel do professor, não surtiria nenhum efeito se ele não estivesse imbuído completamente das qualidades morais que procura sugestionar. Por ter conseguido a atenção dos filhos, ele tornou possível a demonstração de um exemplo prático de dedicação ao trabalho. O que percebemos é que o ordenamento construído sob a mangueira, que podemos ler como uma

metáfora da escola, continua atuando após a saída deste espaço. Uma postura convicta da veracidade do que se passou sob a mangueira ajudam o velho a fazer valer de fato sua sugestão, pois os filhos, naquele momento, estão entregues a tendências contraditórias de reação, sem conseguirem deliberar se voltam ao regime antigo de vida ou se entregam à tarefa de conquistar o tesouro de Yára.

Quem sabe se o que julgamos alucinação de velhice, não é verdade? Não é mais prudente nem mais avisado do que ele o mais notável dos nossos conterrâneos; ninguém o apanhou jamais em falsidade; todos lhe pedem conselhos, todos o querem ouvir; e tal não aconteceria, se lhe percebessem desatinos, vindos da razão enfraquecida. Quem sabe se não é verdade? (Coelho Neto, 1927: p. 191).

O isolamento na velha mangueira assim como a história fantástica nela contada daria o resultado prático esperado. Desta forma, uma fábula foi muito mais decisiva em termos práticos do que a realidade da seca ou a conversa do pai ao pé das *esteiras* dos filhos, pois nesses espaços eles estavam entregues à força do hábito. Sendo verdade, isto nos faz pensar que Coelho Neto acreditava que para a eficácia de qualquer ordenamento que procuraria constituir-se, tornar-se-ia preciso que suas sugestões ocorressem num ambiente longe daquele que, se proferido, só geraria escárnio. Assim, a mangueira que o pai escolhera funcionou como um espaço de exclusão da vida habitual dos filhos a qual estavam entregues. Neste ordenamento, a sugestão ao trabalho ganhou veracidade e probabilidade, conseguindo se efetivar, alterando a realidade anteriormente constituída.

A tarde, caía, o crepúsculo nevoento, e o velho descia a caminho da casa, quando viu, com alegre surpresa, os filhos em turma, trabalhando. Deteve-se; e a emoção foi tão forte em sua alma, que as lágrimas saltaram violentas dos olhos do sertanejo (Coelho Neto, 1927: p. 192).

O trabalho termina por tornar-se habitual aos filhos de Serapião, que enriquecem com o resultado de seus esforços. O tesouro que encontrariam era o fruto do próprio trabalho.

É interessante observar neste conto, para finalizar, que a decisão soberana de instituir um limite entre uma vida de trabalho e uma vida de ócio foi, primeiramente, do velho Serapião, que não poderia constituí-la apenas por um ato pessoal de vontade. Para

tanto, foi preciso que seus filhos prestassem atenção à sugestão desse limite num espaço que excluía a sua antiga vida. Ao voltarem, foram eles mesmos que se inscreveram no interior do limite apreendido.

No conto *O Recruta* de Olavo Bilac encontramos, novamente, a definição de um espaço exterior ao da realidade constituída como a base necessária para a eficácia de um poder constituinte. Neste conto há, novamente, uma personagem do sertão que embora não seja ocioso, tem na comunidade onde vive todos os limites de sua existência. Então, tratar-se-ia aqui, não de sugestioná-lo para o trabalho, mas de inseri-lo numa identidade nacional transcendente a todas as demais. As diferenças nas sugestões encontradas nestes primeiros contos, embora relacionadas, evidenciam que para a eficácia do trabalho educativo, ou seja, para se imprimir no educando uma nova constituição, é necessário que este seja transportado para um espaço onde o novo ordenamento já esteja constituído.

No conto, os atributos da vida sertaneja, nos quais Olavo Bilac procurava reconstituir através de uma nova identidade que os transcendessem, são: o viver ao ar livre, o desenvolvimento físico em detrimento da inteligência, o trabalho constante, a alegria, a falta de ambições. Nestas condições, encontrando-se numa vida quase natural, longe das atribulações da civilização, o sertanejo é recrutado para a Guerra do Paraguai. Isto o desespera, porque toda a sua identidade está voltada para a comunidade em que vive e não para a Pátria que fora convocado a defender.

O que o desesperava era o abandono forçado daquela existência, em que nascera e crescera, o apartamento daqueles lugares amados, daquele trabalho que era um hábito velho, daquela gente toda que era a sua família, a sua gente, o seu povo. Para a sua alma inculta e primitiva de filho da roça, a Pátria não era o Brasil: era o pedaço de terra que ele regava com o suor de seu rosto. (Bilac, 1927: p.86-87).

A sua *vida livre no campo* precisava ser excluída para que se constituísse essa nova identidade requerida pela guerra. A vida do sertanejo precisava ser capturada e disciplinada para ser inserida na vida qualificada de militar brasileiro. Essa inserção foi realizada, no conto, através de um espaço que estava completamente fora da *vida livre* do sertanejo: o quartel. A captura do sertanejo de sua vida cotidiana causa efeitos morais imediatos. *Já no terceiro dia, porém, sentiu-se mais resignado com a sua sorte. Familiarizara-se com os exercícios. Já se ia habituando ao rigor da disciplina. Já se interessava pelas manobras. Já*

prestava atenção às vozes de comando (Bilac, 1927: p. 91). A captura do corpo do sertanejo que poderia ser interpretada como um ato cruel, pois representaria um ato autoritário, começa a ser consentida pelo próprio sertanejo. *Via agora bem o engano em que estava, quando acreditava que a Pátria era o seu sertão, e nada mais* (Bilac, 1927: p. 92).

O conto termina com a despedida triunfal do novo recruta que partia para a guerra, disciplinado e repleto de emoções patriotas.

O que podemos afirmar, a partir dos contos, sobre o estatuto da escola na sociedade brasileira, é que ela deveria ser um espaço afastado da moralidade cotidiana, para assim, inscrever-se numa nova ordem de atributos que constituiriam o educando. O educando em contato novamente com o mundo exterior o sentiria em contradição com suas tendências internas. A aposta na função socialmente transformadora da escola estaria em que o educando não se adaptaria a realidade de fato e reagiria conforme suas disposições internas. Neste ponto, o controle biopolítico do corpo e a estratégia de um poder constituinte de se afastar da moralidade constituída, se encontram no espaço escolar.

O estatuto da escola que poderemos construir a partir desses contos é o de um espaço afastado do poder constituído que tenderia a estender seus efeitos à sociedade na qual se afastou de modo que a constituísse. Esta, talvez, seja a grande aposta dos autores que estamos analisando em relação a educação escolar, transformar a sociedade a partir dos egressos da escola²⁴.

Um último exemplo encontramos no conto *O “Cabeça de Ferro”* de Olavo Bilac. Trata-se de um conto histórico que descreve a situação colonial brasileira na região das minas do século XVIII. Olavo Bilac inicia o conto criticando o poder constituído que não intervia na gerência da vida de sua população, deixando-a ao desamparo. A população das minas encontrava-se numa situação de desmoralização e exploração, devido ao abandono a que estava sujeitada. *Entre os trabalhadores empregados na extração, a miséria era grande. Quase todos os escravos sofriam fome, enquanto pelas suas mãos passavam milhões de pedras, que valiam quantias assombrosas, e iam enriquecer o tesouro português.* (Bilac, 1927: p.49). A falta de cuidado sobre a vida da população que vivia em situação de abandono fazia com que a região das minas estivesse apartada de qualquer

²⁴ Ver anexo 5.

ordenamento legal. Os trabalhadores privados de tudo roubavam, vendiam diamantes para contrabandistas, eram condenados à morte em processos sumários, a guerra entre os contrabandistas e a tropa português era constante, cadáveres jaziam pelos caminhos sem sepulturas. O descuido para com a vida da população correlacionava-se com a possibilidade de morte a qualquer momento. Num estado em que não há ordenamento legal, a vida nua se expressa com clareza e o poder soberano revela-se sobre o direito de morte.

Em 1782, era Intendente dos Diamantes José de Meirelles, homem cruel que conseguia ser ainda mais tirano do que os seus antecessores. O povo dava-lhe o nome de “Cabeça de Ferro”. Violento, fez pesar sobre Minas a sua maldade. Quem por esse tempo viajava pela região, que ficava sob o domínio do Cabeça de Ferro, via, de espaço a espaço, corpos no chão, varados de tiros de espingarda, cadáveres de enforcados oscilando nos galhos das árvores. Eram as vítimas do Intendente (Bilac, 1927: p. 52).

O Intendente representava uma forma de governo que não baseava seu poder sobre o direito de viver de sua população, mas do direito de matá-la. Esse poder soberano é o alvo das críticas de Olavo Bilac que decididamente deveria ver nos poderes constituídos no Estado, também, uma ausência de preocupações sobre a vida da população brasileira.

Nesta realidade, um novo poder constituinte se instaurou a partir do momento em que um espaço foi declarado fora da influência da ausência de ordenamento, esse espaço foi a Igreja. Chega na região das minas, então, um padre. *Homem de rara virtude, cuja palavra ardente estava cheia de bênçãos para os humildes e de maldições para os orgulhosos.* O poder constituinte instaurado pelo padre fundava-se no cuidado com a população da região das minas, que logo lota a Igreja onde tal padre pregava. *O povo, quando o viu chegar, acolheu-se sob a sua proteção.*

Nessa situação, Olavo Bilac encena uma disputa entre o antigo poder constituído e o novo poder constituinte. *A igreja cheia de povo resplandecia de luzes. Quando o vigário ia falar, entrou o Intendente; seguia-o a sua guarda: e o implacável tirano, arrogante, caminhava de olhos erguidos, dominando com a sua presença temerosa a multidão que tremia* (Bilac, 1927: p. 55). O padre usando de suas atribuições de poder constituinte acusa os crimes e os descuidos do Intendente à população.

O vigário viu os arredores do povoado cobertos de cadáveres sem sepultura; viu as casas dos suspeitos incendiadas por ordem do Intendente; viu a cadeia cheia de infelizes, que gemiam sob o peso dos ferros, vítimas quase todos de acusações infundadas; e, com palavras duras, que o amor da justiça inspirava, intimou o Cabeça de Ferro a respeitar as leis da humanidade (Bilac, 1927: p.54-55).

O fato das sugestões do padre terem ocorrido num espaço fora daquele em que o poder constituído do intendente atuava foi decisivo para a alteração deste poder. Ao sair desse espaço, o Intendente realiza mudanças importantes em sua conduta, passando a basear seu poder no cuidado da vida da população e não mais no direito de sua morte.

Soube-se no arraial, com alívio, todos os que estavam presos injustamente tinham sido postos em liberdade; que os cadáveres que jaziam nos arredores sem sepultura, servindo de pasto aos corvos, tinham sido enterrados; e que a sorte dos criminosos nos calabouços, tinha sido suavizada (Bilac, 1927: p.58).

Sendo assim, tanto a velha mangueira, o quartel, quanto a igreja criam em cada um dos contos um espaço que está fora da realidade de fato. Em todos os contos este espaço foi criado para constituir uma realidade através de um novo ordenamento apreendido naquele espaço, já que a situação antiga abrigava processos que os educadores acreditavam necessitar de reformas. Portanto, em todos eles os indivíduos que haviam sido transportados para esses espaços voltavam ao cotidiano imbuídos do ordenamento apreendido. Podemos, assim, intuir que a escola, nesse início de século XX no Brasil, foi pensada por Olavo Bilac e Manoel Bomfim, enquanto um espaço com estatuto constituinte de um novo ordenamento social baseado no cuidado sobre a vida biológica dos indivíduos tanto quanto da população.

O conteúdo ideológico que esse cuidado para com a vida da população assumiria em Olavo Bilac e Manoel Bomfim é o que veremos no próximo capítulo. Essa ideologia seria, afinal, o conteúdo no qual se preencheria a estrutura da educação escolar que procuramos demonstrar nos dois últimos capítulos. Recapitulando, a intervenção no corpo do educando e a constituição de um espaço apartado da realidade constituída. Seria no conteúdo ideológico da educação aonde o debate político mais intensamente viria à luz, porém como vimos, no momento mesmo de captura do corpo do educando, a política já

atravessaria decisivamente o espaço escolar, porém não de uma forma tão visível, pois a política no século XX se tornaria cada vez mais biopolítica e as ideologias se converteriam em uma disputa pela disposição destes corpos.

IV

O Conteúdo das Sugestões Escolares: Olavo Bilac e Manoel Bomfim em *Através do Brasil*.

A diferenciação étnica da população brasileira

O ato de estudar o livro de literatura didática *Através do Brasil* equivale, em alguma medida, a entrar em contato com um dos possíveis discursos que no início do século XX procuraram preencher e articular as diferenças sociais brasileiras. Neste livro, torna-se evidente que os autores atribuem à política a preocupação decisiva para com a vida da população, pois se empenharam em harmonizar e hierarquizar de uma forma determinada as grandes diferenças sociais internas, procurando, assim, constituir uma estrutura social estável como base da civilização.

Preocupar-se com a vida da população brasileira foi, sobretudo, uma reação ao sentimento de perigo advindo, principalmente, da permanência de uma grande parcela ao abandono dos poderes públicos. Na conferência *A Defesa Nacional*, dando idéia da proporção da população brasileira abandonada pelos poderes públicos, Olavo Bilac afirma que:

para que nos encha de tristeza e de terror o espetáculo moral da nossa educação, basta que verifiquemos a formidável percentagem dos nossos “não-homens”, dos nossos analfabetos e inconscientes. As últimas estatísticas organizadas sobre a instrução dão desanimo e desesperação: em todo o Brasil, de 1.000 habitantes em idade de cursar escolas primárias, em 1907, somente 137 estavam matriculados, e somente 96 freqüentavam as aulas. (...) Em matéria de incapacidade cívica e moral, de inconsciência, de animalidade vergonhosa, a nossa pátria está superior a quase todas as nações da Europa e da América. Se é que pode haver alguma superioridade na vergonha e na ignomínia! (Bilac, 1927: p. 233).

Este perigo tomaria formas concretas no medo de revoltas sociais tal como a de Canudos e na possibilidade do território brasileiro ser invadido por potências estrangeiras. Na conferência *A Defesa Nacional*, Olavo Bilac informa o que entende por defesa nacional: *A defesa nacional, como a queremos compreender, não está organizada. Está claro que, se queremos organizá-la desde já, não é porque vejamos, sobre o nosso país, perigos imediatos. Mas a boa e verdadeira defesa deve ser preventiva. Se não há perigos imediatos que nos cerquem, há incontestavelmente sempre perigos latentes* (Bilac, 1927: p. 223). Esses perigos *latentes*, como já foram especificados, são, por um lado o medo do Brasil ser invadido por potências estrangeiras, o que pode ser deduzido pelo ciclo de expansão colonial das potências européias que ao final do século XIX e do início do XX abrangia territórios da África e da Ásia.

O que está convulsionando o mundo é o amor da conquista de terras e de mares, o amor do interesse utilitário. E podemos acreditar que o Brasil, este imenso país de solo fértil e de ricas entranhas, ainda despovoado e desarmado, fique sempre, graças ao acaso, ou ao benefício da Providência Divina, imune de qualquer investida da ambição ou da necessidade comercial? (Bilac, 1927: p. 224).

Por outro lado, há o perigo interno de dissolução social gerado pelo abandono de vasta camada populacional brasileira da ação dos poderes públicos. *O outro perigo (...) é a quebra da unidade: o depauperamento do caráter, o definhamento do patriotismo consciente, a míngua de instrução, acúmulo dos erros das más administrações, o império das cobiças individuais, e a triste indiferença em que vegeta a maior parte da população* (Bilac, 1927: p. 224 – 225 – grifos meus). Notamos, em *Através do Brasil* de Olavo Bilac e Manoel Bomfim, uma seqüência de conteúdos que informam os atributos ideais que deveriam constituir a população brasileira. A caracterização destes atributos apresentados na forma de conteúdos escolares será o objeto de nossa análise neste e no próximo capítulo. Resumidamente, podemos afirmar que Olavo Bilac e Manoel Bomfim procuravam instituir em *Através do Brasil* o cuidado dos poderes públicos para com a população, principalmente, com base em quatro características:

- a) A integração hierarquizada dos diferentes elementos étnicos nacionais.

- b) A edificação de hábitos de higiene e de trabalho.
- c) O princípio de cordialidade nas relações sociais brasileiras.
- d) A aproximação física da população através de linhas modernas de comunicação e de transporte.

Neste capítulo e no próximo, por exclusiva falta de tempo e de espaço e para não transcender em muito os limites deste trabalho, analisaremos um pouco mais profundamente apenas o primeiro dos pontos descritos acima, qual seja, a integração dos diferentes elementos étnicos do Brasil. Esta escolha baseia-se na importância do tema para os autores, é claro que apresentar um país composto por diferentes elementos étnicos e culturais faz com que o problema de integrá-los num corpo nacional único não possa ser nunca subestimado. A visão social dos autores em *Através do Brasil* vincula-se, sobretudo, a clivagens étnicas, privilegiando esta separação a outras possíveis, tal como a de classes sociais. Assim, embora o valor trabalho seja excessivamente exaltado como fundamental para a nacionalidade brasileira, não há menções explícitas a classes trabalhadoras no texto enquanto uma diferença constitutiva dos limites internos da população brasileira²⁵. Se havia diferenças sociais no Brasil, estas se apresentavam na forma de diferenças étnicas, ressaltadas pelo abandono sistemático da população pelos poderes públicos.

Dessa forma, os conflitos e as dissensões econômicas e políticas que existiam no cenário brasileiro no início do século XX ficariam encobertas ao se privilegiar a separação da população em termos étnicos. A preocupação decisiva deste manual escolar não estava em demonstrar aos educandos, desde cedo, uma imagem do Brasil pautada nos conflitos que nele existiam, mas em produzir efeitos sobre essa mesma realidade. Por isso, foi

²⁵ Em relação ao problema do trabalho, em *Através do Brasil*, há somente a separação entre indolência e trabalho, neste sentido toda a população brasileira deveria se identificar com o trabalho, em certo sentido, todos seriam trabalhadores, não haveria, portanto, uma separação e oposição entre trabalhadores e patrões. Assim, há muitas passagens em que o trabalho é assinalado como um valor de identificação para todos os brasileiros. Por exemplo: *O trabalho agradava-me, e empenhei-me nele com tanta diligência, que ao cabo de um ano já era um bom limador* (p.127); *Juvêncio ofereceu-se logo para substituí-lo, dizendo-se pronto a ajudar a condução dos animais. Carlos ofereceu-se também* (p.158); *os tropeiros falavam de uma vida trabalhosa, mas não se mostravam descontentes* (p.159); *Os dois rapazes se atiraram-se ao serviço com um ardor extraordinário* (p.160); *Oh! Tenho uma idéia! Rapaz, você quer trabalhar? Não quero outra coisa* (p.284).

possível que estivesse presente na escola um discurso que, sem se reportar ao positivismo da época, sancionasse um discurso *verdadeiro* idealizado para delimitar o *falso* da realidade dos fatos. Essa imagem idealizada do país teria um efeito de *verdade* nas subjetividades dos educandos, pois os autores apostavam na intervenção desse educando para constituir na realidade nacional os princípios *verdadeiros* apreendidos na escola.

Portanto, Olavo Bilac e Manoel Bomfim escreveram *Através do Brasil*, certamente, pensando no futuro ocupante dos cargos públicos. Se verdade, o trabalhador urbano e rural não seriam os destinatários do livro. O livro, portanto, poderia ter concebido o cuidado para com a vida da população a partir de um discurso voltado para a colaboração entre classes, porém não o fez, preferiu construir um corpo unitário nacional a partir de uma determinada composição das clivagens étnicas. Não se tratava de uma união entre iguais, os diferentes elementos seriam dispostos hierarquicamente, assim, há todo um trabalho discursivo em *Através do Brasil* para compor a forma como se apresentaria, e como se constituiriam as diferenças étnicas da população brasileira. A estrutura desta composição apresentada em *Através do Brasil* será o objeto que privilegiaremos neste e no próximo capítulo.

Como exemplo de uma imagem da heterogeneidade étnica da população brasileira e de sua composição numa determinada hierarquia, encontramos uma passagem do livro *O Ateneu* de Raul Pompéia. Essa passagem nos ajudará a formar idéia dessa heterogeneidade. Trata-se não somente da descrição de tipos físicos pessoais, o narrador de *O Ateneu* acentua as diversidades sociais a partir de contornos étnicos, culturais e hierárquicos. Até mesmo, no decorrer do livro, a turba sombria *dos últimos bancos* ganha também rostos variados. Dessa forma, podemos afirmar que a descrição dos alunos não parte de critérios individualizantes como se nisto estivesse atuando um critério liberal, perscrutando a diferença naquilo que ela tem de expressão da individualidade, mas de tipos sociais. A diversidade existe no livro a partir da heterogeneidade cultural e étnica da população brasileira, para além do estereótipo, pela própria multiplicidade dos casos. Dessa forma, assim o narrador descreve a personagem Sérgio seus colegas de classe:

Os companheiros de classe eram cerca de vinte: uma variedade de tipos que me divertia. O gualtério, miúdo, redondo de costas, cabelos revoltos, motilidade brusca e caretas de símio – palhaço dos outros como dizia o professor; ... O Álvares, moreno, cenho carregado, cabeleira espessa e intonta de vate de taverna, violento e estúpido, que Mânlio (o

professor) atormentava, designando-o para o mister das plataformas de bonde, com a chapa numerada dos recebedores, mais leve de carregar que a responsabilidade dos estudos; ... O Negrão, de ventas acesas, lábios inquietos, fisionomia agreste de cabra, canhoto e anguloso, incapaz de ficar sentado três minutos, sempre à mesa do professor e sempre enxotado, debulhando um risinho de pouca vergonha, fazendo agrados ao mestre, chamando-lhe bonzinho, aventurando a todo ensejo uma tentativa de abraço que Mânlio repelia, precavido de confianças; Batista Carlos, raça de bugre, válido, de má cara, coçando-se muito, como se o incomodasse a roupa no corpo, alheio às coisas da aula, como se não tivesse nada com aquilo, espreitando apenas o professor para aproveitar as distrações e ferir a orelha aos vizinhos como uma seta de papel dobrado...

Dignos de nota havia ainda o Cruz, tímido, enfiado, sempre de orelha em pé, olhar covarde de quem foi criado a pancadas, aferrado aos livros, forte em doutrina cristã, fácil como um despertador para desfechar as lições de cor, perro como uma cravalha para ceder uma idéia por conta própria; o Sanches, finalmente, grande, ... muito inteligente, ... cuidadoso dos exercícios, ... sem competir na análise, no desenho linear, na cosmografia.

O resto, uma cambadinha indistinta, adormentados nos últimos bancos, confundidos na sombra preguiçosa do fundo da sala (Pompéia, 2000: p.28-29).

A composição desta população heterogênea ganharia contornos discursivos precisos em *Através do Brasil*. Nesse sentido, seu conteúdo convergiria para um ponto em comum com todos os demais discursos que poderiam circular na época: dispor de uma forma determinada da vida dessa mesma população. Neste sentido, a idéia de Brasil tão presente neste livro não poderia ser desvinculada de sua população, pois esta seria o princípio político primordial. Assim, a política no Brasil voltar-se-ia, cada vez mais, para a forma como seriam concebidas e hierarquizadas as diferenças sociais, além da composição dos limites internos nos quais a população seria inserida. Portanto, concebiam-se, paralelamente, aqueles que não poderiam fazer parte da população brasileira, que ao estarem fora dos limites internos estabelecidos, tornar-se-iam corpos plenamente matáveis.

O perigo de desintegração social no Brasil

A concepção de que o cuidado para com a vida da população seria o princípio primordial da política, na qual todas as ideologias convergiriam, está claramente expresso em Olavo Bilac. Se verdade, como já dissemos, a idéia de construção do Brasil se equivaleria totalmente à idéia de construção de sua população e os efeitos desses discursos seriam muito mais importantes em *Através do Brasil* do que qualquer critério de verdade baseado na realidade dos fatos. Então, construir no Brasil um determinado ordenamento seria sinônimo de compor a população de uma determinada estrutura. Sendo assim, vejamos as palavras de Olavo Bilac:

Podem os meus irmãos ser monarquistas, republicanos, conservadores, liberais, radicais, unitários, federalistas, parlamentaristas, católicos, protestantes, positivistas, livre-pensadores – contanto que não quebrem, com a anarquia e a violência, a unidade da família e a indispensável existência da Pátria. Digladiam-se os partidos! Mas que o Brasil fique acima da peleja; que a bandeira fique superior às tabuletas das facções! (Bilac, 1927: p. 238).

Estas palavras podem ser interpretadas a partir da constatação de que todas as ideologias existentes no país teriam que convergir para um ponto em comum: a fidelidade para com o Brasil. Qual seria, então, a forma concreta desta entidade transcendente? Só podemos, nesse sentido, pensar no conjunto da população brasileira, sendo o cuidado e o ordenamento dessa população o princípio político primordial. Essa preocupação primeira para com a população não seria tão urgente se não fosse o perigo representado pela desintegração social e pelo atraso econômico nacional em comparação ao desenvolvimento europeu. A concentração de contingentes populacionais nas capitais brasileiras começava a se efetivar no início do século XX, sendo os efeitos dessa concentração muitas vezes temidos tanto quanto os efeitos de uma população abandonada nos sertões. Se os poderes públicos continuassem promovendo o abandono, os sintomas de desintegração social tanto na cidade quanto no campo poderiam eclodir na forma de catástrofes tais como a de Canudos.

Como exemplo, uma imagem do medo, gerado pelo perigo de uma população que se encontra excluída dos cuidados para com sua vida, foi oferecida por Olavo Bilac na

conferência *A Cidade de Santos* de 28 de março de 1917. Essa passagem só demonstra que todas as ideologias deveriam ter um fim em comum, não permitir o abandono da população, todas deveriam compor ao seu modo os *diques* pelos quais a população pudesse escoar. Nela o autor afirma que:

Pisando o solo de Santos, relembro uma cena trágica e sublime, que revive na minha memória, traçado a fogo vivo. Tinha eu pouco mais de vinte anos de idade. A propaganda abolicionista chegava ao termo. Em massa, tinham fugido das fazendas os escravos. Era o êxodo do sofrimento, da desesperação e da revolta. Rio humano, a torrente dos cativos esfomeados e nus rolara em vagas tumultuosas e bravas, despenhada e irreprimível, evadida da tortura e da ignomínia, na levada delirante para a liberdade ou para a morte, descendo o Cubatão. Já não era rio: era oceano rude e negro, que se precipitava do alto da serra, inundação vitoriosa, para a qual já não haveria diques ... (Bilac, 1927: p.66 – grifo meu).

O paradoxo revela-se, a cena é *trágica* por conta do medo e *sublime* pelo progresso imaginado com a abolição. A cena do passado pode ser lida como uma metáfora representativa do caráter *trágico* e *sublime* da população brasileira do presente, que deixada ao abandono, sem cuidados para com sua vida, precipitaria sem *diques* sobre qualquer esperança de civilidade e de progresso no Brasil. No livro *Através do Brasil* de Olavo Bilac e Manuel Bomfim encontramos, principalmente, a construção de uma reação ao abandono desta população. Este livro de leitura escolar, escrito para ser fonte dos interesses, das curiosidades dos alunos e para servir aos conteúdos ministrados pelo professor primário, desde o início empenha-se em demonstrar efeitos positivos que seriam alcançados através do cuidado para com a vida da população brasileira.

O primeiro passo deste empenho apresentar-se-ia na constituição de um território que possa ser a base de identificação nacional. Neste sentido, a construção de fronteiras nítidas para com o estrangeiro tornar-se-ia fundamental. Assim, *Através do Brasil* teria que produzir uma identidade nos educandos que transcendesse e englobasse aquelas vinculadas exclusivamente à família ou à comunidade de nascimento ao mesmo tempo em que a oporia ao estrangeiro²⁶.

²⁶ Ver anexo 6.

A construção da identidade nacional

Os protagonistas de *Através do Brasil* percorrem um território que embora marcado por profundas diferenças internas apresenta-se estável em seus limites: o sertão nordestino, a floresta amazônica, o rio São Francisco, Salvador, Rio de Janeiro, o Vale do Paraíba, São Paulo, as estâncias gaúchas, etc. Todas estas paisagens são nacionais, todas se reportam a uma fronteira comum. Sendo assim, elas possuem uma unidade que as integraliza. Conforme as palavras de Benedict Anderson, *nada nos assegura mais dessa solidez sociológica do que a sucessão de plurais*. Pois eles evocam um espaço social comparável, nenhum deles por si só, mas todos representativos, em sua existência simultânea e distinta, do território brasileiro (Anderson, 1983: p.39).

A construção de uma identidade nacional seria, então, um dos principais conteúdos presentes em *Através do Brasil* e manifestaria a intenção dos autores de dotar a população brasileira de uma vida qualificada, não mais adstrita ao abandono dos poderes públicos. Resumindo a narrativa de *Através do Brasil*, podemos afirmar que o livro conta a história de dois meninos brancos, Carlos com quinze anos e Alfredo com dez, que percorrerem o Brasil em busca do pai. Os dois estudam num colégio interno do Recife e de lá fogem ao receberem um telegrama vindo do interior de Pernambuco informando que o pai estava doente. O pai era engenheiro e trabalhava na construção de estradas de ferro no interior do Brasil. O medo da morte paterna faz com que os dois jovens se lancem ao seu encontro. Nos inúmeros imprevistos que impedem este encontro imediato, os dois meninos acabam por conhecer o Brasil e a se identificar com o seu país.

Se utilizarmos o texto como uma metáfora, podemos afirmar que a construção na população da identidade brasileira, ou seja, a articulação das diferenças sociais internas seria impulsionada pelo perigo da dissolução desta mesma sociedade. Olavo Bilac e Manuel Bomfim debelam-no descrevendo um país de fartos recursos naturais em transformação. Se os países europeus necessitavam colonizar a África e Ásia para o abastecimento de suas populações e indústrias, ao Brasil só faltava um encontro consigo mesmo, ou melhor, apenas faltaria qualificar a vida de sua população. Nas palavras de Olavo Bilac: *E o Brasil será uma das maiores, uma das mais formidáveis nações do*

mundo, quando todos os brasileiros tiverem a consciência de serem Brasileiros (Bilac, 1927: p.230).

Se verdade, Carlos e Alfredo ao percorrerem o Brasil adquirem uma nova identidade superior ou transcendente àquela ligada exclusivamente ao círculo familiar. No percurso, os meninos tornam-se brasileiros por conhecerem e incorporarem os diferentes hábitos, costumes e problemas encontrados no Brasil. Porém, o modelo de convívio familiar seria utilizado como a única fórmula possível para a constituição da identidade nacional brasileira por se tratar de um país de extremas diferenças internas. A relação entre identidade familiar e comunitárias com uma determinada identidade nacional, em *Através do Brasil*, não se estabelece por simples oposição, pois os ideais societários são inseridos dentro de uma estrutura? de ideais comunitários e familiares. Segundo Olavo Bilac e Manoel Bomfim, a adoção de atitudes *desinteressadas* para com o outro, que seria a principal característica do convívio familiar ou comunitário, precisaria se generalizar e se tornar comum entre a população brasileira. Portanto, atitudes que seriam próprias do convívio familiar ou comunitário seriam consideradas ideais para o convívio societário brasileiro por conta de suas enormes diferenças.

Se se trata de formar uma identidade nacional que englobe todas as demais, esta identidade não poderia assumir uma estrutura diferenciada daquela que se apresentaria na família ou na comunidade. A família, nesse sentido, seria para Olavo Bilac e Manoel Bomfim o modelo societário ideal do Brasil. Na apresentação de *Através do Brasil*, os autores descrevem este modelo familiar que deveria se generalizar. Nele, o sentimento de dever ou de responsabilidade para com o outro é o principal atributo que o caracteriza. Este dever é fundamental desde que caracterizamos o cuidado para com a população o princípio político norteador das ações dos poderes públicos. Assim, os autores apresentam a família como sendo o lugar onde *deveres nascidos de sentimentos tão intensos, que levam muitas vezes os indivíduos à prática de verdadeiros sacrifícios, como os que os pais fazem comumente pelos filhos* (Bilac & Bomfim, 2000: p. 49). Este ideal de família instituiria o modelo societário ideal. Como exemplo, o sentimento familiar estaria na base das preocupações que Carlos sentiria em relação ao seu irmão Alfredo. *O que mais preocupava Carlos não era a sua própria sorte; era a de Alfredo, tão criança ainda, e que daquele modo se expusera a perigos sem conta, atravessando os sertões, alimentando-se mal,*

dormindo mal, mal vestido (Bilac e Bomfim, 2000: p.269-270). Esse cuidado desinteressado para com a vida do outro é o modelo que Olavo Bilac e Manoel Bomfim acreditavam ser o ideal para nortear os poderes públicos. Como vimos, em Manoel Bomfim, se as instituições realizam a função de sistematização de hábitos presentes na realidade cotidiana, conservando-os e tornando-os gerais, passíveis, assim, de serem transmitidos às novas gerações. Dessa forma, o cuidado desinteressado para com o outro deveria constituir o laço societário fundamental da identidade brasileira²⁷ e o princípio fundamental de todas as instituições do Estado²⁸.

A seqüência lógica de acontecimentos após a efetivação da identidade nacional, que encontramos em *Através do Brasil*, seria a edificação de um Brasil que caminha a passos largos à civilização, tendo a seu dispor uma natureza pródiga²⁹. Há muitos exemplos no livro que atestam a modernização do país aliada a sua riqueza natural. A complexidade da produção agrícola e mineral somadas às nascentes indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro estaria presente para propor a integração de todas as potencialidades nacionais na construção de um novo Brasil. Por isso, há sempre um tom fantástico nas descrições do livro, um certo espírito ufanista. Como exemplo, encontramos a imagem da estrada de ferro que funcionaria como um símbolo do progresso.

- É a serra do Mar... Lá adiante, vamos galgá-la, atravessando grotões, cortando despenhadeiros, furando montanhas... Há catorze

²⁷ Segundo Olavo Bilac e Manoel Bomfim, a cordialidade seria um dos principais atributos da identidade brasileira, já que haveria uma predisposição de adotar atitudes desinteressadas para com o outro mesmo que completamente desconhecido. Ela permitiria, ao interpretarmos o texto, uma facilidade de relacionamento que potencializaria a afirmação de sentimentos coletivos. O brasileiro, então, estaria naturalmente afeito à fraternidade e à solidariedade, o conflito e o dissenso estariam em contradição com as características psicológicas do brasileiro, que tem na aproximação amistosa o seu atributo mais importante. São muitos os exemplos de cordialidade presentes em *Através do Brasil*, assim, só citaremos as páginas em que poderão ser encontrados: 72, 84, 88, 94, 98, 103, 115, 140, 147, 150, 170, 176, 191, 204-205, 241, 261, 270, 275, 276, 290, 317, 324, 352, 357, 358, 363, entre outras passagens.

²⁸ Se verdade, podemos aqui referir que o Estado não poderia ser o local de vigência de favores pessoais. O princípio da ação desinteressada deveria nortear os poderes públicos, em outras palavras, o Estado assumiria o cuidado para com a população tal como o gesto cordial que comumente se encontraria na realidade cotidiana. Como exemplo, citaremos uma passagem de Manoel Bomfim em *Brasil Nação* escrita em 1930. *Numa nacionalidade que se leva para a verdadeira solidariedade humana, o sentimentalismo é a fórmula necessária dessa elevação, e vale como índice definitivo. E tanto, que, uma legítima política tem de aceitar como programa – e organizar, em lucidez de ação, as energias sentimentais da nação. No caso, é energia essencial essa bondade em que se caracteriza a alma brasileira, e que brotou da cordial compaixão pelas raças infelizes, secular reação afetiva contra os brasileiros feitores e o governo de mandões* (Bomfim, 1998: p. 622).

²⁹ Ver anexo 7.

túneis neste ramo de estrada de ferro, de Belém até a Barra do Pirai; é um trecho que se transpõe em uma hora, sempre em curvas e voltas pela serra acima. Um dos túneis, o “túnel grande”, tem mais de três quilômetros de extensão, e gasta o trem, para atravessá-lo, mais de três minutos.(Bilac & Bomfim, 2000: p.318).

Porém, como já afirmamos, ler *Através do Brasil* nos transmite, ao lado deste ufanismo pelas possibilidades abertas pela ênfase política no cuidado para com a população, uma forte sensação de que Olavo Bilac e Manuel Bomfim não estariam, logicamente, satisfeitos com o estado de abandono em que se encontrava essa mesma população. A insatisfação que não se deixa transparecer nas páginas de *Através do Brasil*, no entanto, está visível numa conferência de Olavo Bilac em 1917 no Rio de Janeiro intitulada *O Brasil e a Guerra*, na qual afirma:

O Brasil ainda não está feito, como pátria completa. E a culpa é nossa, como foi de nossos antepassados, porque a nossa cegueira ou o nosso egoísmo, a nossa vaidade, a nossa pequenina política de rasteiras paixões deixaram a massa do povo privada de fartura, de instrução, de higiene, de “humanidade”. Temos vivido e gozado no litoral do país, numa estéril fruição de orgulho, de mando, de retórica, e não nos dirigimos ao coração da terra, à alma da gente simples, aos milhões de homens que pelos sertões abandonamos à incúria, à pobreza, ao analfabetismo... (Bilac, 1927: p.44-45).

Portanto, podemos afirmar que os perigos decorrentes do abandono da população pelos poderes públicos seriam os motivos principais que conformariam os conteúdos escolares em *Através do Brasil*. O progresso brasileiro exigiria a integração de todos aqueles *abandonados à incúria*. O perigo é o motor de Olavo Bilac e Manoel Bomfim tanto quanto é para os protagonistas de *Através do Brasil*. A fuga dos meninos do colégio em direção ao interior do Brasil na esperança de encontrar o pai revela a própria intenção de Olavo Bilac e Manuel Bomfim: olhar para o interior do Brasil e propor o encontro e a integração de toda a população brasileira. Nas palavras de Olavo Bilac: *Para defesa nacional, a coesão é indispensável, a disciplina é imprescindível. A verdadeira defesa nacional é a consciência nacional. É a noção perfeita, é a perfeita existência da Pátria* (Bilac, 1927: p.230).

No próximo capítulo, trataremos de forma específica a forma como Manoel Bomfim e Olavo Bilac construíram a integração hierárquica dos diferentes elementos étnicos da população brasileira, as potencialidades de cada elemento e aqueles que não poderiam ser integrados, tornando-se, assim, corpos plenamente matáveis.

V

A Composição da População Brasileira através de Clivagens Étnicas: Manoel Bomfim, Olavo Bilac e Coelho Neto em *Através do Brasil e Contos Pátrios*.

Certamente, após os protagonistas brancos da história, o elemento étnico mais importante em *Através do Brasil* é o sertanejo³⁰. Acredito que a importância atribuída a este elemento está, por um lado, na exclusividade nacional de seu tipo físico e, de outro, no seu estado de abandono sistemático pelos poderes públicos que resultaram na fatídica campanha de Canudos.

Segundo Olavo Bilac:

O aspecto do homem do sertão é miserável e triste: corpo emagrecido, pele sem cor, artérias sem sangue, olhar apagado, organismo depauperado, alma sem força, vontade abolida, cérebro sem luz. É uma sombra de Homem. Por que? Porque esse homem não se alimenta, não trabalha, e não pensa. Um punhado de farinha, a aguardente, o tabaco, a ociosidade não dão músculos, sangue, vontade, consciência. A má alimentação, má e pouca, álcool, os narcóticos, a inércia, a apatia não fazem homens: fazem autômatos, espectros, nada. Mas daí a esse homem fraco e desanimado uma boa alimentação, trabalho, exercício, instrução – e ele será tão bom como qualquer dos homens das mais fortes nações do mundo (Bilac, 1927: p. 227-228).

O caminho percorrido por Carlos e Alfredo no interior do Brasil só foi possível devido à colaboração de um jovem sertanejo que os auxilia em sua travessia. Sem a ajuda deste, os meninos provavelmente não conseguiriam atingir seu objetivo de encontrar o pai. A metáfora é clara, os elementos que compõem a nacionalidade brasileira deveriam ser integrados, unidos, para que todos, conjuntamente, consigam seus objetivos. O sertanejo Juvêncio procurava longe de casa melhorar sua condição de vida através do trabalho para

³⁰ Ver anexo 8.

que sua madrinha que o criara tivesse uma vida melhor. Juvêncio, ao final do livro, consegue um emprego em uma estância gaúcha, o que lhe promete um futuro de trabalho e de fartura. Para exemplificar essa união de esforços, encontramos as palavras da personagem Carlos comentando o encontro com Juvêncio: *Foi para nós uma grande felicidade o encontro. Não sei como nos arranjariamos sem ele – ignorantes do caminho e de tudo, perdidos nesta solidão* (Bilac e Bomfim, 2000: p. 120).

Os objetivos dos meninos brancos do litoral e do nordestino pobre só poderiam ser alcançados se os dois elementos conseguissem unir seus esforços. Esta união é muito diferente da experiência histórica de Canudos, onde, o sertanejo por estar fora do ordenamento constituído passara a ser um corpo plenamente matável. Os poderes públicos brasileiros que decretaram o direito de morte deveriam, agora, segundo *Através do Brasil*, assegurar ao sertanejo uma vida integralizada ao corpo nacional.

A vida sem cuidados do sertanejo, ao abandono dos poderes públicos, é, também, descrita por Juvêncio. A personagem compara sua vida aos confortos que até então Carlos e Alfredo teriam usufruído. Dessa forma, diz o sertanejo:

Ninguém no mundo – disse Juvêncio -, das pessoas que conhecem vosmecês, é capaz de imaginar que vosmecês estejam no sítio em que estão... Quem imaginaria que haviam de andar por este sertão, a pé, comendo no chão, bebendo água em cabaça, dormindo assim sem comodidade, num ermo como este, dentro de um rancho tão pobre? (Bilac & Bomfim, 2000: p.122).

Da união de esforços entre o sertanejo e os meninos brancos, na superação dos obstáculos de uma vida em abandono, sem a qual ambos não teriam alcançado seus objetivos, nasce um sentimento de obrigação dos meninos brancos para com o sertanejo pobre, traduzido na intenção de não mais deixá-lo ao abandono. Nesse sentido, podemos afirmar que os autores procuravam instituir uma nova relação dos poderes públicos para com o sertanejo, baseado não mais no exercício de um poder de morte, devido a capacidade do Estado nacional de matá-los a qualquer momento, mas de um poder que os incluiria no cuidado para com suas vidas. A forma da relação entre o branco do litoral e o sertanejo que Olavo Bilac e Manoel Bomfim acreditavam ser a ideal transparece no momento em que Carlos jura a Juvêncio nunca abandoná-lo.

Juvêncio! Não quero que você diga isso. Você então supõe que esqueceremos algum dia estas semanas em que vivemos e penamos juntos? Eu e meu irmão não somos ingratos. Olhe! Vamos fazer um juramento, aqui: eu prometo que nunca me hei de separar de você!

Ah! Isso é coisa que nunca se pode jurar! – disse o rapaz- daqui a pouco, quando chegarmos à Bahia, eu irei para o meu lado, os senhores irão para o seu...

Embora! - afirmou Carlos com energia – poderemos separar-nos pelas necessidades da vida, mas nunca pela indiferença ou pela inimizade. Vamos promover que seremos sempre amigos. Eu, por mim, juro pela memória de meu pai! (Bilac & Bomfim, 2000: p. 256).

Certamente, a *indiferença* que o Estado brasileiro tinha pela vida do sertanejo até os acontecimentos de Canudos e depois a *inimizade* revelada na guerra estariam superadas por esta promessa de amizade, que pressupõe, em outras palavras, a promessa de se cuidar da vida do sertanejo. O resultado de haver no território nacional uma grande parcela da população vivendo ao abandono evidencia-se no contraste gritante entre a capital federal e os sertões, o que necessitava uma intervenção imediata dos poderes públicos. Nesse sentido, Carlos compara-os:

Carlos pensava, ao contemplar tantos palácios, tantas luzes, tanta beleza, na singularidade das aventuras que lhes aconteciam havia pouco tempo, e no contraste entre os deslumbramentos da cidade civilizada e a simplicidade dos rudes sertões por onde tinham andado perdidos (Bilac & Bomfim, 2000: p. 313).

A preocupação para com a vida nos sertões demonstra que Carlos e Alfredo colocavam-se numa posição de poder. Nas mãos dos homens brancos do litoral estaria a decisão de cuidar da vida dos sertanejos, o que pressupõe, necessariamente, uma união hierarquizada entre os elementos étnicos nacionais. Tratava-se, em última análise, de uma integração subordinada do sertanejo à ordem nacional, de inseri-lo produtivamente no trabalho agrícola, que foi, afinal, o destino de Juvêncio. Em *Através do Brasil*, esta subordinação encontra-se justificada nas diferenças das estruturas mentais do sertanejo e do homem branco, sendo que o primeiro teria uma mentalidade quase que infantil, o que demandaria sempre uma tutela, embora capaz de uma entrega total ao trabalho. Já o segundo teria uma mentalidade ponderada e racional, ajustada às posições soberanas. Este

é, por exemplo, o sentido que damos a próxima passagem do texto que citamos, referindo-se ao contato que Carlos e Alfredo tiveram com os homens simples do sertão.

Juvêncio, com a sua vivacidade habitual, também fazia parte do divertimento, e contava histórias rimadas, em que havia diálogos de homens e animais – brigas heróicas entre sertanejos boiadeiros, e disputas fabulosas entre a onça e o sapo, ou entre a cobra e o lagarto.

Os dois meninos apreciavam com encanto aquela inocente alegria dos trabalhadores. Alfredo, principalmente, entusiasmava-se com as histórias e os desafios. Carlos, de espírito mais ponderado conversava às vezes com o fazendeiro, e procurava instruir-se. (Bilac & Bomfim, 2000: p.162).

Portanto, encontramos em *Através do Brasil*, os termos principais em que os autores baseavam através dos conteúdos escolares o relacionamento do homem branco do litoral para com o sertanejo. Assim, resumidamente, descrevemos os seguintes pontos:

- a) Os poderes públicos deveriam instituir um regime de cuidados para com a vida do sertanejo e não mais basear seu poder na capacidade de matá-los.
- b) Instituída esta preocupação, os objetivos civilizatórios nacionais seriam mais bem alcançados.
- c) A integração do sertanejo se realizaria de forma subordinada ao homem branco, pois os primeiros seriam inseridos no trabalho agrícola. Ao branco caberia organizar o trabalho do sertanejo.

Estes são, ao nosso ver, os pontos principais do conteúdo ensinado em *Através do Brasil* sobre a relação entre o homem branco e o sertanejo que, assim, deveriam constituir a realidade nacional. Veremos, agora, os pontos principais em que Olavo Bilac e Manoel Bomfim pensavam a integração de outros elementos étnicos encontrados no Brasil: o indígena, o negro e o imigrante.

O elemento indígena pouco é citado em *Através do Brasil*, sendo que são usados tão somente para se comparar uma sociedade civilizada de outra considerada bárbara. Desse

modo, devido ao progresso brasileiro, os indígenas tenderiam a serem elementos de um passado que estaria sendo superado. A superação no território nacional da cultura indígena equivale à superação de uma vida que está fora de qualquer ordenamento. Sendo assim, a cultura indígena figuraria como um exemplar de vida que deveria ser excluída de todo na formação da população brasileira. O indígena só poderia ser incluído no momento em que abandonasse suas antigas tradições.

Dessa forma, Carlos refere-se aos índios, explicando seus antigos hábitos como manifestações que necessitariam ser completamente excluídas. O menino utiliza o exemplo da antropofagia, ao tomar conhecimento desse ritual, Alfredo exclama:

*Que barbaridade! E ainda há muitos índios no Brasil?
Há ainda alguns, no interior do Amazonas, do Pará, de Mato Grosso, de Goiás, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Maranhão, conservando a sua vida independente e os seus costumes ferozes. Mas, perto das povoações, já todos eles se vão convertendo à vida civilizada* (Bilac & Bomfim, 2000: p.80 – grifos meus).

Podemos afirmar, então, que a vida *independente* do índio teria que ser convertida em uma vida qualificada, ou seja, *civilizada*. Os hábitos indígenas, assim, seriam em *Através do Brasil* marcados negativamente, não contribuindo em nada para a formação da população brasileira. Dessa forma, eles só poderiam ser integrados no caso de abandonarem seus hábitos e converterem-se ao ordenamento civilizatório. Os indígenas seriam um exemplar de barbárie utilizado na constituição dos limites de uma vida *civilizada*.

Precisaríamos, agora, nos perguntar a forma pela qual os indígenas poderiam ser integrados nessa vida qualificada. Se o sertanejo estaria como que a espera dos cuidados públicos, o sertanejo Juvêncio sempre agradece de pronto os favores que recebe dos outros personagens brancos, o indígena precisaria ser cooptado. O conto *Sumé – a lenda dos tamoios* de Coelho Neto presente em *Contos Pátrios* poderia servir de exemplo para delinear a estrutura que assumiria a integração do indígena. Nesta história, os índios viveriam fora de qualquer ordenamento *civilizado*, sempre guerreando e praticando o ritual antropofágico. Até que vindo do mar, surge uma entidade mitológica, Sumé, homem branco de barbas muito longas, que realiza um trabalho educativo, que ensina aos indígenas os atributos da civilização, tal como a agricultura: *E ordenou que todos os homens válidos, depois de haverem abundantemente provido de caça e de pesca as cabanas, em que as*

mulheres e crianças ficariam, seguissem com ele, para obrigar a terra a lhes dar o sustento diário (Coelho Neto, 1927: p.164-165). Nesta relação do indígena com o homem branco, novamente, transparece a necessidade de retirar os educandos de seus lugares habituais de convívio para educá-los. Os indígenas seguem Sumé, lavrando a terra e plantando árvores frutíferas pelo litoral a fora. No retorno as suas tribos, os indígenas encontram os frutos generosos do seu trabalho. Assim, Sumé é reverenciado por todas as tribos tamoio. Ele passa, então, a ensinar-lhes também algumas técnicas para o melhor aperfeiçoamento da vida na tribo. Dessa forma, as energias que antes eram gastas em guerras, rituais e caçadas inúteis são canalizadas para a qualificação da vida das tribos.

Sumé não achou bastante o que já tinha feito: e ensinou-lhes a arte de fabricar a farinha, moendo a mandioca: e revelou-lhes os segredos da navegação, aperfeiçoando as suas igaras rústicas, dando-lhes velas, que, como asas de pássaro, os ajudassem a voar com o vento, e lemes, que, como caudas de peixes, os ajudassem a cortar as ondas (Coelho Neto, 1927: p.168).

Os antigos líderes tribais desejosos da volta ao antigo estado, pois apenas na vivência de seus antigos hábitos, as tribos voltariam a estar sob seus poderes, resolvem através da maledicência expulsar Sumé.

Os pagés, ciumentos do poder do santo, envenenaram a alma da nação: “Como? Pois ela, tão forte, que em todo o arredor, só o seu grito de guerra bastava para amedrontar todas as outras nações, ficaria sempre sob o domínio de um só homem, um estrangeiro, um homem de pele branca?”

E o rumor da maledicência crescia em torno do Santo. E, em torno dele, a rede da intriga se apertava (Coelho Neto, 1927: p.169).

A ingratidão para com os ensinamentos civilizatórios de Sumé se alastrou pelas tribos, até o momento em que todas se uniram para expulsá-lo. O líder branco foi obrigado a deixá-los sem conseguir expressar ao menos uma palavra. *O santo Sumé quis falar. Não pode. Uma flecha certa, partida das fileiras dos ingratos, veio cravar-se no seu peito. O santo sorriu. E, arrancando o dardo das carnes, atirou-o no chão, e foi andando, de costas, para o lado do mar* (Coelho Neto, 1927: p. 170). O malogro de Sumé poderia ser, assim, interpretado da seguinte forma: o trabalho educativo com os índios teria que ser

acompanhado da completa eliminação de suas antigas instituições, para que assim não ocorresse como no conto a volta ao antigo estado de vida indígena. Se verdade, todo aquele que incorporasse essas instituições estaria sujeito à morte, seria um corpo plenamente matável por não conseguir se enquadrar dentro do ordenamento *civilizatório*.

Portanto, a partir da descrição dessas aparições do indígena nos materiais didáticos que estamos analisando, podemos traçar as seguintes características:

- a) O indígena deveria ser excluído dos seus antigos hábitos para que pudesse ser incorporado à civilização.
- b) O trabalho educativo teria que ser feito fora dos limites habituais de convívio da tribo.
- c) Para a eficácia desta incorporação, as antigas instituições indígenas deveriam ser eliminadas, assim como todo aquele que as corporificasse.

Se verdade tornar-se-ia, desta forma, um corpo matável todo aquele que não abandonasse os antigos hábitos, pela força negativa de seu exemplo. A *civilização* garantiria, portanto, para si o direito de morte para todo aquele que se recusasse a adotar uma vida qualificada.

Em *Através do Brasil*, também, são raras as referências em relação ao negro. Esta ausência só faz demonstrar que a maior preocupação de Olavo Bilac e Manoel Bomfim era certamente com a integração do elemento sertanejo. Porém, é interessante tentarmos desvendar a posição que o negro assumiria na constituição da população brasileira presente nesse manual escolar. Sem dúvidas, o negro figuraria numa posição subordinada ao homem branco do litoral. Conforme nossa interpretação de *Através do Brasil*, sua vida também exigiria cuidados imediatos dos poderes públicos tal como a do sertanejo. Nas palavras de Olavo Bilac: *o nosso erro e o nosso crime foi a incapacidade dos governos, não permitindo que, libertando a raça mártir, lhe déssemos imediatamente a assistência da instrução e a organização do trabalho... Mas isso pode ser, e há de ser, se o quisermos, resgatado e reparado (Bilac, 1927: p.230).*

Porém, o negro não estava completamente exposto a uma vida sem limites, não necessitando, como o indígena, de uma intervenção que alterasse completamente seus hábitos de vida para que conseguisse ingressar na vida *civilizada*. Qual seria, então, a particularidade constitutiva do negro que encontramos em *Através do Brasil*?

A principal passagem onde se destaca a aparição de uma personagem negra ocorre quando, num gesto de cordialidade, Carlos e Alfredo socorrem uma velha africana que após o ato de bondade dos meninos também os auxilia.

*Uma pobre preta africana, já muito velha, sentada a um canto do carro, gemia e arfava, sufocada. Carlos correu para ela, e abriu a portinhola para que ela respirasse um pouco de ar fresco e puro. A velha contemplou-o com carinho, agradeceu-lhe o serviço, e instintivamente, **num impulso de gratidão**, estendeu-lhe uma das mãos, com um punhado de amendoins torrados (Bilac & Bomfim, 2000: p.64 – grifos meus).*

A ausência de preocupação para com os hábitos do negro justifica-se, no que podemos deduzir das idéias de Olavo Bilac e Manoel Bomfim: o negro teria uma cordialidade intrínseca, pois seus atos de gratidão apresentar-se-iam normalizados sob a forma de atos impulsivos. Dessa forma, não seria inocentemente que Olavo Bilac e Manoel Bomfim descreveriam a ação da velha africana: *num impulso de gratidão*. Se verdade, os hábitos de negro não representariam perigo aos poderes públicos, pois o negro estaria vinculado naturalmente a preservação da memória coletiva brasileira e ao trabalho. Os poderes públicos necessitariam tão somente estender cuidados para com suas vidas e organizá-los no trabalho produtivo. O impulso de generosidade no negro seria um gesto habitual por ele estar repleto de automatismos e de crenças coletivas. O negro por si só não teria, assim, qualquer condição de dirigir ou mesmo de visualizar reformas necessárias a realidade social brasileira do presente, pois sua mentalidade não estaria voltada para o futuro, mas presa aos hábitos e aos automatismos aprendidos no passado. O negro, desta forma, embora não esteja exposto a uma vida fora de qualquer ordenamento, estaria incluído dentro de um constituído no passado e que se expressaria na forma de reações automáticas.

Poderíamos até afirmar que para Olavo Bilac e Manoel Bomfim o negro seria desprovido de inteligência. A inteligência, conforme Manoel Bomfim em *Noções de Psicologia*, seria a capacidade do indivíduo de *conservar na sua organização certos efeitos*

resultantes das relações com o meio, e de aproveitá-los, a esses efeitos, como indicações na reforma das suas reações subseqüentes (Bomfim, 1917: p. 126). A inteligência envolve a relação entre aquilo que foi apreendido no passado com aquilo que se apresenta no presente com a finalidade de deliberar sobre uma reação possível. *Em toda circunstância, a inteligência se desenvolve relacionando e assimilando as particularidades atuais (as novas representações) às generalidades do passado* (Bomfim, 1917: p. 127). Porém, o negro em *Através do Brasil* apresenta-se incapaz desta relação, que seria uma incapacidade para deliberar por conta própria uma reação sob o efeito de uma novidade, por isso o ato da velha negra foi **impulsivo**. Precisamos deixar claro que esta reação impulsiva não é aquela que ocorreria fora de qualquer ordenamento, ela está de tal forma inscrita dentro de um ordenamento apreendido que chega a ser uma reação automática. Dessa forma, Manoel Bomfim caracteriza as reações automáticas: *formas mecanizadas e o tom subconscientes com que se realizam as reações habituais (...) devemos considerar o hábito uma adaptação realizada, e o automatismo, uma reação fixada* (Bomfim, 1917: p.289-291). O automatismo teria atributos positivos, dentre os quais: facilidade da ação, prontidão, boa coordenação dos movimentos; porém teria atributos negativos: diminuição da vontade, eliminação da atenção e perigo de não perceber mudanças. O negro, em *Através do Brasil*, estaria mergulhado em reações automáticas. A velha africana não sabia, por exemplo, responder nada sobre o presente das terras em que vivia, seu conhecimento era unicamente do passado. *Carlos e a velha começaram a conversar. O menino, sempre pensando no pai, aproveitou o ensejo, que se lhe oferecia de obter algumas informações. Mas a preta velha pouco sabia* (Bilac e Bomfim, 2000: p.65). Porém, a velha é prolixa quando o assunto é o passado. *A preta falava, sem interrupção, numa tagarelice infundável, contando a história daqueles lugares, e daquelas gentes (...) Vira nascer quase todo o povo que ali vivia* (Bilac e Bomfim, 2000: p. 65).

Se o negro não consegue relacionar o presente em que vive com o seu conhecimento do passado, ele, pelo menos, reage conforme disposições apreendidas de trabalho, higiene e cordialidade. Como exemplo, encontramos a descrição da casa onde habita a velha preta.

De um lado ficava uma pequena horta, onde, em canteiros bem tratados, se alinhavam as couves, os quiabos, as ervilhas; do outro lado

ficava o cercado da criação: havia galinhas, patos, perus, um porco, e uma cabrita. Tudo aquilo revelava um cuidado constante (...) Alfredo ainda levou um grande embrulho com amendoins torrados (Bilac & Bomfim, 2000: p.70).

A descrição do negro em *Através do Brasil* enquanto agente do trabalho nacional ao mesmo tempo em que desprovido da inteligência capaz de gerenciar as reformas necessárias na sociedade brasileira torna-se evidente no conto *Uma Vida...* de Olavo Bilac no livro *Contos Pátrios*. Neste conto, um antigo trabalhador escravo das fazendas de café vive em um pedaço da terra que por anos trabalhou e ganha dos antigos patrões sua refeição diária. Aqui, o pouco de cuidado para com a vida do antigo escravo é o tributo pago por seus anos de trabalho, o que revela a preocupação previdenciária de Olavo Bilac. Os poderes públicos, se verdade, não poderiam deixar na miséria aqueles que levaram uma vida inteira de trabalho, era preciso assisti-los na velhice. Novamente, encontramos nesse conto a ênfase sobre a necessidade de cuidados para com a população brasileira, demonstrando ser essa uma de suas lições principais. Nesse sentido, a vida nua devota seu trabalho para o Estado, devotando com isso também o princípio da soberania, ou seja, o Estado toma para si o poder de vida e de morte sobre aquele que lhe devota a vida.

Nos materiais didáticos que estamos analisando, o negro sempre apareceu vinculado ao trabalho, nunca à indolência ou à preguiça. *Pai João, como o chamavam todos, envelhecera no trabalho. Por muitos e muitos anos a fio, os seus braços empunharam a enxada, beneficiando a terra (Bilac, 1917: p.249).* Porém, o negro não teria condições de ocupar outra função na sociedade brasileira além dessa estritamente ligada a sua força de trabalho, pois, em termos intelectuais, ele só poderia transmitir conhecimentos do passado. O homem branco não desdenharia desse conhecimento, porque em suas decisões sobre o presente e o futuro teria por obrigação consultar a memória coletiva que o negro representaria. *Vinha a gente de baixo conversar com ele, e de seus lábios ouvir a história viva daqueles sítios; e muitos colonos brancos, vindos de longes países, gostavam de receber as lições e os conselhos do antigo escravo (Bilac, 1927: p.252).*

Para concluir, não poderia deixar de observar, também, que o negro está essencialmente vinculado à velhice, dando a impressão de que estaria em vias de ser substituído pela mão de obra branca do colono. O negro nesse sentido seria um elemento étnico que compôs a nacionalidade brasileira, mas que necessariamente desaparecia. Essa

constante vinculação entre o negro e a velhice nos sugestiona a acreditar que Olavo Bilac e Manoel Bomfim confiavam no branqueamento da população brasileira pela chegada dos colonos europeus. O negro, então, estaria todo ele vinculado ao passado, não só em termos dos seus conhecimentos, mas enquanto elemento étnico constituinte do Brasil.

Em outro conto de *Contos Pátrios*, intitulado *Mãe Maria*, de Olavo Bilac, o negro está também vinculado à velhice, à memória e ao trabalho. Nele, o autor mostra o apego de um menino a sua ama-seca que lhe contava histórias e o enchia de carinhos, porém com extremo desgosto o menino é separado de Mãe Maria para estudar no internato, sua ama-seca gradativamente perde importância na vida do menino na medida em que ele cresce, posteriormente, em uma de suas visitas à casa paterna ele distraidamente chega a acertar uma pedra na cabeça de Mãe Maria já com idade bastante adiantada, o menino logo se arrepende do ato cometido e resolve ter mais cuidado para com a vida de sua antiga ama-seca, valorizando *seus sofrimentos e serviços*. A partir desses contos, podemos então concluir que:

- a) O negro estaria vinculado ao trabalho, em uma relação subordinada ao homem branco.
- b) O conhecimento que o negro possuía era todo ele do passado, não podendo contribuir na construção do presente e do futuro.
- c) Ele estaria sendo substituído enquanto força de trabalho pelo trabalhador imigrante.
- d) Os poderes públicos teriam por obrigação que cuidar dos negros velhos que dedicaram suas vidas ao trabalho, não os deixando ao abandono.

Assim como o índio e o negro, um outro constituinte da população brasileira, o imigrante, pouco é citado em *Através do Brasil*. Porém, se o índio para ser integrado a nacionalidade deveria esquecer completamente seus hábitos passados e o negro só responderia automaticamente devido aos seus hábitos apreendidos no passado, por sua vez,

o imigrante teria em *Através do Brasil* estaria em sintonia com as expectativas presentes e futuras da nacionalidade brasileira.

Através do Brasil apresentaria o imigrante como a nova força de trabalho em substituição ao negro escravo, gerando desenvolvimento ao país. Nesse sentido, em *Através do Brasil*, o imigrante seria vinculado, sobretudo, ao trabalho e ao progresso que dele resultaria.

Depois, extinguiu-se a escravidão, e começaram a vir para aqui milhares de colonos italianos. São eles principalmente os trabalhadores nas fazendas do oeste. Cada fazenda tem a sua colônia, que é uma fila de casas, bem arruada, onde moram esses colonos estrangeiros (Bilac & Bomfim, 2000: p.333).

Se os imigrantes como os negros são vinculados ao trabalho, os primeiros possuiriam uma qualidade que os diferenciaria, a capacidade de iniciativa. Esta capacidade os poderia vincular futuramente, através de seus descendentes, com os poderes que iriam governar a população. Os descendentes dos imigrantes saberiam divisar melhorias na realidade enquanto o negro ficaria submerso em comportamentos automáticos. Se ao sertanejo, ao índio e ao negro só caberiam posições subordinadas na composição da população brasileira, o imigrante teria condições de ascender às posições de comando.

É uma raça boa, inteligente, dotada de vivo gênio de iniciativa. Os italianos têm feito muito pelo progresso do estado (...) A imigração italiana tem dado grande desenvolvimento à lavoura e as cidades do interior desenvolvem-se continuamente (Bilac & Bomfim, 2000: p. 340-344 – grifos meus).

Se estava patenteado o caráter benéfico do trabalho do imigrante branco europeu, sua posição na força de trabalho nacional e seu poder de iniciativa, surgiria, apenas, enquanto problema, o sentimento de nacionalidade deste para com o Brasil. Em *Contos Pátrios*, no conto *Pátria Nova* de Olavo Bilac, o imigrante europeu aparece sentado e triste, sozinho no dia de descanso do engenho, com saudades de sua terra natal, mesmo com toda a fartura e beleza da terra brasileira. *Mas ninguém esquece a sua terra, por mais pobre, por mais triste que ela seja! E o colono evocava a recordação do dia em que de lá saíra* (Bilac, 1927: p. 217). Segundo Olavo Bilac, o imigrante nunca poderia ter para com o Brasil a mesma afeição que tinha para com sua terra natal, porém seus descendentes já seriam

brasileiros, nascidos na nova pátria, afeitos a este país. O imigrante trabalharia para o engrandecimento desta nova pátria que seria a de seus descendentes, estes, por sua vez, assumindo plenamente a nova nacionalidade, poderiam galgar os ápices da função diretiva ou empreendedora, por estarem dotados de um *vivo gênio de iniciativa*. Desta forma, o imigrante conclui o conto perguntando-se: *Tens razão, filha! Esta é a terra de teu filho, esta é a pátria do meu neto: porque é que não há de ser também a nossa terra?* (Bilac, 1927: p.221). Só assim, com esse sentimento de devoção a nova terra, que o *neto* do imigrante poderia se afeiçoar plenamente ao Brasil e alcançar os postos de comando condizentes com a *iniciativa* que apresenta.

A preocupação de Olavo Bilac com a vinculação do imigrante com a Pátria, certamente não era em vão, pois aos imigrantes estava imputada, ao lado de concepções positivas, a imigração de ideais sociais europeus, como por exemplo, o mais forte nesta época, o anarquismo. As novas gerações, devido à passagem pela escola, pelo exemplo de devoção de seus pais ao Brasil, já teriam incorporado uma nova ideologia pautada pelo nacionalismo. Assim, em *Através do Brasil*, os descendentes são apresentados como genuinamente brasileiros. *Algumas cidades do estado (Santa Catarina), como por exemplo Blumenau, são quase exclusivamente habitadas por eles e pelos seus descendentes, já brasileiros, mas ainda conservando o tipo germânico* (Bilac & Bomfim, 2000: p.355). A preocupação em inserir o imigrante na nacionalidade brasileira equivale, em alguma medida, com a preocupação em afastar o perigo anarquista. Podemos equiparar, então, a preocupação com a relação entre emigrante – nacionalidade, com a preocupação entre imigrante – anarquista. A ausência explícita dessa última preocupação em *Através do Brasil* não significa apenas um mascaramento da realidade concreta, mas no momento em que destacamos a escola como um espaço que procuraria constituir a realidade brasileira, seus conteúdos não precisariam necessariamente estar em acordo com a realidade constituída. Por ser a escola um local de constituição de ideais sociais no educando, ela está completamente livre para construir nele uma imagem idealizada da própria sociedade, pois seria a partir dessa imagem idealizada que os educandos coordenariam suas reações para reformar tudo aquilo que estaria em desacordo. Porém, podemos admitir que não há uma exclusão da preocupação da relação entre imigrante – anarquismo nos conteúdos escolares, há, apenas, um encobrimento pela ênfase na relação entre imigrante – nacionalidade. Esta

última preocupação já demonstra uma certa desconfiança com relação à moralidade do imigrante, que, certamente, esteve na pauta das discussões dos os intelectuais da época. Prova disto é uma crônica de Rui Barbosa datada de 1900 intitulada *O Perigo Anarquista*. Nela, Rui Barbosa afirma que:

Nos países mais longínquos dos focos do anarquismo, como o Brasil, elas entendem seriamente com o problema da emigração. Agora mesmo cura a República Argentina de preservar por esse lado a sua tranqüilidade, adotando providências legislativas contra a criminalidade estrangeira, facilmente importada nos aluviões benfazejas do trabalho. Não julguem, pois, os árbitros das nossas coisas políticas malbaratado o tempo, que despenderem, voltando os olhos para este ponto obscuríssimo no governo dos povos modernos (Barbosa, 1998: p. 250).

Podemos detectar no texto de Rui Barbosa, no limiar no século XX, que a imigração não envolveria apenas braços especializados e dispostos ao trabalho, mas também a intranqüilidade dos movimentos sociais. O emigrante anarquista ficaria, assim, fora de qualquer ordenamento jurídico, pois mesmo seu estatuto de brasileiro não estaria plenamente constituído, apenas o de seus descendentes. Ele seria uma pessoa sem Pátria e ao mesmo tempo sem direitos, podendo assim ser eliminado a qualquer tempo³¹. Se o imigrante não pode ser relacionado ao trabalho, ele se torna um corpo plenamente matável, pois os poderes públicos brasileiros não poderiam os considerar sob sua esfera de direitos, por pertencerem a uma outra nacionalidade e por não estarem dispostos a assumir um compromisso com o trabalho nacional, da forma a princípio subordinada que Olavo Bilac e Manoel Bomfim certamente esperavam. Por estarem fora do ordenamento, o Estado poderia dispor de seus corpos como bem entendesse. Os emigrantes anarquistas são corpos completamente matáveis, de tal forma que Rui Barbosa em determinado momento chega a chamá-los de *fezes da miséria européia*. Se poderia haver discordâncias na forma como o Estado deveria usufruir deste corpo matável ou sobre a forma de evitar sua ocorrência, isto não quer dizer que não possa existir um consenso a respeito do caráter matável dos

³¹ O caráter matável do imigrante anarquista vincula-se necessariamente com sua condição de não pertencimento a nenhuma pátria. Olavo Bilac assim os descreve: *Há homens sem pátria. Ou, pelo menos, há homens que se dizem sem pátria. São monstros morais, ou melhor caso, gracejadores levianos. É possível que um homem normal e digno possa negar a necessidade da idéia da pátria?* (Bilac, 1927: p. 230). Em uma outra passagem de Olavo Bilac encontramos novamente referência ao caráter matável do imigrante anarquista: *Só não compreendemos nem aceitamos os anarquistas sem fé, os negativistas da necessidade da*

emigrantes anarquistas, todos seriam se não fossem vinculados ao trabalho tal como todo indígena que permanecesse vinculado às suas tradições. Rui Barbosa, sem dúvidas, refere-se ao fato da política moderna não poder ficar alheia aos interesses e às ocorrências da população. A inscrição desta num ordenamento seria essencial e o poder para esta realização inserir-se-ia cada vez mais no cuidado sobre a vida desta mesma população.

A gerência da vida não significa que em algum momento não haja o problema de impor a morte. No caso, os anarquistas não se deixavam ter suas vidas geridas e não estavam plenamente envolvidos com o trabalho, visto que a única relação aceita era a de emigrante – trabalho. Rui Barbosa não vê como o governo possa se furtar dessa responsabilidade para com a população, podemos, assim, ler em suas linhas a máxima de Gustave Le Bon: é preciso governar a multidão antes de ser governado por ela.

Segundo Rui Barbosa, as medidas necessárias para tanto passam pela afirmação das instituições democráticas e liberais. Porém, o controle da vida da população seria o princípio político primordial, podendo variar apenas, assim, a forma como o ordenamento operaria esse controle. Se os anarquistas baseavam seu poder numa decisão sobre a morte dos estadistas, de certa forma, o Estado respondê-los-ia com a ausência de preocupações para com suas próprias vidas. Os anarquistas estariam em um estado de abandono deliberado pelos poderes públicos. Porém, segundo o ideal democrático de Olavo Bilac e Manuel Bomfim, certamente para Rui Barbosa, a principal ação dos poderes públicos seria a de evitar através da educação e da inserção dos descendentes na nacionalidade brasileira a ocorrência de pessoas fora do ordenamento. Esse é o intuito fundamental da inclusão democrática, fazer com que todo aquele que esteja excluído possa ser em algum momento incluído. O emigrante, porém, era um caso limite, já que ele nunca poderia ser incluído, pela própria constituição do ordenamento, sendo assim, ficaria mais bem justificada sua matabilidade. A matabilidade do anarquista seria um ponto em que convergiriam todas as ideologias, até mesmo os espíritos liberais, tal como percebemos nas palavras de Rui Barbosa.

Uma diminuta minoria arvora a lei da morte em sistema de aniquilamento contra a ordem humana. Não tendo exército, arregimenta o terror. Não possuindo meios de arrasar a sociedade, fere-a a repetidos

pátria, os ironistas sem piedade, os motejadores sem consciência, os egoístas de ignóbil “arrivismo” (Bilac, 1927: p.238).

golpes de extermínio nos seus cimos. As nações perderam o direito de estabelecer a sua forma de governo, e eleger os seus chefes. Cada um deles é ipso facto um condenado à expiação inexorável. O regicídio e o presidenticídio substituíram a soberania do povo pela do anarquista. De que extraordinário império sobre si mesmos não necessitam, pois hoje em dia, os governos, para não aceitar o desafio no terreno em que o põe a loucura sanguinária deste horrendo fanatismo!

A solução será muito fácil para os que enxergam na severidade repressiva, num regime inexorável e truculento, o meio de cortar o mal pela raiz. Resta, porém, sempre saber se a força será com efeito o específico salvador. A nós não nos parece tão simples a tarefa do homem de estado, entre os diferentes caminhos que o empirismo e a ciência lhe deparam (Barbosa, 1998: p. 251).

A afirmação da matabilidade inevitável dos imigrantes anarquistas vem conjugada à defesa de medidas de prevenção e controle da população, criticando, assim, aqueles cuja sanção sobre a morte revestiria o único recurso de poder. A medicina e a antropologia física seriam consideradas no artigo de Rui Barbosa como medidas preventivas. Sendo possível detectar na população sinais ou pistas que indiquem um criminoso ou um anarquista em potencial. Assim caminhará parte das análises das disfunções anatômicas e psicológicas do período. No texto de Rui Barbosa podemos sublinhar expressões utilizadas para descrever corpos matáveis, tais como: *tinham na fisionomia todas as feições da mais abjeta brutalidade; a criminalidade se combina com a epilepsia; nevrose hereditária; filhos de suicidas; melancolia suicida; alucinação religiosa; loucos; acabou, descendo, na demência, à mais ignóbil de suas formas: a coprofagia (Barbosa, 1998: p. 252).* Rui Barbosa chegaria a citar um estudo de Lombroso chamado *Dos Anarquistas*, utilizando o pensamento desse autor, Rui Barbosa procuraria argumentos para rejeitar a opção meramente repressiva ou simplesmente baseada no poder de morte na relação do Estado com os problemas da população. A reação dos poderes públicos deveria estar baseada na prevenção, no diagnóstico e, principalmente, na influência às subjetividades. *O mal-estar crônico, a discrasia geral dos países onde a anarquia tem a sua base de ação mais produtiva; o carácter malfazejo de uma educação, que se resolve toda num hino à força brutal; os exércitos permanentes, a guerra, a miséria, a concentração excessiva do poder, da propriedade e do capital (Barbosa, 1998: p. 253).* Por essas palavras, podemos afirmar que Rui Barbosa está atento a uma construção do Estado capaz de prevenir e gerenciar a vida coletiva da população além do corpo biológico dos indivíduos, tal como Olavo Bilac e

Manoel Bomfim. Embora o pensamento de Rui Barbosa não se fixe na elaboração concreta de um plano educacional, o que ficaria a cargo desses ilustres educadores, podemos concluir que os atos puramente repressivos não teriam resultado se não acompanhados por objetivos relacionados com atos preventivos, que revestem o cuidado para com a vida da população.

Os fatos (...) não levam a supor que a extirpação dessa moléstia caiba com grandes perspectivas de resultado no domínio das leis violentas. Tem-se visto sempre que a anarquia não grassa com intensidade senão nos países menos bem governados, e que na Rússia, na Espanha, na França, à agravação crescente das penalidades se vão seguindo ordinariamente atentados cada vez mais graves (...) As diáteses não se curam cirurgicamente, abandonando o organismo à degenerescência. (...) A dificuldade estará em distribuir a repressão e a profilaxia num regime ao mesmo tempo humano e severo, que assegure à ordem os seus direitos, sem esquecer os da justiça (Barbosa, 1998: p. 254- 255).

A repressão estatal deveria ser associada a medidas que visem o cuidado com a vida da população que não deveria ser deixada ao abandono. Não se trata, segundo Rui Barbosa, de medidas cirúrgicas calcadas na morte, mas de um tratamento que leve em conta toda a vida da sociedade. Portanto, a escola seria uma das principais instituições para a execução deste programa político. Enfim, podemos destacar a respeito do emigrante os seguintes pontos:

- a) O imigrante teria que estar necessariamente vinculado ao trabalho.
- b) Haveria o problema de sua nacionalidade, o imigrante nunca estaria plenamente ajustado com a identidade brasileira.
- c) Os descendentes já seriam plenamente constituídos como brasileiros podendo, assim, ascenderem aos postos governantes.

- d) No caso de não se vincularem estritamente ao trabalho, os imigrantes estariam fora de qualquer ordenamento, assim, expostos a possibilidade de morte pelos poderes públicos.
- e) Esses casos, como o do anarquista, não poderiam ser somente tratados com reações repressivas por parte do Estado, este deveria constituir medidas de cuidado para com a vida da população, tal como a educação escolar, como forma de impedir tais ocorrências.

O homem branco do litoral, plenamente identificado com a nacionalidade brasileira seria o principal elemento reformador das instituições do país. Poderíamos afirmar que *Através do Brasil* foi escrito com a clara intenção de ser estudado por este educando branco, excluindo-se o sertanejo, o negro e o indígena, que governaria futuramente o país. Assim, formar-se-ia uma elite intelectualizada que estaria ideologicamente segmentada para a composição hierárquica da população nacional. Onde o maior ensinamento no livro estaria no princípio político fundamental do cuidado para com a população, base de todas as críticas aos poderes públicos constituídos, como já analisamos.

O cuidado para com a população não poderia ser ensinado, ou melhor, não poderia se converter em conteúdo escolar sem que houvesse ao mesmo tempo a captura do corpo deste educando branco pelo mecanismo já analisado do transe. Dessa forma, é possível esperar que *Através do Brasil* ao se dirigir ao educando branco do litoral ou ao descendente do imigrante não elabore simplesmente um discurso racional sobre o cuidado para com a população para convencê-lo, nele estaria, sobretudo, a preocupação em sugestioná-los através de emoções. Isso se torna evidente na leitura de *Através do Brasil*, o apelo dramático do livro é a condição para que o educando, ou melhor, o futuro governante, por ele se interesse. *Sendo sempre a narração mais cativante para o espírito infantil, a atenção da criança começa desde logo a prender-se à leitura, e passa depois a aceitar facilmente as descrições* (Bilac & Bomfim, 2000: p. 47). Com essa fórmula é possível que o educando apreenda facilmente em seu espírito o princípio político de se cuidar da vida da população, que é o propósito principal do livro.

Como vimos, ao ensinar o cuidado para com a população, o livro também ensinaria uma forma de composição desta mesma população. Segundo Olavo Bilac, a população necessariamente formaria uma estrutura hierarquizada:

Há na multidão das criaturas humanas, que povoam um país, quatro categorias, progressivamente restritivas: 1, todos os habitantes ou residentes, englobadamente compreendidos; 2, entre os habitantes, os homens adultos, que já têm a idade e a capacidade jurídica, tendo o direito de voto; 3, entre os homens adultos, aqueles a quem chamaremos verdadeiramente “homens”, isto é, aqueles que já chegaram a um certo grau de desenvolvimento intelectual, com a consciência da sua razão, dos seus direitos e dos seus deveres; e, enfim, 4, entre os verdadeiros “homens”, os “cidadãos”, aqueles que, investidos de completa cultura intelectual e moral, tendo elevação de espírito, sendo capazes de sobrepor-se aos interesses próprios, aos interesses partidários de classe ou de campanário, podem destinar-se à sagrada missão de governar e dirigir a multidão (Bilac, 1927, p.232-233).

Certamente que *Através do Brasil* foi escrito para este último tipo de pessoa que povoa um país, nas palavras de Olavo Bilac, pelas lições que contêm e que procuramos descrever e pelos próprios protagonistas, dois meninos brancos que nas palavras do sertanejo Juvêncio, vão estudar e ser alguém na vida. Educandos que, embora possam assumir em suas vidas políticas uma das diferentes matizes ideológicas possíveis, teriam para com o cuidado para com a vida da população o maior dos interesses.

Se o interesse para com a vida da população não fazia parte da constituição do Estado nacional brasileiro no início do século XX e a escola teria como função transformadora instituir um novo ordenamento, esses livros infantis apresentariam desde cedo ao educando a necessidade imprescindível de se cuidar, integrar e hierarquizar a população nacional através dos diversos *transes* que neles se encontram.

Aos demais elementos componentes da nacionalidade a educação teria por obrigação que instituir o ordenamento de direitos e deveres a que estariam sujeitados, esta não seria a função destinada à *Através do Brasil* e a *Contos Pátrios*, por estarem voltados exclusivamente àqueles que futuramente estariam capacitados para reformar o próprio ordenamento. Nestes livros encontramos a aposta de Olavo Bilac, Manoel Bomfim e Coelho Neto em sistematizar o princípio político fundamental desse novo ordenamento: o

cuidado para com a população, além de sugestões sobre a composição dos limites externos e internos desta população na subjetividade dos educandos.

Portanto, acreditamos que *Através do Brasil e Contos Pátrios* foram escritos com a intenção de serem lidos pelos educandos brancos do litoral, além dos descendentes de imigrantes, que seriam os futuros governantes do Brasil. Suas lições apenas a estes caberiam.

Devido à concepção de ensino destes autores, onde a escola estaria inscrita num espaço fora da realidade constituída, foi possível que o discurso apresentado nos livros infantis analisados não estivessem circunscritos às ocorrências desta realidade. A *verdade* por eles instituída não é aquela baseada em critérios factuais, mas vinculada ao efeito que os autores procuravam constituir na realidade brasileira através do trabalho sobre as subjetividades dos educandos.

Se haveria um momento futuro em que a escola estivesse em acordo com a realidade constituída, então, a preocupação com aquilo que nos acostumamos a chamar de *verdade objetiva* poderia ser o motor dos educadores. Como aliás, todas as concepções de ensino que procuram sistematicamente tornar a educação escolar um adendo do mercado de trabalho e das ideologias utilitárias. Porém, havia um desacordo entre a realidade nacional do início do século XX e a visão social dos autores analisados. Devido a esta diferença que para a escola foi definido um caráter transformador, porém, ficou também definido quais seriam os porta vozes da transformação, certamente, não seriam os sertanejos, os índios e os negros. O caráter ambíguo dessa escola finalmente se revela, para uns ela institui um poder soberano e para outros ela apenas inscreve num ordenamento. Os manuais escolares analisados só seriam plausíveis de serem ensinados para aqueles que teriam função soberana, ou seja, para aqueles capazes de *completa cultura intelectual e moral*, o que não seria, conforme os autores, o caso dos indígenas, dos negros e dos sertanejos. Resumidamente:

- a) Os homens brancos do litoral e os descendentes dos imigrantes poderiam assumir funções soberanas, os livros didáticos analisados dirigem-se a estes.

- b) O sertanejo, o índio, o negro e o imigrante seriam inseridos dentro do ordenamento a ser constituído pela escola, mas não teriam condições de reformá-lo, seriam vinculados, sobretudo, à força de trabalho nacional.

- c) O índio que não abandonasse seus antigos hábitos e o imigrante anarquista seriam corpos plenamente matáveis por não aceitarem que sua subjetividade seja inscrita dentro do ordenamento a ser constituído.

Conclusão

Resumidamente, iremos mencionar os principais pontos que foram destacados nesta pesquisa.

- a) O abandono da população surgiu no início do século XX como o principal ponto de crítica ao Estado republicano no Brasil em Manoel Bomfim e Olavo Bilac.
- b) A escola foi um dos principais instrumentos concebidos para o controle e o cuidado da população.
- c) O cuidado se inscreveu em estratégias de poder que tinham na gerência da vida sua característica fundamental.
- d) O *transe* foi concebido como uma estratégia de inclusão do indivíduo numa vida qualificada.
- e) A escola por basear-se na crítica ao abandono da população seria pensada enquanto local de emergência de um poder constituinte em oposição à realidade constituída.
- f) O educando que teria sua vida qualificada pelo mecanismo do *transe*, que assim seria suggestionado na forma de compor e organizar a população nacional, seria o agente soberano para a transformação da realidade constituída.

Portanto, ao final deste trabalho de pesquisa, sugerimos que os livros didáticos analisados não foram escritos com a intenção de abarcarem toda a população brasileira. Certamente porque Olavo Bilac e Manoel Bomfim sabiam das limitações da abrangência da escola no Brasil do início do século XX, mas, sobretudo, porque os livros teriam uma

função histórica precisa: formar uma nova classe dirigente no Brasil, preocupada com o cuidado para com a população. Os livros, então, foram escritos com o propósito de dotar certas pessoas de soberania, inscrevendo-as nas habilidades e nas concepções que foram julgadas fundamentais para o exercício do poder. Se a escola foi concebida como um espaço constituinte da realidade, ela o seria através da escolarização de uma nova elite, caracterizada por uma mentalidade renovada, que assumiria enquanto egressa da escola a função soberana necessária à transformação social.

Podemos concluir, então, que a concepção de educação dos autores, diferentemente do que sugerimos no corpo do trabalho, seria a de uma educação conservadora e elitista, ou seja, não democrática e divorciada dos ideais de inclusão social? Acreditamos que não, pois, o que percebemos seria uma mistura entre aquilo que tradicionalmente pensamos quando nos referimos a uma educação conservadora ou transformadora da realidade social; inclusiva ou exclusiva das camadas populares; formadora ou negadora de cidadania política, etc. Estas separações estão borradas nestes livros didáticos, ou melhor, eles conseguem transitar por estes pólos alternativos, demonstrando uma ambivalência. Assim, podemos sugerir que a escola nestes autores seria a princípio constituinte da realidade nacional para logo após integrar-se na realidade constituída e perder seu estatuto transformador. A ambivalência estaria em função da correspondência ou não-correspondências da realidade de fato com a ideologia do educador. Segundo ponto, a educação escolar incluiria a princípio uma elite capacitada para o poder soberano, para que depois, sobre o comando desta nova elite, o restante da população possa ser gradativamente incluído. Assim, a escola seria excludente ou inclusiva conforme a necessidade de formação de um novo ordenamento e ou de manutenção do ordenamento constituído. Terceiro ponto, ela tentaria formar um corpo social unitário, incluindo a população nos direitos de cidadania, porém excluindo aqueles que não conseguiriam se enquadrar no ordenamento constituído.

Essa ambivalência a que estaria sujeita a escola diz mais do que a ideologia que informaria seus conteúdos curriculares, ela está presente desde o momento em que a escola edifica na exclusão dos *anormais* seu princípio político fundamental e, atualmente, nos revela a incapacidade que a escola demonstra em permanecer sendo um local privilegiado de constituição das subjetividades dos educandos. Se a escola edificou na exclusão seu

significado político, ela perderia função na medida em que se torna cada vez mais problemática esta exclusão, ou seja, a perda dos limites entre a normalidade e a anormalidade se inscreve definitivamente na vida cotidiana.

Podemos relacionar a ambivalência da escola com aquela que Giorgio Agamben demonstra no significado do conceito de povo. Esta relação é possível já que os termos povo e escola não foram apresentados durante o século XX dissociados, mas profundamente imbricados. Conforme Giorgio Agamben, *um mesmo termo – povo – denomina, assim, tanto o sujeito político constitutivo quanto a classe que, de fato, se não de direito, é excluída da política* (Agamben, 2002, p.183). Podemos perceber o mesmo fundamento para o termo escola, já que, a princípio, ela estaria vinculada àqueles que receberiam efetivamente seus efeitos e também aqueles que desde sempre foram excluídos de seus efeitos, mesmo que a freqüentassem. O termo povo seria ambivalente no momento em que serviria para denominar os que estariam incluídos na ordem política e os que nela não conseguiriam se incluir.

Tudo advém, portanto, como se aquilo a que chamamos povo fosse, na realidade, não um sujeito unitário, mas uma oscilação dialética entre dois pólos opostos: de um lado, o conjunto Povo como corpo político integral, de outro, o subconjunto povo como multiplicidade fragmentária de corpos carentes e excluídos; lá, uma inclusão que se pretende sem resíduos, aqui, uma exclusão que se sabe sem esperança. (Agamben, 2002: p. 184).

A escola estaria, assim, mergulhada nesta ambivalência que o século XX a legou, por um lado ela se referiria a um direito pelo qual todos deveriam ter acesso e, por outro, informaria uma diferente marcante entre aqueles que nela foram incluídos ou excluídos. Essa ambivalência recria a cisão entre vida nua e vida qualificada na qual os conceitos de povo e de escola foram concebidos. Porém, no momento em que a modernidade a partir da Revolução Francesa procuraria inserir no ordenamento os que dele estavam excluídos e, assim, fazer da exclusão um sintoma preocupante da ineficácia do poder público, ela pretendeu, agindo novamente sobre exclusão da vida nua, recompor a fratura entre vida nua e vida qualificada. Pretendeu-se formar um povo identitariamente uno, sem divisões, ao mesmo tempo em que a escola foi chamada a incluir sem distinções todos aqueles que estavam dela excluídos.

A escola no Brasil concebida por Olavo Bilac e Manoel Bomfim se escreveria historicamente no ato de apenas incluir uma parcela da população sobre seus efeitos, para que, sob o governo desta nova elite, a escola pudesse atingir o conjunto da população. O povo minúsculo seria excluído como condição de aparecimento de um novo Povo maiúsculo que teria na inclusão do outro povo seu princípio fundamental. Aqui percebemos que a fratura seria recomposta pela eliminação da vida nua, ou seja, do povo minúsculo, dos analfabetos, dos miseráveis, etc. por um ato de inclusão no ordenamento já previamente constituído pelo Povo maiúsculo. A política nazista também procurou recompor a fratura pela exclusão completa da vida nua, produzindo-a cada vez mais, segundo Giorgio Agamben: *O extermínio dos hebreus – e não somente deles – adquire, sob esta luz, um significado radicalmente novo. Enquanto povo que se recusa a ser integrado no corpo biopolítico nacional (...), os hebreus são os representantes por excelência e quase o símbolo vivo do povo, daquela vida nua que a modernidade cria necessariamente no seu interior, mas cuja presença não mais consegue tolerar de modo algum* (Agamben. 2002: p. 186).

O problema da modernidade está em que, na nossa época, a vida nua se inscreveu decisivamente no cotidiano, rompendo e borrando os limites de qualquer ordenamento do Povo maiúsculo. Os conceitos de escola tal como de Povo foram concebidos pela exclusão da vida nua e devem agora conviver com sua presença, porque todos os movimentos para a sua exclusão apenas a fizeram inserir-se novamente. Se os conceitos de escola ou de povo modernos foram criados a partir da exclusão da vida nua, onde quer que eles existam, a vida nua se insinuará.

Finalmente, a barbárie que se apresenta em todos os momentos de nossa vida e que aniquila a possibilidade de organização social para o bem comum demonstra um problema que deve ser refletido pelos educadores. Estou nesse momento sem possibilidades de apontar quaisquer saídas que recomponham a fratura *biopolítica* em outros termos, porém não podemos deixar de apontar que o crescente individualismo em nossos dias e a sobreposição dos desejos pessoais sobre os coletivos nos fazem perder a noção do justo e do injusto, em consequência os próprios limites onde se pautariam as condutas, tornando-se assim difícil a organização coletiva. A sociedade civil neste sentido ficaria exposta aos desmandos de um poder centralizado que não encontraria limites para suas ações nem

comoções coletivas que as refreassem. O que podemos afirmar, em última análise, é que o modelo social moderno para o Brasil apresentado por Olavo Bilac e Manoel Bomfim, embora as tentativas históricas de implementação, com suas diferentes nuances, apresentasse hoje distante da realidade em que vivemos em que a barbárie nunca se mostrou tão cotidianamente presente.

Anexo 1

Um texto apresentado na I Conferência Brasileira de Educação de 1927, chamado *A Literatura e a Escola Primária* de Delia Rugai, é um exemplo de como o paradoxo entre procedimentos totalizadores e técnicas de individualização apresentava-se conjuntamente no momento de constituição da educação pública brasileira. Primeiramente, observamos a necessidade de incorporação de técnicas de subjetivação: *a alma infantil é uma alma predisposta a pairar no azul e na luz; é uma alma inclinada à sublimidade de ideais puríssimos, mas é, como alma adormecida, uma força cega, insipiente da sua grandeza e do seu esplendor (...). A infância é como o diamante, contém em si brilho e valor; tudo depende da sua boa lapidação.* A escola teria que desenvolver certos ideais afetivos: *são salutareos os temas onde palpitem a ternura de um afeto, a beleza de um sacrifício, o prêmio do trabalho, a sublimidade de um martírio, onde fulgure a luz da verdade.* Por outro lado, as instituições estatais se afirmam a partir de valores coletivos no qual toda a individualidade deve se sujeitar. *Não esqueçamos de por ante os olhos infantis as páginas cívicas, também como subsídio poderoso da sua educação literária. A escola deve preparar na criança o futuro cidadão. É preciso, desde cedo, inculcar-lhe no espírito os sentimentos de civismo, o amor à Pátria, o respeito às leis que regem o País, os direitos e os deveres perante a sociedade de que faz parte.* Se por um lado, a criança é disciplinada sob a base de sentimentos coletivos, por outro, o método baseado nas sensações de cada criança para com os objetos do ensino apresenta-se como uma técnica de individualização, pois o indivíduo não pode ser coagido em sua produção afetiva, precisa apenas ser sugestionado. Assim, é preciso gerar obediência e submissão a certos sentimentos coletivos ao mesmo tempo em que cada criança desenvolva um estilo próprio e pessoal de produção afetiva, base de sua identidade enquanto pessoa.

Anexo 2

No conto de Olavo Bilac *A Civilização*, do livro *Contos Pátrios*, encontramos um exemplo de como a literatura escolar do início do século XX instituiu a fundação da sociedade civilizada na exclusão da vida nua. *A civilização, que é a difusão das riquezas materiais, intelectuais e morais, não pode nunca, sem um longo trabalho de reforma paciente, tomar conta de um país. Para que um povo tenha civilização, é necessário que o moroso passar dos séculos vá aperfeiçoando o caráter desse povo.* (Bilac, 1927: p.272). Assim, segundo o texto, seriam atributos da vida natural: a existência do país de selvas espessas e impenetráveis, habitantes rudes, selvagens e nômades e a proliferação de atitudes imorais. Do outro lado, uma sociedade civilizada seria composta de: uma grande população habitando seu território, o pleno domínio da natureza, a interligação de todos por meio de estradas de ferro e fios telegráficos, a existência nesta população de um ideal de ordem comum, disciplina, submissão ao governo da lei, conforto e higiene. Assim, a exclusão da vida nua revela uma crescente preocupação com a própria vida da população e não tanto com a demarcação do território onde se encontra esta população, observa-se que a população deva ser grande, portanto, deve-se controlar o número de mortos e de nascimentos através da higiene e deve estar interligada através de ferrovias e linhas telegráficas. O controle *biopolítico* do Estado sobre o conjunto da população só é possível se esta internalizou certas *tecnologias do eu* que estão resumidas na idéia de um *ideal de vida comum*. No texto, Olavo Bilac demonstra que o que está em jogo na obtenção de uma sociedade civilizada é a interferência *biopolítica* através da exclusão da vida nua: *Observa-se agora o conforto da gente que trabalha. A sua habitação não é a rude taba do selvagem, nem a fria senzala dos escravos, onde em promiscuidade imunda os deserdados da fortuna penavam e morriam.* Assim como, Foucault no final de *Vontade de Saber* demonstrou que o poder soberano começa a se inscrever no ato de promover uma determinada forma de vida do que em determinar a morte, Olavo Bilac demonstra que a civilização tem como princípio o cuidado com a vida de sua população. Dessa forma, elege os lugares privilegiados para a realizar o trabalho de exclusão da vida nua: a fábrica e a escola. Estas instituições são concebidas para qualificar a vida de cada indivíduo, primeiro passo para que o Estado consiga gerir a vida de toda a população. Se é verdade que o Estado ocidental

desloca suas estratégias de poder da possibilidade de decretar a morte para a gerência da vida no limiar da modernidade, então, apenas nesse sentido é que podemos entender a abolição dos castigos corporais na escola comentados por Olavo Bilac. *A escola de hoje já não é o que era antigamente, no início da civilização. A escola já não é um lugar de tristeza e martírio: é um prolongamento da casa da família. O mestre já não apela para o castigo corporal, para a dor física, como para os únicos meios de formar a alma da criança: apela para o exemplo, para o carinho, para o afetuoso conselho que convence e comove.* (Bilac, 1927: p. 277). O que Bilac se propõe não é demonstrar a realidade objetiva do Brasil, muito longe de seu ideal de civilização em 2004, do que dizer em 1904, quando o livro foi primeiramente publicado, mas implicitamente demonstrar aquilo que é o requisito básico do Estado moderno: o cuidado para com a vida da população.

Anexo 3

No ano de 1917, Olavo Bilac faz uma conferência, na Escola Normal de São Paulo, intitulada *A Pátria na Escola*. Nela, demonstra-se que a absorção do corpo do educando por um objeto transcendente também diz respeito ao corpo do professor, que para poder capturar o educando deveria apresentar-se capturado. Se uma determinada moralidade nacionalista seria para Olavo Bilac a forma qualificada de inclusão do educando, o corpo do professor deveria, então, operar completamente imbuído desta moralidade. *A escola é o primeiro reduto da defesa nacional, a menor falha do ensino, e o menor descuido do professor podem comprometer sem remédio a segurança do destino do país. Quando um verdadeiro professor primário sente a completa e clara responsabilidade do seu cargo, a sua alma é invadida de uma analogia extática, como o arrebatamento de espírito, que, nos primeiros tempos da vida monástica, transfigurava o asceta. Na sua cadeira de educador, o mestre recebe a visita de um deus: é a Pátria, que se instala no seu espírito. O professor, quando professa, já não é um homem; a sua individualidade anula-se: ele é a Pátria, visível e palpável, raciocinando no seu cérebro e falando pela sua boca* (Bilac, 1927: p. 60-61). O corpo nu do professor anula-se e ele torna-se um corpo qualificado, é um exemplar de moralidade oferecido ao educando, nesse sentido, como um exemplo vivo, no momento da conferência, Olavo Bilac não representa a si mesmo, mas é a própria Pátria que se dirige às normalistas através de sua boca: *Quero viver e ser forte: para isto, é necessário que me defendas* (Bilac, 1927: p. 61).

Anexo 4

A carência de instrumentos tecnológicos deveria ser sentida por Manoel Bomfim e Olavo Bilac como um obstáculo real ao desenvolvimento dos materiais pedagógicos, já que a interpelação imagética e sonora é muito mais eficaz para o *transe* do que a palavra falada ou escrita. A utilização da tecnologia como o melhor meio de captar a atenção integral do aluno, o *transe*, está presente, por exemplo, em 1927 na I Conferência Brasileira de Educação na tese apresentada por América Xavier Monteiro de Barros intitulada *O Cinematógrafo Escolar*. Diz o autor: *nenhum outro elemento concorre mais eficazmente como guia educativo e instrutivo, porque se apossando de todos os conhecimentos humanos, desperta o interesse das crianças, facilitando-lhes o esforço cerebral de maneira sedutora e agradável. A Geografia, a História, as Ciências Físicas e Naturais, a tecnologia, as lições de coisas e as indústrias mais se adaptam às projeções cinematográficas, que também devem ser utilizadas, e com grande vantagem, nos exercícios de vocabulário e composição. Além disso, os alunos que aprendem pelo desenrolar dos filmes habituem-se a ver tudo com rapidez e vigor, adquirindo por este modo tal agudeza de espírito que os torna capazes de representar em desenhos as coisas em diversas atitudes e ações. As lições cinematografadas despertarão tão vivo interesse entre os nossos alunos que irão servir ainda de meio de estímulo e punição para os aplicados e os vadios. Quão fecundo e deleitoso será o ensino quando o professor puder substituir o livro pela projeção?! (Monteiro de Barros, 1927: p.131).* A dificuldade que o professor enfrenta, hoje, para conseguir a atenção dos alunos deveria ser pensada através da dificuldade que a escola tem de capturar o corpo do educando, acostumado com tecnologias digitais muito mais eficazes nesse sentido. A associação entre *transe* e tecnologia é cada vez mais forte nos dias atuais. Se em 1927, Monteiro de Barros deseja o que há de mais avançado em tecnologia em cada sala de aula para conseguir despertar um *vivo interesse* nos alunos, acredito que desejar isso para os dias atuais na escola pública não é um desengano. A tecnologia é poderosa na fixação da mente e como instrumento eficaz de comunicação. Bilac & Bomfim no livro *Através do Brasil* queriam chegar a este ponto através da emoção despertada por linhas escritas. Eles escreveram um livro talvez por não haver tecnologia suficiente para outros recursos, o certo é que estavam convencidos de que

só pelo *transe* que o professor conseguiria atuar em sala de aula e não por uma fala que interpolasse apenas a razão.

Anexo 5

O estatuto da escola perante a sociedade brasileira que estamos tentando delinear encontra um exemplo na literatura realista do fim do século XIX. Em *O Ateneu* de Raul Pompéia, percebemos que o colégio nos momentos em que se apresenta à sociedade procura demonstrar-se enquanto reduto de moralidade e de disciplina. Porém, a ironia do narrador demonstra, desde sempre, que o colégio é um simulacro. Talvez, Raul Pompéia visualizasse nos anos de 1880 a escola enquanto um espaço constituinte da realidade social, tendo que, para isso, afastar-se da moralidade reinante nessa mesma sociedade. Esta é uma conclusão possível daquilo que a todo o momento é ironia no texto, *O Ateneu* não é um espaço de disciplina e moralidade. No momento em que o narrador chama a atenção do leitor para o entorno do *Ateneu*, podemos admitir que o colégio se constrói perante a sociedade envolvente a partir da antítese entre trevas e luz, que delimitaria o *Ateneu* como um espaço diferenciado da sociedade. *As eminências de sombria pedra e a vegetação selvática debruçavam sobre o edifício um crepúsculo de melancolia, resistente ao próprio sol a pino dos meios-dias de novembro* (Pompéia, 2000; p. 16). Esta imagem de trevas ao redor do *Ateneu*, embora propiciasse melhores condições de *meditação e de estudo* contém maiores significações. A escuridão da floresta é a antítese da luz que deveria se irradiar do colégio, constituindo-se como uma estrela incrustada no meio das trevas. *Erigia-se na escuridão da noite, como imensa muralha de coral flamante, como um cenário animado de safira com horripilações errantes de sombra, como um castelo fantasma batido de luar verde emprestado à selva intensa dos romances cavalheirescos, despertado um momento da legenda morta para uma entrevista de espectros e recordações. Um jato de luz elétrica, derivado de foco invisível, feria a inscrição dourada ATHENEUM em arco sobre as janelas centrais, no alto do prédio. A uma delas, à sacada. Aristarco mostrava-se. Na expressão olímpica do semblante transpirava a beatitude de um gozo superior. Gozava a sensação prévia, no banho luminoso, da imortalidade a que se julgava consagrado* (Pompéia, 2000: p. 20). A antítese entre trevas e luz, interior e exterior apresentada pelo colégio reforça a imagem social do *Ateneu* enquanto espaço apartado da realidade cotidiana. O colégio apresentava-se preocupado com o futuro do Brasil, suas paredes o delimitavam de um meio social ainda por civilizar, uma redoma de civilização incrustada

no seio da natureza. A construção dessa antítese permite a Aristarco, diretor do colégio, afirmar enquanto finalidade superior do colégio, a *transformação moral da sociedade*. Uma das críticas do narrador ao colégio encontra-se no fato dele não conseguir refrear em seu interior atitudes impulsivas, emotivas ou instintivas. A vida nua em seus corredores transcorre sem constrangimentos. Os corpos que pareciam tão bem disciplinados nas apresentações dos exercícios ginásticos são uma ilusão, dentro de suas paredes não reina qualquer vida qualificada. *Isto é uma multidão; é preciso força de cotovelos para romper. Não sou criança, nem idiota; vivo só e vejo de longe; mas vejo. Não pode imaginar. Os gênios fazem aqui dois sexos, como se fosse uma escola mista. Os rapazes tímidos, ingênuos, sem sangue, são brandamente impelidos para o sexo da fraqueza; são dominados, festejados, pervertidos como meninas ao desamparo* (Pompéia, 2000: p.31). O estatuto da escola enquanto espaço apartado da moralidade cotidiana esfumaça-se no interior do *Ateneu*, constituindo a contradição entre aquilo que ele profere enquanto direito e o que nele ocorre de fato. O colégio perde seu poder constitutivo no momento em que apresenta estar atravessado por tudo aquilo que constitui a realidade cotidiana. No fim do romance, uma conferência realizada no colégio, procura remover a contradição através de um novo estatuto para a escola: reproduzir em miniatura os mesmos processos que constituiriam a realidade brasileira, nesse estatuto a escola perderia sua função transformadora. Na conferência da personagem Dr. Cláudio encontramos as seguintes palavras a respeito da escola: *É uma organização imperfeita, aprendizagem de corrupção, ocasião de contato com indivíduos de toda origem? O mestre é a tirania, a injustiça, o terror? (...) Tanto melhor: é a escola da sociedade. A energia para afrontar (essas circunstâncias) é a herança de sangue dos capazes da moralidade, felizes na loteria do destino: os deserdados abatem-se* (Pompéia, 2000: p. 148). Neste sentido, todo o trabalho disciplinar do corpo dos educandos, o que se demonstrou nos exercícios ginásticos, além da ênfase incessante de Aristarco em apresentar sua escola enquanto um espaço diferenciado da moralidade cotidiana, de nada valem para este novo estatuto. *O Ateneu* poderia, assim, não mais dissimular e apresentar-se por inteiro, dentro de suas paredes não há exclusão da vida *livre e desimpedida*. A disciplina sobre o corpo biológico, que estaria na base da construção do estatuto transformador da escola, deixaria de operar no momento em que se concede ao corpo características hereditárias intransponíveis. *Ensaídos no microcosmo do*

internato, não há mais surpresas no grande mundo lá fora, onde se vão sofrer todas as convivências, respirar todos os ambientes; onde a razão da maior força é a dialética geral, e nos envolvem as evoluções de tudo que rasteja e tudo que morde... (Pompéia, 2000: p.148). Se a fatalidade da raça molda o caráter do indivíduo, não há poder constituinte possível para a escola, porque esta não pode agir sobre o corpo do educando e sobre a realidade constituída, já que ambas estão sobre a influência decisiva da raça. Dr. Cláudio apresenta uma concepção de educação que Olavo Bilac e Manoel Bomfim esforçaram-se por alterar. Nesse discurso, as simulações do *Ateneu* caem por terra, sua verdade revela-se: o colégio é desnecessário à transformação social.

Anexo 6

No conto *A Fronteira* de Coelho Neto, incluído no livro *Contos Pátrios* a idéia de perigo é vinculada a invasão do território brasileiro pelo estrangeiro. A lição primeira deste conto está na delimitação entre o nacional e o estrangeiro, feita sob a forma de uma oposição simples de amigo *versus* inimigo. *As nossas terras vão ser tomadas (...) Vim por essas matas a todo o galope para ver se ainda chegava a tempo de Preveni-vos (...) Estrangeiros efetuaram um desembarque e vêm pela floresta, armados* (Coelho Neto, 1927: p.8). O conto inicia com a imagem de um cavaleiro branco que cavalga freneticamente as matas até um povoado. Ao chegar, bate à porta da primeira cabana que encontra, sendo recebido por um sertanejo. O homem branco, certamente a imagem da civilização, vem até o sertanejo para adverti-lo do perigo de invasão estrangeira e para organizá-lo numa reação. Apaga-se, assim, qualquer resquício da relação conflituosa entre os sertanejos e os representantes *civilizadores* que haviam se digladiado em Canudos. O papel educativo do branco está em convencer o sertanejo a lutar pela pátria. Se os sertanejos foram durante séculos esquecidos pelos poderes públicos constituídos, tratar-se-ia agora de inscrevê-los dentro do ordenamento nacional. O sertanejo reluta por aceitar essa nova identidade, *o sertanejo esteve algum tempo hesitante*. Porém, o discurso usado pelo branco para convencê-lo a aceitar a nova identidade é arrebatador. *Pelas nossas ossadas e pelas cinzas de nossas cabanas, os que vierem mais tarde conhecerão o limite do Brasil. Vamos! Falta-nos uma bandeira; temos, porém o céu, o grande céu; e o choro assustado de nossos filhos excita-nos mais do que os clarins de guerra. Vamos! – brandou o sertanejo, correndo a buscar a sua arma de caça* (Coelho Neto, 1927: p.9). A dedicação e coragem do sertanejo fazem com que os estrangeiros invasores mesmo em maior número sejam vencidos. A comunidade onde o sertanejo vivia isolado cede lugar para uma nova identidade que o engloba, inserindo-o dentro da nacionalidade brasileira. Desse modo, no final do conto eles brandiam pela Pátria: *Viva o Brasil! – contentes por haverem defendido a fronteira, da qual eram os guardas fiéis, contra as mão rapaces do estrangeiro* (Coelho Neto, 1927: p.12).

Anexo 7

Podemos afirmar que em *Através do Brasil* a natureza funcionaria como um elemento de diferenciação do Brasil para com o estrangeiro. Nesse sentido, ela seria um importante elemento na formação da identidade brasileira. Há várias passagens no texto onde as riquezas e as maravilhas naturais são exaltadas. Como exemplos: *A famosa cachoeira de Paulo Afonso. Nunca vi tão belo espetáculo, em toda a minha vida, e não creio que haja, em toda a terra, mais formosa maravilha da natureza* (p. 98 – grifo meu). *A terra é muito rica, e nunca nega o sustento a quem sabe tratá-la* (p. 124). *O algodoeiro dá-se muito bem em todas as terras do Brasil, tanto no norte como no sul* (p. 162). *A Bahia produz muito fumo, e todo de primeira qualidade* (p.259). *Uma claridade mais forte cobriu de repente o Pão de Açúcar, que se erguia à esquerda do navio, formidavelmente, dominando as águas* (p. 304). *O nome de Minas (...) vem da abundância de minas de ouro e diamantes que há no seu solo* (p. 324). *Nós todos falamos com assombro das jazidas preciosas que há no estado de Minas, e nem pensamos nas que existem, completamente ignoradas em Mato Grosso e Goiás* (p. 328). *O solo – Mato Grosso e Goiás – é fertilíssimo, de extraordinário vigor; e ali as pastagens serão utilizadas para uma criação de gado, capaz de abastecer grande parte do mundo* (p. 329). *Há aqui – São Paulo – todas as variedades dos terrenos: há serras, matas, campos, zonas secas, zonas alagadiças, mangues, areais; de modo que todas as culturas têm sido experimentadas e adaptadas* (p.345). *O pinheiro-do-paraná, a Araucária Brasiliensis, dá uma madeira tão boa como a da Noruega: é uma árvore corpulenta que às vezes atinge à altura de trinta e seis metros* (p.352). *Toda esta costa, daqui até Pernambuco, e mesmo além, é coberta de coqueirais. É a fortuna desta gente* (p.358). *A borracha é feita com o suco que se extrai de uma árvore, que há em abundância pelas matas extensíssimas às margens dos rios* (p.366). Nestes exemplos, que outro lugar do planeta teria tantos e abundantes recursos naturais? Para Olavo Bilac e Manoel Bomfim a resposta é clara, apenas o Brasil, cuja majestade da natureza apresenta-se em todos os seus estados constituintes, sendo assim um traço característico de seu território que o diferencia do estrangeiro.

Anexo 8

Em *Contos Pátrios* encontramos aquele que poderia ser caracterizado como o sertanejo ideal, vivendo no campo, ou seja, não se aventurando na cidade, e tendo a seu dispor uma pequena propriedade familiar, entretanto, sem deixar de trabalhar numa empresa agrícola de dimensões maiores, o que nos revela uma clara preocupação do autor com a extrema concentração fundiária do Brasil. Esse sertanejo descrito no conto *O Lenhador* de Coelho Neto possuía uma série de atributos necessários à nacionalidade brasileira: cordial – *Amâncio ofereceu-nos do que tinha no armário* (p. 241); trabalhador – *Cada um faz o que o que pode, contanto que trabalhe. O carvoeiro vem, abre a cava, queima a lenha e desce o carvão que vai dar fogo às casas. Não é um homem honrado? É, faz a sua tarefa* (p. 245); robusto; sorridente; higiênico – *a pobreza era largamente compensada pelo escrupuloso asseio* (p. 241); honesto – *a minha consciência é leve, porque nunca procedi mal*; patriota – *Aquele é o homem que nos defendeu nos campos da guerra; por isso está perto de Nosso Senhor (...) Tudo por minha terra e pelos homens que lhe fazem bem* (p. 242); hierarquizado – *eu derrubo árvores, vosmecês estudam* (p. 245). Certamente, ao sertanejo faltaria um atributo essencial do homem branco da forma como Coelho Neto o apresentou, ao lenhador faltaria a capacidade de governar, de propor mudanças na realidade constituída que só uma pessoa com estudos seria capaz de realizar.

BIBLIOGRAFIA

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo, Ática, 1989.
- BARBOSA, Rui. *Campanhas Jornalísticas VIII: república 1899-1918*. Rio de Janeiro, Record, 1998.
- BILAC, Olavo. *Últimas Conferências e Discursos*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1927.
- BILAC, Olavo & BOMFIM, Manuel. *Através do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- BILAC, Olavo & COELHO NETO. *Contos Pátrios: para crianças*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1927. 23ª edição.
- BOMFIM, Manuel. *Noções de Psicologia*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1917. 2ª edição.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil Republicano*. In: *O Brasil Nação*. Rio de Janeiro, Record, 1998.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. Brasília, UNB, 1963. 27ª edição.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999. 13ª edição.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2002. 17ª edição.
- Le BON, Gustave. *Psicologia de las Multitudes*. Madrid, Biblioteca Científico-filosófica, 1911.
- POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo, Martin Claret, 2000.
- VÁRIOS AUTORES. *I Conferência Brasileira de Educação*. Brasília, Ministério da Educação e Cultural, 1998.